

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

AMANDA DE OLIVEIRA VALEIRO

VIOLÊNCIAS, MASCULINIDADES E O CONTEXTO DOMÉSTICO: UM  
ESTUDO PSICANALÍTICO DO AGRESSOR

CAMPO GRANDE/MS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

AMANDA DE OLIVEIRA VALEIRO

VIOLÊNCIAS, MASCULINIDADES E O CONTEXTO DOMÉSTICO: UM  
ESTUDO PSICANALÍTICO DO AGRESSOR

Dissertação de Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia, sob a orientação do Professor Dr. Weiny César Freitas Pinto.

CAMPO GRANDE/MS  
2023

Dedico a cada um dos sujeitos que um dia viram seus caminhos mudarem diante da mão pesada e tantas vezes invisível da violência em suas vidas e a cada um dos profissionais que buscam repensar e fazer refletir os caminhos da violência. Que, por meio da fala, possamos revisitar esses caminhos e pensar novos destinos.

## TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA DE OLIVEIRA VALEIRO

VIOLÊNCIAS, MASCULINIDADES E O CONTEXTO DOMÉSTICO: UM ESTUDO  
PSICANALÍTICO DO AGRESSOR

Dissertação de Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado  
em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

08 de março de 2023

### **Comissão Examinadora:**

---

Profº Drº Weiny César Freitas Pinto

---

Profº Drº Alberto Mesaque Martins

---

Profª Drª Cíntia de Souza Carvalho

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> - REPRESENTAÇÃO EM GRÁFICO PIZZA, DA IDADE DO AGRESSOR - 1	42
<b>FIGURA 2</b> - REPRESENTAÇÃO EM GRÁFICO PIZZA, DA IDADE DO AGRESSOR - 2	42
<b>FIGURA 3</b> - REPRESENTAÇÃO EM GRÁFICO PIZZA, DA IDADE DO AGRESSOR	43
<b>FIGURA 4</b> - ESTADO CIVIL DOS AGRESSORES - 1	44
<b>FIGURA 5</b> - ESTADO CIVIL DOS AGRESSORES - 2	44
<b>FIGURA 6</b> - DADOS DATASENADO SOBRE A RELAÇÃO VÍTIMA X AGRESSOR	45
<b>FIGURA 7</b> - DADOS SOBRE A RELAÇÃO AGRESSOR X VÍTIMA	46
<b>FIGURA 8</b> - COMPARAÇÃO ENTRE FONTES DE 2014 E 2021, PESQUISA LOCAL E DE ÂMBITO NACIONAL RESPECTIVAMENTE (FONTE: MADUREIRA, 2014; DATASENADO, 2021)	46
<b>FIGURA 9</b> - AGRESSÃO A ADOLESCENTES, REPRESENTADA POR GRÁFICO PIZZA	47
<b>FIGURA 10</b> - AGRESSÃO A JOVENS, REPRESENTADA POR GRÁFICO PIZZA	48
<b>FIGURA 11</b> - AGRESSÕES A ADULTAS REPRESENTADAS POR GRÁFICO PIZZA	49
<b>FIGURA 12</b> - COMPARAÇÃO EM FORMATO DE GRÁFICO DE BARRAS SOBRE TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS EM RELAÇÃO ÀS FAIXAS ETÁRIAS.	50
<b>FIGURA 13</b> - TAXA DE ESCOLARIDADE EM GRÁFICO PIZZA 1	52
<b>FIGURA 14</b> - TAXA DE ESCOLARIDADE EM GRÁFICO PIZZA 2	52
<b>FIGURA 15</b> - TIPOS DE TRABALHO REALIZADOS POR AGRESSORES, EM GRÁFICO PIZZA	53
<b>FIGURA 16</b> - USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, EM GRÁFICO PIZZA	56
<b>FIGURA 17</b> - USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, EM GRÁFICO PIZZA	56
<b>FIGURA 18</b> - REINCIDÊNCIA DE FICHA CRIMINAL EM GRÁFICO DE BARRAS	58
<b>FIGURA 19</b> - TIPO DE VIOLÊNCIA SOFRIDO PELA VÍTIMA	59

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
1.1 Da Violência Até a Violência Doméstica.....	10
1.1.1 Violência, Poder e Outras Definições .....	12
1.2 Violência.....	16
1.3 Poder.....	19
1.4 Agressividade, Vigor e Autoridade .....	22
1.5 Violência Doméstica .....	24
1.6 Patriarcado .....	29
1.7 Estruturas do agressor .....	32
<b>2 MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA: O PERFIL AGRESSOR</b> .....	<b>35</b>
2.1 Os Homens e as Violências.....	38
2.2 Dados do Agressor .....	41
2.3 Uma análise dos padrões da masculinidade e os dados do agressor.....	60
<b>3 O (IN)CONSCIENTE AGRESSOR</b> .....	<b>64</b>
3.1 O Processo Civilizatório da Violência .....	66
3.2 Tabus, Identificações, Proibições e Mal-Estar.....	67
3.3 Violência e Sintoma.....	73
3.4 A Figura Psíquica da Masculinidade .....	76
3.5 O Pai .....	77
3.6 A Cultura .....	79
3.7 Sobre o Narcisismo e as Identidades em Crise.....	83
3.8 A Figura Psíquica do Agressor.....	87
3.9 Trauma e Repetição.....	91
3.10 Considerações a respeito do cenário violência x agressor.....	94
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Falar a respeito de violência doméstica não é uma escolha aleatória, cada sujeito que convive em sociedade provavelmente já foi atravessado, direta ou indiretamente, por esse tipo de violência. As pessoas conhecem a violência doméstica de maneira familiar, como uma *persona non grata* que está sempre por ali, que é indesejada, mas, por vários motivos, parece tolerável.

A minha decisão em pesquisar a respeito deste tema e da vontade de associá-lo à representação psíquica da masculinidade, através da figura do agressor, é baseada nos anos passados em formação, no mundo profissional e na vida em sociedade, escutando e refletindo a respeito desse fenômeno. É parte também de uma indignação com o quanto os índices de violência doméstica oscilam sem nunca diminuírem de forma considerável. Políticas públicas e leis são instauradas, mas mulheres continuam morrendo diariamente pelas mãos de pessoas próximas; enquanto isso, o principal instrumento da violência (agressor) continua invisibilizado em sua responsabilidade.

Minha trajetória acadêmica considera a violência doméstica desde a graduação, em partes porque entre os anos de 2015, 2016 e 2017, logo depois de sancionada a Lei do Feminicídio (13.104/2015), em virtude da agitação da violência política, o assunto efervescia no movimento feminista. Em outra parte, porque me aproximava também da psicanálise e das dimensões do inconsciente e, dentre toda a riqueza dessa corrente teórica, a maneira como o campo do inconsciente se representa por meio da cultura sempre me chamou atenção.

Com o título *Violência Doméstica: Reflexões clínicas acerca da condição da mulher em situação de violação*, meu trabalho de conclusão de curso considerou o psiquismo da mulher vítima de agressão e a dificuldade de abandonar o ciclo violento. Embora tenha chegado a resultados importantes, por exemplo, a existência de algumas características comuns que mantêm a mulher no ciclo da relação, não pareceu, e ainda não parece, ser esse o melhor caminho para intervir na violência doméstica. Terminei aquele texto com a seguinte conclusão:

Não obstante, além de ampliar o acesso ao espaço analítico, é necessário que não percamos de vista ações macropolíticas que possam combater os altos índices de violência que seguem fazendo [sic] parte do cenário brasileiro. Nos últimos anos, estudos e ações foram empenhados para tratar

dessa questão, entretanto, o que devemos questionar é porque, apesar disso, os índices continuam crescendo. Assim, entendemos que ampliar o alcance da clínica é uma questão de grande urgência, bem como ações preventivas que possam produzir reflexões que ampliem os modos de enfrentarmos nossos problemas e diferenças por outras vias, que não a da violência. (VALEIRO, 2019, p. 19)

A partir desse impasse foi delimitado o objeto da presente pesquisa: o homem agressor, constantemente silencioso nas práticas de combate à violência; o homem a quem se pune, mas não é implicado em sua responsabilidade. Compreendi afinal que era essa figura que deveria ganhar os holofotes da pesquisa a respeito da violência, enquanto que a vítima poderia quebrar o ciclo como forma de se proteger, o agressor poderia quebrar o ciclo como forma de não vitimar. Diante disso, o método foi informar e argumentar de fora para dentro, ou seja, da violência macro observada como uma barbaridade até a violência doméstica, naturalizada. Posteriormente então, extrair e dissertar dados do agressor e seus marcadores psíquicos.

A maior virada nas considerações, porém, aparece ao identificar que o homem agressor não é invisível ou silencioso apenas depois de cometer um ato de violência doméstica, mas existe todo um processo de silenciamento interno, através do qual eles mesmos são os maiores algozes. A dimensão psíquica do agressor precisa ser considerada, uma vez que grande parte de seus anseios parecem ter se inscrito como tabu, proibição enraizada que ocupa suas neuroses, sem espaço para falar. O objetivo principal da presente pesquisa é reformular o olhar ao agressor doméstico e a complexa relação entre esse perfil, a noção de violência e as exigências culturais. Ao percorrermos todo o campo da violência, da masculinidade e do agressor, é possível compreender a dinâmica da relação na qual a violência doméstica surge.

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, descritiva-exploratória e argumentativa, que será realizada em três partes principais: 1. percorre os caminhos da violência através de Arendt e depois da violência doméstica sob a base do gênero e do patriarcado; 2. traça o perfil do homem que cometeu violência doméstica e os reforçadores da violência e; 3. trata a masculinidade e o homem agressor, em seu encontro com a cultura e as demandas desta, e a violência como um sintoma das identidades em crise, por meio da psicanálise freudiana. Esse percurso é importante, pois pretende ampliar o olhar para o agressor ao enxergá-lo em suas muitas camadas. Se não houvessem preceitos sociais que servissem como aval para a violência ela seria bem menos recorrente, visto que se as estruturas sociais não tivessem se



movimentado em direção ao desamparo, talvez fosse menos complexo alcançar o psiquismo de um homem. Como será possível notar, cada um desses elementos está ligado e influenciam mutuamente o cenário, o sujeito e os sintomas, e, por esse motivo, a violência doméstica.

Na primeira parte do presente texto, *Introdução*, traremos<sup>1</sup> uma descrição da violência e da violência doméstica como fenômenos sociais, com respaldo, principalmente, da reflexão de Arendt (1994; 2007). A autora leva em consideração o caráter não instintivo da violência, contrariando sobremaneira os discursos de defesa do agressor. Além disso, serão expostos e argumentados os termos que são, muitas vezes, vistos como análogos à violência, para que sejam consideradas sua influência no fenômeno principal, como é o caso do poder e da agressividade. A violência doméstica será descrita nos termos da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, e das estruturas de gênero na sociedade, principalmente do patriarcado, já no caminho de considerar o homem nos termos de suas características sociais e das características das violências que comete, como um enunciado ao que será exposto no segundo capítulo: *Masculinidade e Violência: o perfil agressor*.

Em *Masculinidade e Violência: o perfil agressor*, a pretensão é ir mais a fundo na íntima relação entre os homens e as violências, não apenas por praticá-la, mas porque vive na pele os padrões e signos da masculinidade. Essa percepção é expressa por meio da análise do “homem e a violência” e pela análise dos dados levantados através de pesquisas estatísticas e artigos, os quais trazem informações acerca do perfil agressor. Esses dados, apresentados por meio de gráficos e comentados de maneira argumentativa, devem simplificar noções já bem estabelecidas a respeito dos perfis mais comuns do homem agressor em contexto de violência doméstica. Apesar de serem dados conhecidos, tem a intenção de preencher a lacuna impossibilitada da pesquisa de campo, que não foi possível em razão da imprevisibilidade da pandemia da Covid-19, uma vez que traz dados concretos de diversos perfis para aquele que pratica violência.

A partir desses dados será possível demonstrar que, de maneira geral, as características das agressões e do homem que a pratica reafirmam a associação da agressividade com a masculinidade e sua consequência: a violência. Além disso, é

---

<sup>1</sup> Antes desse ponto, foi utilizada a primeira pessoa do singular pois trata-se de uma experiência particular de escolha e envolvimento com a pesquisa, a partir de então será utilizada a primeira pessoa do plural.

possível observar nessa análise do perfil agressor que seus pressupostos, que o reafirmam enquanto agressor e que legitimam e encorajam a violência, não são meramente construções da masculinidade, mas que podem, muitas vezes, decorrerem também de questões mais subjetivas. O caminho que faz com que a agressividade, impulso comum e inerente ao ser humano, seja representada por violência, e o porquê disso, é visto no decorrer do terceiro capítulo.

No capítulo *O (in)consciente agressor*, iremos ao encontro da psicanálise freudiana para compreender se existem pressupostos psíquicos que reforcem ou possibilitem a violência, fazendo com que a agressividade, tão íntima à autoconservação, seja desempenhada por meio da violência, especialmente no espaço doméstico. Ademais, serão levantados aspectos ligados ao desamparo psíquico do homem e às mudanças neste sentido, nas últimas décadas, que fizeram deste sujeito cheio de certezas, um homem inseguro e agressivo.

Pode parecer curiosa, a princípio, a escolha de utilizar como fontes principais Arendt e Freud, já que existem divergências teóricas entre estes. Enquanto Arendt demonstra através de sua visão filosófica e político-científica a dimensão não inata da violência, na qual destaca seu caráter instrumental social e a questão da intencionalidade humana; Freud, por sua vez, aproxima-a do sujeito-indivíduo, do campo não intencional das pulsões e da agressividade. Há, porém, paralelos entre ambos, onde se encontra uma das hipóteses mais importantes da presente pesquisa: a possibilidade de que a violência seja sim inerente ao ser humano, mas que se expresse como um sintoma, como uma consequência dos processos psíquicos em confronto com a cultura.

A violência doméstica não é um acaso nem um instinto animal, não é uma monstruosidade nem mesmo um mal inevitável, ela tem raízes em todos os âmbitos da sociedade, do público ou privado, da psicologia das massas às introjeções culturais subjetivas; e, provavelmente, a partir desses campos se pode extrair melhores soluções e práticas de intervenção em relação a esse problema.

### **1.1 Da Violência Até a Violência Doméstica**

As criações humanas são facilmente destruídas, e a ciência e a tecnologia, que as construíram, também podem ser utilizadas para sua aniquilação (FREUD, 1927, p. 5).

A violência cometida dentro do ambiente doméstico, seja física ou não, durante muito tempo foi considerada como um efeito inevitável das relações conjugais, principalmente naquelas em que o homem tem a “personalidade forte” ou a mulher possui “temperamento difícil”. Nas últimas décadas, porém, após um século de grandes conflitos e predominância violenta, o caráter comum e cotidiano da violência e de suas muitas formas passou a ser cada vez mais observável e questionado (ARENDETT, 1994). Com isso, o conformismo a respeito da violência doméstica mudou, assim como a leitura dos sujeitos envolvidos no fenômeno que também já é mais clara e tenta considerar a discriminação de gênero. Apesar disso, a responsabilidade de evitar esse tipo patológico de relação ainda é notada como incumbência da mulher. Até porque, dentro das paredes da família, blindados pela Igreja, pelo Estado e pelas relações de poder, ainda é creditada à mulher a escolha da relação e é de sua responsabilidade interromper o ciclo.

As informações nem sempre chegam da mesma maneira aos indivíduos, embora ler a respeito de violência doméstica e responsabilização do agressor seja, hoje, algo comum no mundo científico e até em algumas redes sociais, mas indignar-se é insuficiente para interromper o ciclo. É essa impressão da naturalidade, uma das mais significativas dentre as quais pretendemos romper na presente pesquisa, a impressão de que o homem - é assim e sempre será -, que faz parte de sua natureza agredir e só o que cabe é punir um mal inevitável. Enquanto o agressor e as estruturas, as quais ele representa, não forem vistos como um grande potencial para interromper o ciclo da violência doméstica, é possível que as vítimas só mudem de endereço; e a violência, agora censurada, persista ainda por muito tempo. Para afirmar que a violência, em especial a doméstica, é algo que pode ser interrompido, é preciso conhecer melhor a violência de uma maneira geral e estrutural.

Toda estrutura se vale de aspectos socioculturais para ser exatamente aquilo que é, algumas delas são mais difíceis de serem delimitadas, dentre outros motivos, também pelo fato de estarem bem internalizados na vida cotidiana, de maneira que fica muito complexo separar estrutura e cultura (ARENDETT, 1994). Tendo em vista a importância de entender a estrutura da violência, o caminho a ser percorrido passará primeiramente por definir e observar os entrelaces entre a violência, o poder e a agressividade, e, em seguida, delimitar a violência doméstica com ênfase na sexualidade feminina, no patriarcado e nas estruturas de gênero. Essa escolha justifica-se pelo fato de que o olhar desnaturalizado e socialmente compromissado da

violência vem demonstrar como, apesar do que evidencia sua estrutura, ela não é inevitável. Um início necessário para a compreensão do ódio e do mal-estar psíquico como fontes abundantes de violência e, da cultura, como aval para que ela seja exercida.

### 1.1.1 Violência, Poder e Outras Definições

No aspecto geral, trata-se de uma tarefa difícil definir a violência como um conceito único, uma vez que pode ser classificado de muitas formas por ser um fenômeno multifatorial e multifacetado. Ou seja, constitui um fenômeno social que se constrói de vários fatores (MODENA, 2016), e pode, portanto, ser representado com diversas configurações sem ter exatamente uma categoria única onde se encaixar. Isso significa que até poderia transcrever uma definição de violência teórica, antropológica ou de um dicionário, mas o que lhe dará significado é o seu contexto: qual o instrumento, qual o fim, qual a motivação. São muitas as formas possíveis, por isso, é um grande compromisso enumerar cada uma delas.

Dentre as formas, as mais conhecidas e recorrentes estão, de acordo com Modena (2016), nas seguintes classificações: “[...] a violência provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória.” (MODENA, 2016, p. 11). Consideramos essas classificações mais didáticas que práticas, uma vez que geralmente elas se misturam na experiência social. Por exemplo, alguns desses tipos de violência se mostram mais significativos quando comparados com a violência doméstica, falando do agressor, especialmente a simbólica, sistemática e legitimada. Essa é, porém, uma probabilidade e não uma regra, já que um mesmo homem pode cometer violência real e simbólica.

Assim como o fenômeno, os estudos a respeito atravessaram séculos, embora percebemos que o período de guerra e o pós-guerra ampliaram a relevância acadêmica e social do tema (ARENDR, 1994). Esse efeito demonstra como há influência da cultura; cada uma das formas e dos conceitos de violência tem seu lugar nas relações humanas, e ocupa um espaço estrutural da sociedade (ARENDR, 1994). A teoria de Arendt (1994/2007), que vivenciou a segregação, a angústia e os efeitos do holocausto, possibilita observar a violência contemplando seu aspecto político e social, sua diferenciação com o poder e a agressividade e outros fenômenos

percebidos como análogos à violência. Isso ocorre em uma análise que se aproxima das estruturas sociais e principalmente políticas, em que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política” (ARENDRT, 1994, p. 15). Os aspectos que constituem a violência não escapam ao político, por serem, fundamentalmente, parte dessa condição.

Arendt (1994/2007) possui uma visão interessante desse fenômeno, sobretudo por se distanciar das teorias biológicas que prevaleceram contemporâneas à autora e permanecem até hoje e, por procurar encontrar os limites entre violência e poder. A intenção é chegar a uma definição o mais próximo possível da violência que dá origem à doméstica. É fundamental entendermos a violência doméstica como um fenômeno não só violento, ou uma categoria de violência, como também um possível efeito de uma ordem cultural, um espaço familiar e social permissivo quanto a agressividade masculina; a violência simbólica, por exemplo, mantém-se através de redes de poder (BOURDIEU, 2012). Nesse espaço entre violência-poder fica a necessidade de provar a honra presente no discurso de vários agressores.

Nesta senda, pensaremos a influência da violência e do poder no mundo, e na constituição de estruturas capazes de acolher por tanto tempo um fenômeno como a violência doméstica. Uma violência que ocorre dentro de casa ou no contexto de relação íntima, que envolve laços afetivos mesmo que não sejam de amor, e que, são tão naturalizadas que ouvimos a vida toda que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. O desenvolvimento do sujeito e suas estruturas políticas, sociais e de poder, contribuíram para que as necessidades dos sujeitos fossem reduzidas ao matrimônio. “Em briga de marido de mulher não se mete a colher”, pois, geralmente, quem representa perigo é o marido e com a autoridade masculina, não se discute. Mas existem motivos para isso, além de um gênero supostamente biológico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) define a violência de acordo com sua intencionalidade e coloca como instrumentos desta a força ou o poder, seja esse poder por meio de estruturas socialmente definidas ou por meio de intimidação. Nessa perspectiva, ela pode ser direcionada a outra pessoa ou a si mesmo ou, ainda, acontecer coletivamente, a um grupo ou a uma comunidade. A violência é um potencial humano, mesmo que não seja uma obrigatoriedade ou natureza. Os processos de desenvolvimento social, aspectos culturais e os interesses de cada indivíduo caminharam para que a violência fosse, em cada período, um instrumento tal qual a necessidade de seu agente. Contudo, a necessidade humana não é simples

de resolver, tanto a violência quanto as relações de poder podem ser pensadas além de definições gramaticais, porque são fenômenos que se misturam aos momentos políticos, às estruturas sociais e à maneira como esses laços se constroem, instáveis.

A masculinidade também se mistura a essas estruturas, resumindo tudo ao nome da honra; a violência que o homem pratica e a violência que ele sofre em outros contextos, são praticamente um costume. Portanto, mais do que antiga, a violência é familiar, e talvez nesse aspecto esteja seu principal risco social, que vai desde guerras entre nações às bofetadas recebidas dos pais, e a maneira alheia, muitas vezes, de assistir a tudo isso. Em nome da guerra, muitos morreram; em nome do amor, muitos apanham; em nome da honra, matam; e, em nome da paz, outros conflitos surgem.

Apesar de sua relevância, observando em retrospecto, a violência não teve a devida atenção, Arendt (1994) apresenta certa indignação com o fato de o tema ser algo “marginal” à ciência até então, bem como por ser naturalizado. A autora identifica ainda que o ser humano mudou e muda, gerando alteridades, mas também coletividades de acordo com cada tempo e, por fim, pontua o caráter social da violência. Embora a violência estivesse lá, modificando formas de vida, influenciando subjetividades e coletividades, era tratada como uma casualidade. Com efeito, a violência foi naturalizada a ponto de ser negligenciada pela história (ARENDR, 1994). Ouviu-se falar muito a respeito dos conflitos, das guerras, o seu valor político e as consequências dolorosas, e pouco sobre como esses conflitos se fundamentaram e perpetuaram a partir de falsa naturalidade, ou, em outras palavras, através de uma naturalização.

Nessa premissa, a violência aparecia sempre como um acontecimento marginal, enquanto a vitória das guerras, por exemplo, podia ser comumente atribuída à vontade de Deus, afinal, “ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos” (ARENDR, 1994, p. 16). Quanto mais considerada como algo corriqueiro, vontade divina ou castigo do destino, mais simples é desconsiderar suas origens e conviver com a violência sem a contestar. São muitos os exemplos que Arendt (1994) apresenta para justificar suas dúvidas quanto a posições adotadas pela ciência ou por alguns representantes desta, a respeito da causa e do efeito da violência. Teorias importantes e válidas, em sua maioria, mas que observavam a violência como um acessório da paz ou do desenvolvimento, secundária ao que quer que fosse.

De maneira geral, a violência era apresentada como algo natural, comum à sociedade e necessária para que o mundo caminhasse. Todavia, Arendt (1994)

desmancha a maneira naturalizada de ver o fenômeno, ao lembrar que, apesar das guerras, dos conflitos e de tanta violência, nada disso resultou na paz como solução. No entanto, é necessário lidar, hoje, com a compreensão de que a ordem social se baseia, não completamente, mas com muita força, em violência (SEGATO, 2003). De fato, as consequências que a guerra suscita vão muito além das conhecidas descrições nos livros de história, na prática da vida cotidiana “a paz é a continuação da guerra por outros meios” (ARENDR, 1994, p. 17); no lugar da paz, ficam as estruturas sociais machucadas, os psiquismos embotados, economias devastadas e corpos violados, assim é ainda hoje em uma guerra entre grandes nações (como Rússia e Ucrânia). Assim é, por exemplo, na guerra às drogas no Brasil; e é assim diariamente, quando uma mulher é agredida dentro da própria casa. A estrutura não muda, o conflito que enraizou a violência não cessa, pois, geralmente, ele não está na vítima (MUSZKAT, 2006).

Demonstrando a maneira como a violência influencia a vida política e social, a Nova Esquerda em meados dos anos 60-70 é um exemplo de como as gerações modificaram o valor atribuído à violência, não em vão, mas porque cresceram à sombra de bombas atômicas, ouvindo o tique-taque ameaçador do relógio (ARENDR, 1994), de forma que, até mesmo, os favoráveis à não-violência se encontram em defensiva:

Ela herdou da geração de seus pais a experiência de uma intromissão maciça da violência criminoso na política: aprenderam no ginásio e na Universidade a respeito dos campos de concentração e de extermínio, sobre genocídio e tortura, aos (sic) massacres em massa de civis na guerra, sem os quais as modernas operações militares não são mais possíveis, ainda que restritas às armas “convencionais”. A sua primeira reação foi de repulsa a todas as formas de violência, uma adoção quase que automática de uma política de não-violência. (ARENDR, 1994, p. 20)

Portanto, não há como negar que a ordem social se baseia em violência visto que, acima até mesmo do desconforto social latente, a violência influencia o pensamento político e o enredo social de cada época, às vezes, diretamente, como nesse fragmento citado, e, por outras, indiretamente. Por mais que não seja plausível que a violência seja aliada do progresso, como um mal necessário, não é possível negar o seu lugar enquanto parte da estrutura social ou o fato de que, por meio de alguns conflitos, como a Segunda Guerra, houve de fato desenvolvimento, em especial tecnológico (ARENDR, 1994). Não é, porém, a presença da violência que

causa o estopim para que esse desenvolvimento ocorra, mas sim a necessidade oculta de poder.

Existe, inclusive, uma forte tendência de enaltecer o desenvolvimento tecnológico durante os períodos de guerra, desconsiderando que, na verdade, é durante os períodos de paz que a ciência e a tecnologia mais encontram espaço, recurso e mão de obra para se desenvolverem. A tecnologia que se desenvolve massivamente durante as guerras é ostensivamente bélica, e naturalizada por essa falácia que associa a violência ao desenvolvimento.

A violência é reconhecida por ter se tornado parte da sociedade, mas isso não quer dizer que seja inata ao ser humano, apenas quer dizer que as estruturas políticas e de poder (acrescentaria também as de gênero) a aceitaram tão bem que seu lugar foi firmado na vida cotidiana. Sua naturalização e de suas formas contribuem para que esta seja notada como uma alternativa válida para a resolução de problemas, para o desenvolvimento ou apenas para a satisfação de caprichos, quando, na verdade, ela só parece tão válida e familiar porque é constante e porque, de muitas maneiras, traz certa sensação de que é possível ser superior (ARENDDT, 1994).

De maneira semelhante como a violência foi negligenciada pela ciência, a violência doméstica no que diz respeito à agressão em si e não à culpa, também não teve a mesma atenção. A utilização de violência, agressividade e poder como sinônimos contribui para que, além de limitar a compreensão das relações entre as estruturas, procure unir o homem em um só aspecto do ser irracional. Houve um dia um consenso de que a violência nada mais seria que uma manifestação óbvia de poder, como argumentavam, por exemplo, C. Wright Mills e Max Weber; geralmente associando o poder à capacidade ou autoridade de se fazer obedecer (ARENDDT, 1994). Os termos, as estruturas e as consequências de cada um coexistem em inúmeras situações e são, inclusive, parte da estrutura uns dos outros, mas não são mais do mesmo.

## **1.2 Violência**

Há, de acordo com Arendt (2007), três atividades fundamentalmente humanas: trabalho, obra e ação; sendo a ação a mais íntima à vivência enquanto ser humano, já que define significados. O peso que a ação possui nesse discurso mostra-se bastante nítido no seguinte trecho: “A ação, na medida em que se empenha em fundar



a preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (ARENDDT, 2007, p. 16). Nenhuma ação escapa à condição humana, tudo aquilo em que o homem toca, torna-se, portanto, qualidade de sua existência, como foi a violência. É comum à natureza que os homens criem as condições das quais necessita e essas, muitas vezes, tornam-se tão naturais que mais parecem parte de sua natureza. Essa reflexão é semelhante ao processo da construção do *habitus*<sup>2</sup> (BOURDIEU, 2007).

Diante disso, é possível afirmar que as atividades humanas usualmente são condicionadas, ou seja, giram em torno do fato de que os homens vivem juntos (ARENDDT, 2007). Um ponto fundamental da violência como conhecemos hoje, parte da transformação entre vida pública e vida privada, distinção entre família e política, que veio com a modernidade, principalmente no domínio da esfera social. São essas esferas que reforçam para o agressor, a necessidade da violência. A definição de violência, segundo Arendt (1994), é sua natureza instrumental, o sentido está em seu fim, naquilo que ela requer ou almeja. A violência requer implementos, artifícios, que são mais notáveis quando consideramos as esferas da vida cotidiana e as questões políticas. Em um contexto histórico, é provável que a vida pública, as sociedades e quaisquer espaços organizados tenham vindo à tona por meio da família, ou seja, da esfera privada (ARENDDT, 1994, p. 38). Apesar disso, os valores de cada instância, as oportunidades e dificuldades, dependem de quem acessa os espaços. Cabe lembrar que a cultura e a introjeção desta fazem parte desse acesso (FREUD, 1927).

Esses espaços se diferenciam e se organizam politicamente, o que fez deles um solo fértil para a violência. O fenômeno da violência está inserido nas duas instâncias, pública e privada, atuando de diferentes maneiras, mas com o mesmo princípio da garantia de poder ou um fim semelhante. O homem que vive os efeitos da violência na vida pública, quando é assaltado, por exemplo, não está livre de violentar a esposa na vida privada. Como mencionado, apesar de existir, provavelmente, desde sempre e ter nas relações humanas um lugar fecundo, a violência não é inevitável (OMS, 2002; MODENA, 2016). Um dos pontos fundamentais

---

<sup>2</sup> O *habitus* diz respeito àquilo que é do ser, subjetivo, mas se tornou social por meio de “esquemas de percepção, pensamento e ação” (BOURDIEU, 2012, p. 17). Seria a produção de uma difusa socialização, ou seja, o significado que as coisas ganham após os processos de produção de identidades. Quando essas ideias são reconhecidas como verdade, a sociedade toma-a como tal e inscreve tal característica como algo natural ou da natureza, uma lei social incorporada (*habitus*).

no discurso de Arendt (1994) está no caráter consciente da violência, que não pode ser considerada uma fatalidade. Enquanto para Freud a violência é característica de *ser humano* que o difere, por exemplo, de animais (CANAVÊS, 2014), para Arendt é o rompimento da condição humana. Por isso, há uma distância relevante a ser considerada entre a violência e a irracionalidade (ARENDR, 1994). Mesmo que levados ao extremo, os homens não se tornam irracionais, tampouco animais, mas rompem, certamente, com a condição fundamentalmente humana de pensar e deliberar.

Após o amplo alcance da ciência, com influência do Positivismo, por exemplo, e a maneira como aquela adquiriu força, o que passou a definir um homem como irracional foi a recusa da ciência. O homem irracional seria, portanto, o ignorante, aquele que age sem pensar, que não pode ser responsável pela consciência de seus atos. Essa visão ainda é presente na atualidade, embora como veremos no capítulo II, apesar da predominância, nem sempre o agressor é o socialmente vulnerável ou o ignorante. Em geral, a violência é pensada como algo que nasce ou surge, através da raiva, e, por isso, costuma-se classificá-la como irracional e, em alguns extremos, como patológica. Quantas vezes já se ouviu alguém dizer que a raiva deixou cego? Ou precisou fazer alguma coisa para não explodir? Mas o ódio segundo Arendt (1994) não é espontâneo, “somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas e não o são é que surgirá o ódio” (ARENDR, 1994, p. 40).

Neste viés, o mal/a violência geralmente é extremo, mas nem por isso é irracional, apesar da raiva ser irracional, assumimos que violência não é codependente desses sentimentos para que ocorra. É uma distorção bem comum perceber a racionalidade como uma consequência da ausência de emoções. Porém, quando ocorre a perda da capacidade de deliberar a respeito de conflitos ou da linha de argumentos, pode até parecer que a violência seja a alternativa que cabe, mas ainda é uma alternativa consciente. O que está em questão a respeito da violência não são nossos impulsos, mas como estes são empregados (ARENDR, 1994), visto que impulsos agressivos todos temos (FREUD, 1912).

Em lugares e situações em que nossos princípios são desafiados, onde há senso de justiça contrariado, são nesses casos que a violência, por si só, torna-se um recurso bastante convidativo. Se fosse atuada apenas como maneira de remediar um senso de justiça, é possível que a violência fosse próxima à agressividade do que ao poder. Ficam então postulados três pontos fundamentais que defendo a respeito da

natureza da violência: minha anuência com Arendt (1994) em acreditar que a violência tem sempre um porquê e, por isso, é instrumental, o caráter não inato da violência e a importância das instâncias sociais para que seja aquilo que é, dentre essas, o poder.

### 1.3 Poder

Em séries e filmes onde apocalipses são o pretexto da miséria, nunca é a própria miséria que fomenta a violência, é sempre a ganância, o desejo ou a necessidade de um grupo, ou de uma pessoa, sobrepor-se a outros e ter o controle dos recursos disponíveis. Podemos ver isso, por exemplo, na série *The Walking Dead* (2010-2022), em que são raras as situações onde há violência sem o pretexto do poder, apesar do cenário de inconformismo. Isso quer dizer que já é parte da mentalidade social se guiar pelo poder, a violência vende mais do que uma solução pacífica pois carrega promessas de domínio. Na visão de Arendt (1994), a violência tornar-se-á irracional, principalmente, à medida que for direcionada a “substitutos”, e, nessa mesma categoria, o maior perigo da violência está na possibilidade de ser coletiva. Não é difícil entender o que isso quer dizer, sabemos que os piores exemplos históricos que temos para a violência partem de situações onde ela foi coletiva, direcionada a substitutos, quer dizer, contra uma categoria de pessoas, às vezes por pura posição ideológica e amparada por poder.

Já está definido que violência mudou e vai mudar de acordo com o movimento de suas estruturas, consideramos que hoje ela abriga certo teor de arbitrariedade em virtude da maneira como é colocada em prática: “posto que os resultados das ações dos homens estão para além do controle de seus atores, a violência abriga em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade” (ARENDR, 1994, p. 14). Por mais elaborada que seja a intencionalidade da violência, em termos psíquicos e sociais, ela está suscetível a ser, às vezes, um capricho, ainda que carregado de preceitos e legitimações sociais. Caprichos que parecem coerentes diante da demonstração de poder.

Arendt (2004) cita que Passerin d’Entreves, considerado por ela um dos poucos que se propôs a distinguir violência e poder, percebe o último como uma forma de violência mais branda. Definição como essa se mostra limitada, contudo, condizente com o contexto histórico, onde, em alguns casos, o governo era puramente o controle sobre os homens e a violência se inserira de maneira quase análoga ao poder. Isso

não se confirma em nossas estruturas, pois “se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma” (ARENDDT, 2004, p.23). Pelo contrário, um cano de uma arma é mais uma busca interna por poder do que uma confirmação de qualquer poder externo.

A ordem que um dia se estabeleceu entre poder e violência já não é a mesma, anteriormente até fez sentido que não houvesse poder sem violência ou vice-versa, em um tempo onde os conflitos eram simples em termos de elaboração social. Contudo, influência tecnológica, acúmulo de riquezas e posse/propriedade, certamente, fazem parte dessa mudança. Sendo assim, os fenômenos já não são prenúncios um do outro (ARENDDT, 1994). É nítido, por exemplo, que existem casos em que violência simbólica ou psicológica desempenha um estrago tão grande ou até maior em termos de violência do que uma arma de fogo. Esses tipos de violência só possuem essa efetividade porque há poder envolvido nas estruturas daquele sujeito e/ou relação, como no caso da violência doméstica. É possível que, afinal, a violência doméstica esteja inerente a uma estrutura de poder.

Deixando mais clara a diferenciação, enquanto a violência pode facilmente ser cometida de forma isolada, o poder requer números, o que a violência requer são implementos.

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condições de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. (ARENDDT, 1994, p. 34)

Em segundas análises, tampouco o apoio necessita ser direto, tanto que, na representação de poder do masculino sobre o feminino, em muitas ocasiões basta ser simbólico para que seja efetivo. Mesmo que a tirania seja um poder cujos alicerces são necessários, *vide* o próprio nazismo, “a tirania, conforme descobriu Montesquieu, é, portanto, a mais violenta e menos poderosa forma de governo [...] a forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos” (ARENDDT, 2004, p. 26). Para exemplificar, há um trecho, nas primeiras páginas de Eichmann em Jerusalém (ARENDDT, 1999), que exprime a relação entre violência e poder, contida em especial na Segunda Guerra. Essa obra parte de uma publicação em revista, requerida à autora, que acompanha e faz reflexões a respeito

do julgamento daquele cuja responsabilidade no holocausto era orquestrar, através de ordens, a “solução final dos judeus”:

A justiça exige que o acusado seja processado, defendido e julgado, e que fiquem em suspenso todas as questões aparentemente mais importantes \_ “Como pôde acontecer uma coisa dessas?” e “Por que aconteceu?”, “Por que os judeus?” e “Por que os alemães?”, “Qual o papel das outras nações?” e “Até que ponto vai a responsabilidade dos Aliados?”, “Como puderam os judeus, por meio de seus líderes, colaborar com sua própria destruição?” e “Por que marcharam para a morte como carneiros para o matadouro?”. A justiça insiste na importância de Adolf Eichmann, filho de Karl Adolf Eichmann, aquele homem dentro da cabine de vidro construída para sua proteção: altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo o julgamento fica esticando o pescoço para olhar o banco de testemunhas (sem olhar nem uma vez para a plateia), que tenta desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o autocontrole, apesar do tique nervoso que lhe retorce a boca provavelmente desde muito antes do começo do julgamento. Em juízo estão os seus feitos, não o sofrimento dos judeus, nem o povo alemão, nem a humanidade, nem mesmo o antissemitismo e o racismo. (ARENDR, 1999, p. 15)

Nesse texto, Arendt (1999) levanta a questão do envolvimento dos alemães na Segunda Guerra Mundial, e até mesmo dos judeus, que não foi bem recebida pela comunidade em geral, principalmente dos citados. A intenção, porém, é demonstrar o absurdo de atos como o holocausto, a ideia de que todo mal possui precedentes e, como mencionado, não há poder sem apoio; mesmo que ele não seja óbvio, mesmo que ele se construa através dos tempos, mesmo que ele seja desempenhado por meio do simbólico. Não existem, em última análise, monstros, qualquer um pode cometer um ato monstruoso, e, quando consideramos que não existe a alternativa de julgar todo um sistema ou um conjunto de ideias, é necessário um objeto, uma pessoa a qual nomear. A relação dessa questão em especial com a masculinidade e a violência doméstica será melhor abordada na segunda e terceira partes da presente pesquisa. Em especial demonstrando que a necessidade de reafirmar o poder exercido de um gênero sobre outro está diretamente ligada aos objetos buscados e nunca alcançados e à dificuldade de lidar com o desamparo do ego não ideal (MUSZKAT, 2006; FREUD, 1905).

Por fim, aquele que meramente observa o evento, é um “aliado latente”, mas também está submetido às estruturas de poder e às próprias exigências internas. Juízo facilmente aplicável ao fenômeno da violência doméstica, onde existe uma relação de poder entre os principais envolvidos, e outra entre os expectadores. O homem que “não se mete em briga de marido e mulher” cumpre um padrão interno e

externo de comportamento, a mulher, a outro, e o motivo disso nunca ser colocado em questão é que a introjeção dos afetos, geralmente, obedece à estrutura social de poder (MUSZKAT, 2006).

#### **1.4 Agressividade, Vigor e Autoridade**

A fim de delimitar ainda mais as estruturas que caminham junto à violência, é necessário entender como elas se comportam. Modena (2016) pontua a diferença entre agressividade e violência utilizando argumentos de Friedrich Hacker (1914-1989), onde a agressividade é inerente ao ser humano e se torna violência quando rompe os limites da alteridade, uma compreensão próxima, embora não idêntica, à compreensão de Freud (1905), que localiza a agressividade como uma pulsão agressiva.

A agressividade sim serve como mola, impulso ao desenvolvimento (MODENA, 2016), especialmente por estar localizada num campo pulsional; a violência não, ela destrói, está diretamente ligada ao fim. De qualquer forma o impulso agressivo é geralmente lido como algo próximo ao instinto, não é à toa que os animais compartilham dessa característica. A grande diferença está no fato de que, ao agir por meio da agressividade, o homem é capaz de raciocinar, encontrar justificativas e se valer dessas (ARENDRT, 1994). Quando opta por atuar com agressividade em desfavor de outra pessoa e, provavelmente, em favor do ego, abre espaço para a violência, quando o ego sente sua integridade ameaçada desperta o ódio (MUSZKAT, 2006; FREUD, 1915). Essa relação entre pulsão, estruturas do ego, ódio e sintoma deve ser mais amplamente explorada ao pensar o psiquismo do homem agressor e sua figura clínica, no terceiro capítulo da presente pesquisa.

Por sua vez, o Vigor é considerado por Arendt (1994), ainda mais orgânico, trata-se de algo particular, inerente e pertencente à “essência” do ser humano. Em outras palavras, é uma estrutura que pertence a cada ser humano de uma maneira própria. De todas as estruturas, o Vigor é a mais próxima a um instinto de vida.

O vigor do indivíduo mais forte pode sempre ser subjugado por aqueles em maior número, que frequentemente se unem para aniquilar o vigor precisamente por causa de sua independência característica [...] está na natureza de um grupo de seu poder voltar-se contra a independência, a qualidade do vigor individual. (ARENDRT, 1994, p. 37)

A Violência, núcleo da presente pesquisa, qualifica-se por seu “caráter instrumental”, embora caminhe mais próxima do poder e suceda a agressividade (ARENDDT, 1994), relaciona-se também com o vigor. É possível que o vigor seja algo a ser destruído pela violência, cuja autoridade de um indivíduo sobre outro tende a matar ou a neutralizá-lo. Neste diapasão, a Autoridade é a última estrutura citada por Arendt (1994), um termo mais histórico e aplicável a muitas relações no ambiente público ou privado. Ela muda conforme as relações sociais e caracteriza-se pela necessidade oculta de obedecer; portanto, quanto o indivíduo está munido de autoridade, não há necessidade de persuadir.

Todavia, de acordo com Arendt (1994), essas definições não são tão claras quando aplicadas à vida cotidiana, mesmo que dali elas tenham sido extraídas; quando institucionalizadas, as relações se comportam ao seu modo. Se essas relações e definições fossem tão simples de se fazer, sem influência pessoal do sujeito que age, poderia haver um manual para a revolução ou um plano em curso de como acabar com a violência através dos mecanismos da sua própria constituição. Na retaguarda da violência, porém, o poder é extremamente significativo, não importa a tecnologia (implemento) ou seu fim, se a ordem não é reconhecida, se não existe a mão oculta do poder envolvida, a utilidade da violência é rapidamente reduzida. “Homens isolados sem outros que os apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida” (ARENDDT, 1994, p. 40).

O sistema que suporta cada um desses fenômenos, na realidade das relações, especialmente as relações de violência doméstica, comporta-se de maneira particular, tanto que é possível identificar constantes de comportamento cíclico. Tanto o poder, quanto a violência, tem um fim em si, pois não existe paz que justifique tamanha violência nem garantia que mantenha qualquer poder. Na verdade, ao se observar a realidade, nenhum deles demanda mais justificativa, pois não pretende nem necessita se justificar para ser. Se hoje tivéssemos a mesma estrutura social, porém, sem que os preceitos da masculinidade e da sociedade patriarcal fossem, junto à estrutura da violência, um aval para que um homem atuasse com agressividade contra a mulher? Provavelmente, a violência doméstica seria tão condenável quanto é agredir qualquer pessoa sem motivo externo. O agressor, às vezes, está sozinho, nem mesmo conversa a respeito da violência que pretende cometer, mas, mesmo assim, é respaldado pelo poder que todas as estruturas citadas lhe conferem.

## 1.5 Violência Doméstica

A violência doméstica compreende um tipo de violência que envolve ação ou omissão em relação a outra pessoa com a qual se convive em relacionamento. Essa é a principal característica que a destaca da violência no âmbito geral, o fato de que acontece no espaço privado e abrange componentes como gênero, patriarcado e masculinidade. Consiste num termo e um tema que já foi inacessível, mas alcançou outros lugares na sociedade; talvez nem sempre ele seja visto como um fenômeno, nem sempre seja considerado o seu caráter político, seu respaldo na vida pública e privada, ou os mecanismos simbólicos de gênero que reforçam sua existência por tanto tempo, mas é necessário admitir que, hoje, as pessoas se importam mais com essa questão.

É possível observar como os crimes mudaram através dos anos, décadas e séculos, como também mudaram as punições, considerando cada vez mais elementos, principalmente os direitos humanos. Hoje, o caráter censurável da violência doméstica é mais endossado do que já foi em qualquer tempo, mas ainda falta acesso à compreensão estrutural desta, sobretudo das classes mais vulneráveis. As leis e as definições a respeito da configuração da violência doméstica têm uma importância além de finalidades científicas. Há diversos relatos de mulheres que só reconheceram já terem sido violentadas, principalmente a respeito da violência doméstica sexual, após compreenderem que a agressão também podia se aplicar em situações de matrimônio ou qualquer relacionamento. Poucas pessoas compreendem a violência, não importando se existe um laço matrimonial ou se já houve relações sexuais consensuais com a mesma pessoa anteriormente (SEGATO, 2003).

Impulsionado através de o movimento feminista, as políticas públicas e a própria ciência, além do alcance proporcionado pela internet através das redes sociais, o tema ganhou certa visibilidade e provocou mudanças. No Brasil, o assunto tem sido mais discutido e projetado desde 2006, com a instituição da Lei Maria da Penha. A partir da qual é possível definir a violência doméstica, inclusive no contexto familiar, como também discorre Segato (2003), em território físico e simbólico (SAFFIOTI, 1997). No texto da Lei, temos a seguinte definição:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar,



inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. **Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.** (BRASIL, 2006, grifos nossos)

Existem, na tipificação da violência doméstica, cinco categorias que compreendem todos os âmbitos onde o agressor pode agir prejudicando a vítima, são elas: violências física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A violência física é a mais conhecida e está diretamente ligada à integridade do corpo, enquanto que a violência psicológica revela-se um pouco mais complexa, a saber:

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2006)

Assim, talvez seja possível notar pela definição que a violência psicológica é uma das mais presentes e, em contrapartida, difícil de identificar para uma vítima e um agressor que estejam dentro da dinâmica violenta. Isso porque é a que parece mais comum à relação conjugal e mais carrega as cargas emocionais do próprio agressor. A violência sexual, por definição, caracteriza não apenas o ato de manter relações sexuais contra a vontade da vítima, como também qualquer constrangimento nessa ordem, como presenciar relações sexuais contra a vontade e participar sem consentimento ou desejo, pois pode haver a coação para o consentimento, por meio de ameaça, intimidação ou ainda força. Há dentro da violência sexual a indução à prostituição ou relação com terceiros, impedir uso de contraceptivo, interferir de qualquer maneira não-consensual em gravidez ou aborto, bem como limitar ou ater os direitos reprodutivos e sexuais (BRASIL, 2006). Assim, às vezes, dentro de um ato existem múltiplas tipificações.

Existe também a configuração de violência patrimonial, uma das formas menos conhecidas pelo mesmo motivo de carregar fortemente o padrão patriarcal. Compreende reter, tirar ou destruir os bens ou patrimônios do cônjuge desde dinheiro a documento. Por último, a violência moral “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” (BRASIL, 2006). No caso da violência moral,

habitualmente pode evoluir para a violência psicológica, depois física e, assim, gerar um ciclo. No ano de 2021, a violência psicológica contra a mulher foi incluída como Lei nº 14.188, de 2021.

Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: (Incluído pela Lei nº 14.188, de 2021). Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave (Incluído pela Lei nº 14.188, de 2021). (BRASIL, 2021)

Geralmente, os tipos de violência que não são a violência física estão presentes na manutenção do ciclo de violência, propiciam a evolução do ciclo e que a mulher fique enredada na situação. O feminicídio é um grande exemplo, pois, apesar da lei não prever relação prévia com a vítima (BRASIL, 2015), em muitos casos, existe a ocorrência anterior de violência doméstica. De acordo com Carvalho e Maia (2019), vale observar a gravidade maior que é a recorrência e a “naturalidade” da violência doméstica, além de ser repetitivo tende ao agravamento. Uma característica que já pertence à violência no geral. Neste viés, essa categoria de violência consiste num fenômeno ímpar, que opera com o apoio de várias instâncias sociais (a Igreja, a família e a política); a “sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Neste sentido, esta abordagem, que pretende alcançar futuramente o agressor, deve compreender a violência doméstica através das razões não só da violência, bem como do gênero subjugado.

A punição ao feminino não é nova, para não irmos tão longe, podemos citar *O Martelo das Feiticeiras* de Malleus, um texto com publicação datada de 1486/1487, a fim de cumprir as regras do papa Inocêncio VIII (MODENA, 2016). A partir da distribuição deste, a Igreja foi capaz de torturar, matar e caçar por volta de cem mil mulheres no continente europeu. A famosa “caça às bruxas” tinha o pretexto de punir práticas hereges e mágicas, mas, na verdade, punia a liberdade e autonomia feminina. O referido escrito ensinava a identificar e neutralizar as “bruxas” e abria brecha para que qualquer mudança no cotidiano servil, por menor que fosse, pudesse ser considerada uma prática passível de castigo. A sexualidade feminina, e aqui compreendemos todo o espectro da sexualidade (desejo, expressão, *performance*

social de gênero etc.) foi regulado e controlado de muitas maneiras nessa época, principalmente por intermédio da Igreja que considerava a liberdade sexual um ataque à fé.

Um exemplo de como a sexualidade era atacada é o fato de que havia a crença pelos inquisidores de que “os poderes concedidos pelo demônio passavam para as mulheres através do ato sexual; sendo assim, a mulher usava seu charme e sua sexualidade para atrair não só os poderes do mal, mas também os usava para enfraquecer outros homens” (MODENA, 2016, p.112). Com efeito, nota-se como a punição feminina passa pelo simbólico da sexualidade e submissão já há algum tempo. Não à toa, ainda existe atribuição de que uma mulher seja responsável pela honra masculina, por ser capaz de “enfraquecer” um homem, como justificativa para o descontrole deste.

Esse mecanismo da responsabilidade de cada gênero é ancorado na instância doméstica, o lugar onde a mulher deve cuidar e ser paciente e o homem deve prover e mandar. Por isso, é bastante característico o lugar e o peso do termo “doméstica” quando falamos do fenômeno da violência. Tanto que, embora as configurações familiares sejam plurais, ainda assim vale considerar os lugares do feminino e do masculino nas relações contemporâneas. Cabe lembrar que, mesmo quando se trata de uma relação homoafetiva, por exemplo, as características que circunscrevem a vítima e o agressor, e até mesmo a própria pretensão violenta, ainda passam pelos símbolos culturais de masculino e feminino.

O espaço doméstico é o limite da vida privada e considerado como correspondente às mulheres, logo, não existem muitos dados ou detalhes a respeito de como esse tipo de violência nasceu e cresceu (MOTA E SILVA, 2019). Para as vítimas não houve espaço, identidade ou evidência, para os agressores não houve lugar para reflexão, para reconhecimento de suas estruturas e outros campos para atuar sua energia, tampouco houve dedicação da ciência a esse respeito. Em princípio, o homem é aquele que sai da vida privada e vai para a pública a fim de prover a casa e regressa ao espaço privado, com as devidas angústias e castrações.

A vida privada e familiar é tão estimada porque bem abarca as relações de poder e a valorização da subjetividade. Especialmente a partir do momento em que a religião passa a reger essas estruturas, os limiares da vida pública das mulheres ficam bem definidos, reduzidos; em que a mulher, muitas vezes, aparece como suporte ao marido, pai ou irmão. Os supostos lugares do feminino e do masculino parecem ter

sido colocados e consideravelmente firmados, resguardados por “uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social” (BOURDIEU, 2012, p. 16).

Um exemplo é a insistente oposição feminina X masculino, pautada na divisão de atividades como fora (público)/dentro (privado); para cima/para baixo conforme os próprios símbolos de masculino e feminino; forte/frágil, por extensão. Analisar os sentidos construídos para os corpos e gêneros é fundamental, pois foi e é através desses sentidos que a *performance* acontece e os estereótipos se misturam, ganham significado, espaço e se estabelecem. Sob essa óptica, *performance* corresponde à maneira como se comporta em sociedade de acordo com aquilo convencionado como adequado, através do que se aprende socialmente e do julgamento feito a esse respeito, ou seja, uma adaptação (BUTLER, 1990).

Cada uma dessas estruturações contribui para que a violência doméstica seja exatamente aquilo que é hoje. Cada *performance*, cada vez que os corpos foram socializados de acordo com as expectativas de gênero, permite que, internamente, as forças possam agir a fim de expulsar tudo aquilo que fere o ego. Em face disso, o que atravessa o desejo masculino, numa análise geral, é a dominação. Até mesmo nas relações homossexuais é possível observar essa diferenciação, onde em algumas culturas o sujeito ativo, aquele que penetra, assume um caráter de “potência”, enquanto o sujeito passivo é o “desonrado” (BOURDIEU, 2012). Vale enfatizar que nessa passagem, Bourdieu (2012) está comentando como esse homem é lido socialmente e não da experiência individual dele enquanto sujeito, que é subjetiva. Sendo que é uma constante que qualquer ligação por mais tênue que seja à feminilidade se torna uma humilhação para a masculinidade.

Há no imaginário uma ideia de que o homem é, em sua expressão de masculinidade, como menciona Machado (2001), aquele que se apodera do corpo do outro. Por exemplo, o masculino é percebido nos discursos dos homens condenados por violência como um indivíduo, enquanto o feminino aparece como objeto sexual (SEGATO, 2003). Em *Violência Doméstica ou a Lógica do Galinheiro*, Saffioti (1997) descreve os eixos de socialização e lembra que o que diferencia os animais do galinheiro dos homens, é que nós temos a capacidade de simbolizar. O discurso da masculinidade compreende uma construção histórica que atravessa cada pessoa que convive socialmente. A grande questão é que a masculinidade condensa a legitimidade, o uso da força, a violência e a dominação, e, ao mesmo tempo, naturaliza

e utiliza de artifícios biológicos para tal. Esse símbolo/simbólico não se constrói apenas em *performances*, mas é, segundo Bourdieu (2012), um processo mais lento e profundo, uma construção no dia a dia, que se estabelece a ponto de impor o uso “legítimo” dos corpos.

Nesse processo, o homem viril se inscreve como modelo. A virilidade associada ao masculino entre os gêneros se integrou à honra e à violência, e, com o tempo, caracterizou-se como um instrumento para requerer, de certa forma, essa honra. Os sentidos construídos para os corpos são o que tornam legítima, na interpretação social, a violência. Mas, como veremos na terceira parte da presente pesquisa, são também esses sentidos que marcam psicologicamente o homem em ideais não alcançados e alteridades desamparadas, pois a virilidade ou a honra mais exigem do que amparam.

A virilidade é interpretada como uma capacidade, porém como uma aptidão que se liga à violência, no combater ou exercer, e especialmente uma carga, sobretudo pública, embora de forma menos óbvia seja também privada (BORDIEU, 2012). A virilidade é, portanto, uma questão relacional que se mostra mais aparente em relação a outros homens do que ao feminino, o qual é seu *versus*, seu temor interno de identificação.

## 1.6 Patriarcado

Assim como as questões de gênero, a estrutura patriarcal contribui para a violência doméstica, “as relações de gênero patriarcais são o epicentro da violência em geral” (ALMEIDA, 2004, p. 236). Isso ocorre porque a maneira como a violência se produz fomenta uma visão desigual das pessoas no mundo, a maior diferença, porém, é que a estrutura patriarcal se manifesta diretamente no âmbito doméstico. O seio familiar, por sua vez e por sua relação com o patriarcado, é o berço dessa violência, naturalizada, disfarçada de moral. Enquanto a desigualdade entre os gêneros intervém nos direitos humanos, a fim de avaliar a obediência, ou seja, uma postura subalterna do feminino em relação ao masculino; o patriarcado reitera esses papéis cotidianamente oferecendo o poder às custas de subjugação, organizando-se como uma categoria social, possibilitando que o âmbito doméstico represente um espaço livre para a perpetuação da violência (SAFIOTI, 1987).

Assim como as instituições (Igreja, Família, Estado, Escola) foram incisivas em “arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações de dominação masculina” (BOURDIEU, 2012, p. 101), o patriarcado age nas mesmas instâncias, mantendo-o. A voz invisível de um homem, tomado de raiva, impulsionado pela agressividade, com a necessidade de expulsar algo para fora, delibera que ele pode bater. As instituições agem por meio de estruturas inconscientes, onde a família é a principal reprodutora da dominação; a Igreja predominantemente institui e fixa a inferioridade feminina e as regras sociais pelas estruturas históricas do inconsciente; a Escola imprime os traços patriarcais enquanto uma maneira de educar. Já o Estado, amparado pelo sistema capitalista, transfere o patriarcado vivenciado no privado para o público, reiterando seus traços, utilizando-o como princípio e exemplo de ordem moral.

Ao se olhar de uma forma geral, é basicamente essa a cultura do mal-estar (FREUD, 1927). Muitas vezes e em muitos espaços, a origem da família é o próprio sagrado, uma herança de arranjos históricos, formas de organização social através dos tempos, mais vinculadas à sobrevivência do que ao sagrado em si (NARVAZ; KOLLER, 2006). Uma das justificativas mais utilizadas para a cronicidade da violência doméstica, que se embasa no patriarcado, é a ideia de que a família deve ser mantida em detrimento de tudo. Tanto a instituição do sagrado quanto a romantização dos sacrifícios exigidos pela família são fundamentadas em manter relações sociais de poder. Apesar de alguns campos ainda pregarem um modelo hegemônico de família, novas configurações surgiram e, provavelmente no futuro, as organizações que conhecemos hoje serão também modificadas, mas é certo que parte do discurso da masculinidade permaneça (BOURDIEU, 2012).

O patriarcado é um exemplo dessas mudanças, pois não é uma forma natural de organização. Existem e já existiram outras configurações de arranjo social-familiar, inclusive nos dias atuais. Existem motivos para a prevalência desse modelo durante séculos e até hoje, embora não mais tão marcado, mas ainda dentro dos mesmos moldes (NARVAZ; KOLLER, 2006). As primeiras sociedades ocidentais se organizavam em torno das mulheres e a participação do homem, até mesmo na reprodução (sexo, gravidez, nascimento), nem mesmo era considerada como necessária, levando em conta que não havia consciência a respeito da ligação entre a relação sexual e gravidez (NARVAZ; KOLLER, 2006). Essas sociedades eram

também coletivas, homens e mulheres tinham igual participação na manutenção de sobrevivência e nas relações entre si.

O cenário começa a modificar com o desenvolvimento de novas maneiras de contato e exploração da natureza, em que os homens passam a sair para caçar e as mulheres, por sua vez, passam a cuidar das crianças e a cultivarem. A monogamia e a instituição família, de maneira definida, e o entendimento de que os homens também tinham participação na procriação aparecem com a noção de propriedade privada; dessa maneira, estabeleceu-se quem eram os filhos legítimos que se tornou um aspecto importante, em contrapartida, os corpos femininos foram cerceados. Isso acontece para que os espólios fossem aproveitados como forma de poder e que precisavam permanecer num mesmo lugar, sob o controle do patriarca. A monogamia entra como uma maneira de delimitar quem pertence à família, porém, caberia apenas a mulher guardar seu corpo e sua sexualidade.

Essa é a base para o patriarcado, que se desenvolve predominantemente a partir da vida privada, família, monogamia e cerceamento do feminino, e se organiza em torno de relações de poder onde, para ganho e satisfação de um grupo, o outro é subjugado. Assim, observamos: “a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social.” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 51). Hoje, é possível, por exemplo, processar legalmente um pai ausente por abandono afetivo, embora não seja suficiente para recuperar o desamparo sentido, mas responsabiliza, ao menos financeiramente, o homem pelo abandono. As mudanças da legalidade desse modelo de organização foram lentas; no Código Civil de 1916 a influência do patriarcado vige. Nesta senda, o direito da mulher ao trabalho dependia de aprovação do marido ainda no século passado, o que só mudou em 1962. Em 1934 adquiriu-se o direito ao voto e o trabalho das mulheres só foi regularizado em 1941 (NARVAZ; KOLLER, 2006). O Código Civil de 2002 traz algumas alterações importantes, substituindo o pátrio poder por *pater familiae*, termo que pressupõe igualdade; só na Constituição de 1988 foi possível ver uma interpretação mais igualitária entre os sexos.

O homem, nesse sistema, possui autonomia e controle não apenas em relação à esposa, mas aos filhos e serviçais (NARVAZ; KOLLER, 2006), segundo a lógica apresentada por Saffioti (1997), quando pontua que o pátrio poder se estende em três “eixos de hierarquização”: gênero, raça e classe social. Essas estruturas são

influência direta na maneira como o homem percebe emprego, provimento, desempenho social e honra, como veremos na segunda parte. Assim sendo, o patriarcado se instala como norma, mas também cria a necessidade de reprodução, censurando aquilo que foge as suas normas, cercando o que é fluido de volta aos padrões da masculinidade hegemônica (SEGATO, 2003).

### **1.7 Estruturas do agressor**

Em todas as estruturas descritas (de gênero, patriarcado e violência), a masculinidade se situa em lugar de vantagem e, apesar de várias mudanças nas nossas relações enquanto sexo e gênero, essa ideia mantém a dominação masculina em ambos os espaços de socialização. Embora com mais sutilezas, esse modelo está em nossas relações hoje em dia e atua diretamente na violência e na saúde de ambos os sujeitos, masculino e feminino, de maneiras diferentes, mas alimentados por um mesmo sistema. Através da violência, o homem demonstra sua capacidade de autoridade e procura garantir que a pessoa submissa lhe preste obediência, inclusive em grandes escalas no espaço público, como em guerras territoriais. O ideal de feminilidade, não necessariamente uma mulher, mas tudo que cerca e carrega esse ideal, é reproduzido nas atitudes masculinas, legitimando a violência, pois, assim, é cabível se apoderar do “mais fraco”.

Oportuno entender como a masculinidade se articula, pois o homem violento não é um personagem de um conto qualquer, trata-se de uma pessoa real, socialmente marcada, que acredita, por algum motivo, que a violência é aceitável. A violência doméstica é um efeito deste cenário de desqualificação, perpetrado pela relação de gênero, patriarcado e as relações de poder, especialmente a masculinidade, por ser o arquétipo da hierarquia. Atualmente reflete-se a masculinidade como o outro indesejado, as “faces malditas” das relações (MEDRADO; LYRA, 2008). Contudo, o patriarcado não tem um único algoz, ele se mantém por meio de instrumentos sociais como citado, desde a Igreja até a própria mulher. Afinal, uma relação violenta não se sustenta por si só, ela precisa de implementos. Portanto, ao pensar a masculinidade não podemos nos ater apenas a signos dados, é sempre pertinente pensar a origem e o efeito desses estereótipos, a fim de entender e construir novos sentidos.



Na construção de novos sentidos, a partir de teorias e noções já bem conhecidas, poderemos acessar o perfil do agressor: “a resistência em perceber as relações de poder como jogos, e não como estados, pode, por outro lado, inviabilizar a percepção de caminhos de transformação, mantendo conseqüentemente os lugares de mulher-vítima e homem-algoz como estáveis e imutáveis” (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 826). Seja como ação, pensamento ou fenômeno, a violência não surge do nada, ela encontra terreno fértil nas mazelas sociais, está dissoluta no dia a dia, de maneira muitas vezes sutil o suficiente para passar despercebida ou até mesmo ser lida como um mal necessário; tanto que crianças crescem sob o estigma de que com a dureza (violência) se cresce mais forte. Isso é explorado, encorajado numa construção pedagógica da violência.

Em geral, indignamo-nos com a violência divulgada diariamente nos telejornais e portais de notícia, mas não reparamos tantas outras formas bastante sutis, mas igualmente eficientes em praticá-la e propagá-la. O século XX talvez tenha contribuído para que gerações de hoje perdessem, de certa forma, a sensibilidade com a violência. Já não há acordo (se um dia houve), a respeito dos limites entre agressividade e um ato violento. Não é à toa que ressoa o tique-taque do relógio, não é à toa que crescem como plantas daninhas, os discursos do medo e do autoritarismo (MODENA, 2016; ARENDT, 1969). Existe acentuada dificuldade de pensar identidades de masculinidade diferentes daquela normatividade que se baseia em dominação e, muitas vezes, em violência, principalmente com uma mulher. Olhar para o homem violento no contexto doméstico, cujo comportamento agressivo recebe rótulos de uma patologia, causada por álcool ou drogas, isso parece, às vezes, um ciclo sem resultados.

É nítido que muitos agressores jamais chegam a procurar ajuda, muitas vezes porque não faz parte do padrão normativo um pedido de socorro, um ego ferido, o sentimento de medo ou vergonha. As marcas de um desenvolvimento que pode ter sido caracterizado por violência não são elaboradas porque não existe escape para as emoções masculinas, podadas pela construção social. Talvez por algum tempo tenhamos ignorado a necessidade de conhecer a masculinidade e criar novos significados a partir das relações entre gêneros. Frequentemente, as dores que os homens causam estão relacionadas com as dores que eles sentem e não reconhecem.

Como será possível notar na segunda e terceira partes da presente pesquisa, a personalidade percebida como ideal do masculino é pautada em virilidade e machismo, e vem acompanhada de comportamentos agressivos e um emocional raso, perpetuados por meio dos símbolos dessa categoria - masculinidade. São modelos que, conforme a sociedade avança, continuam se assemelhando aos modelos tradicionalistas que deram origem a essa inequívoca problemática. O que representa um desafio, uma vez que os papéis sociais, por outro lado, já não são os mesmos (MUSZKAT, 2006).

Tanto a hegemonia quanto a superioridade da masculinidade se pautam justamente, como foi possível notar, em moldes patriarcais, tão celebrados no público e cada vez menos sustentáveis no privado. E se já não é tão simples sustentar esse ideal, qual seria, portanto, o perfil de um agressor? Quem é esse homem que agride e faz a opção por praticar a violência não no espaço público, mas no privado, no lar, na família? E se, às vezes, ele a pratica nos dois campos, qual é a problemática? Inexiste acaso no ato violento, mas é certo que existe uma angústia latente ao papel de cada gênero e que, há alguns lugares ou relações em que a violência aparecerá com mais força, perfis com os quais a violência é íntima.

## 2 MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA: O PERFIL AGRESSOR

Meu pai foi minha referência de homem forte  
 Trabalhador, generoso, decidido  
 Mas ele sempre teve dificuldade de falar  
 O pai do meu pai também não soube se expressar  
 Por esses homens é preciso chorar  
 E perdoar  
 Essa dor guardada  
 Até agora, enquanto escrevo  
 Me assombra se o que eu digo é o que eu devo  
 Um eco de medo  
 O que será que vão dizer?  
 O que será que vão pensar?  
 A rejeição ensina cedo  
 Seja bem bonzinho ou então vão te cancelar  
 Que complexo é esse?  
 Mamãe, é você?<sup>3</sup>

Quando se fez a opção de olhar o fenômeno da violência doméstica sob a ótica do sujeito agressor, foi assumido o risco de que fosse interpretada como uma tentativa de justificar a violência, dando, então, ao agressor certo aval. Na desconstrução desse pensamento, é válido sempre lembrar que o sujeito que agride é, também, parte de uma estrutura social de violência, gênero e patriarcado, o que provavelmente lhe confere certo mal-estar. Essas estruturas, expostas no capítulo anterior, levantam a uma série de questionamentos a respeito de quem é, portanto, o agressor. Por isso, no presente capítulo, pretendemos trabalhar esse perfil, levantando desde já, a possibilidade de que existem marcadores psíquicos (capítulo III) e sociais presentes nesse perfil. Essa análise vem reforçar a visão da violência como multifatorial e multifacetada, uma vez definida que esses fatores atingem a estrutura de gênero e poder como um todo.

É comum utilizar o estereótipo do monstro para justificar os abusos físicos, psicológicos, sexuais, morais ou financeiros cometidos por agressores. No entanto, o caráter instrumental da violência demonstra que há intenção naquilo que se pretende com a sua prática. É uma grande virada, ao falar do sujeito agressor, que a violência não pode ser justificada por meio da irracionalidade. A ideia do absurdo - e um absurdo irremediável -, que o “monstro” carrega, acaba excluindo o sentido final de uma solução. Por sua vez, a imagem do impulsivo inocente carrega a naturalização das

---

<sup>3</sup> Canção de Tiago Iorc, *Masculinidade*, 2021.

formas de violência como um aspecto inerente à humanidade masculina, reforçando a permissividade; ao perceber a violência como algo que depende de convicções questionaremos a sua validação. Portanto, aprofundar-nos-emos a seguir na interpretação dessas estruturas, aquelas que direta ou indiretamente criam a convicção a respeito da violência. Como essas questões influenciam para que, além da violência cometida, haja também uma violência pessoal, mas dissoluta e especialmente estrutural? (BOURDIEU, 2012).

Através desse caminho, entra em pauta o perfil do agressor, não apenas como um estereótipo, mas, a partir de uma representação específica: o homem que agride uma mulher com quem tem ou teve um relacionamento afetivo-sexual. Isso será realizado por meio da análise de dados colhidos predominantemente em divulgações de pesquisas federais do Brasil: Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), DataSenado (BRASIL, 2021); e dos artigos científicos: *Epidemiologia da Violência Contra a Mulher: Características do Agressor e do Ato Violento* (SILVA et al., 2013), *Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento* (MADUREIRA et al., 2014), *Violência de Gênero e Masculinidades no SUAS* (BORTOLI, 2015).

Alguns materiais não tratam especificamente do perfil agressor, mas são leituras válidas, pois consideram o entrelaçamento do gênero e da violência, como, por exemplo, o *Atlas da Violência* (CERQUEIRA, 2021), que apresenta um capítulo dedicado à violência contra a mulher e outro à população LGBTQIA+. Embora não aborde a masculinidade, há informações e discussões a respeito de problemáticas que se encontram na retaguarda, por exemplo, a política de permissividade às armas de fogo e a maneira como isso tenderá a aumentar o nível de violência (CERQUEIRA, 2021), um dado que pode ser sobre masculinidade na sua mais pura demonstração simbólica.

Vale pontuar que a maior parte das publicações não se mostrou tão útil à finalidade da presente pesquisa, uma vez que ou considerava apenas o perfil da vítima ao tratar do tema violência doméstica, ou possuía uma análise hegemônica e reducionista do agressor. De maneira geral, são escassos os trabalhos, no Brasil, essencialmente voltados para o agressor. O olhar voltado para homens autores de violência demorou a aparecer no país, em comparação com a produção do cenário internacional. O tabu a respeito dessa estrutura é tal que, nas poucas pesquisas que

tratam desse tipo de violência, geralmente estatísticas, revelam verdadeiros manuais para que as mulheres entendam como evitar serem vítimas do crime.

No Brasil, os primeiros sinais de uma intervenção voltada diretamente ao agressor, ainda não aparecendo como política pública, datam de 1990 (NOTHAFT; LISBOA, 2021). Essa escassez culminou para os questionamentos dos estudos “masculinistas”<sup>4</sup>, dedicados a minimizarem o mal-estar produzido pela masculinidade (SILVA, 2006). Em virtude desses estudos, hoje, encontram-se alguns dados a respeito e existem, ainda que insuficientes, trabalhos realizados diretamente com os agressores na comunidade brasileira, em especial na Assistência Social e no judiciário. Não por acaso, o lócus dos três artigos utilizados na análise de dados são respectivamente: DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) (SILVA et al., 2013), CREAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) (BORTOLI, 2015), e DEM (Delegacia Especial da Mulher) (MADUREIRA et al., 2014).

O critério utilizado para a seleção das pesquisas recaiu em trabalhos que contemplassem a caracterização do agressor e uma análise, por menor que fosse, da relação entre essas características e a masculinidade. Foram empregadas como palavras-chave os termos “violência doméstica” ou “violência familiar” com os filtros “masculinidade”, “agressor” e “homem” no título, quando possível; desconsiderou-se material de mais de dez anos e aquelas que não apresentassem como campo algum território brasileiro. O acesso à maioria do material foi realizado por meio do Portal Periódicos. No referido portal, ao pesquisarmos violência doméstica, apenas com o filtro de data, foi possível encontrar 20.655 resultados. Já com agressor no título e violência no corpo do texto, foram encontrados 1.821 resultados dos últimos dez anos. Com “agressor” no título e “masculinidade” no corpo do texto, tivemos 238 resultados. Isso demonstra que os textos referentes aos temas agressor e masculinidade são realmente menos numerosos.

O critério escolhido para selecionar o material foi a leitura dos resumos e a identificação daqueles que contemplassem os dados almejados. Após a leitura das pesquisas, foram identificadas algumas constantes ou informações importantes acerca do perfil agressor. A maior parte delas mostra uma relação clara entre a

---

<sup>4</sup> “Entendemos por literatura masculinista a produção literária dos *men’s studies*, ou seja, aquela que desconstruiu uma identidade masculina baseada nos ideais de masculinidade oitocentista, tradicional, e que viu na pluralidade do gênero uma espécie de “feminilização” do masculino.” (SILVA, 2006, p. 120)

violência cometida e o perfil social dos agressores, bem como com a ideia de família, ambos, nesse caso, pautados em masculinidade por estarem ligados diretamente com os marcadores sociais desse modelo. Observamos essa relação, às vezes um pouco oculta, entre masculinidade e violência, não só nos livros e artigos científicos, como também em todo o nosso dia a dia. Por isso, para entender o perfil agressor, vale compreender a relação entre violência e o homem que se torna agressor, afinal, como defendido no primeiro capítulo, esse modelo não é inato.

## **2.1 Os Homens e as Violências**

“Nem todo homem”, ouvimos dizer, “Nem todo homem bate; nem todo homem é violento; nem todo homem é machista”. As pessoas, não só do sexo masculino, parecem sentir-se intimamente ofendidas quando se coloca o homem como um potencial agressor. Realmente, nem todo homem pratica violência, não há uma regra a respeito de ser agressivo, mas existem signos da masculinidade enraizados que carregam esse preceito. Não é inequívoco, portanto, afirmar que todo homem é potencialmente agressivo, pois fomos todos socializados dessa maneira. Aquilo que relaciona os homens à violência é também aquilo que constitui a violência como uma solução plausível a angústias e vontades da honra e superioridade masculina.

No documentário *O Silêncio dos Homens*, publicado em 29 de agosto de 2019, na plataforma Youtube, fica nítida a dificuldade do homem de conversar a respeito do que sentem e de seus erros. O vídeo tem início com um depoimento a respeito da violência familiar, demonstrando como alguns homens são ensinados pelo pai (em outras vezes, até pela mãe), que não existe espaço para conversa, que se resolvem comportamentos indesejados com surra. Hoje, a permanência da estrutura que coloca o homem como um potencial violento é mantida especialmente por meio da violência simbólica, mas não descartamos a presença de violência física na infância e adolescência ainda na atualidade. Aos meninos é ensinado o silêncio como forma de autoritarismo, é ensinado que a dor cria fortaleza, eles aprendem a se comunicar com a violência como linguagem (O SILÊNCIO..., 2019), sobretudo simbolicamente.

Na violência simbólica o prejuízo à vítima, ou às vítimas (coletivamente), é desempenhado por meio de valores culturais, introjetados em cada processo civilizatório. Por isso, a violência simbólica também age no âmbito psicológico, gerando prejuízos e sintomas a longo prazo. Esse mecanismo reafirma a

naturalização da violência, uma vez que a coloca gradativamente como parte constante da vida em sociedade, a cultura de dominação, a desigualdade entre os gêneros e o desconforto com a cultura (BOURDIEU, 2012). De acordo com Bourdieu (2012), a violência simbólica é colocada em prática “essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012, p. 7).

Escuta-se um homem dizer: “Eu tinha uma série de teorias e crenças sobre o que eu achava que o homem tinha que ser” (O SILÊNCIO..., 2019), é possível entendê-lo de pronto, a representação social da masculinidade tem a premissa de ser desconfortável e heroicamente silenciosa. Assim, a violência simbólica se torna uma forma de violência “branda”, quase invisível, sobretudo para a vítima, mas também significativamente para o agressor. Nas representações de gênero, as características naturais e os processos psicossociais se misturam a ponto de ficar difícil distinguir o lugar de cada um, o que é natural e o que é “naturalização”. Assim, “quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história.” (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

A rigor, no nascimento é possível designar o macho e a fêmea, mas só com a vivência em sociedade e com as experiências psicossociais, é que a pessoa se torna homem e mulher, e as experiências de masculinidade e feminilidade acontecem. Durante esse processo é possível que os homens não deem conta (no sentido psíquico e social) da pressão que é, também para esse sujeito, a expectativa da masculinidade. A permissão oculta para a resolução de problemas é a agressividade (SAFFIOTI, 1987; BOURDIEU, 1995). Para Saffioti (1987), até mesmo o nosso metabolismo sofre mudanças através da vivência em sociedade ou durante a “elaboração social”. Comumente, a virilidade masculina é relacionada a uma natureza mais severa, e, no desenvolvimento social, os objetos, as características e as *performances* sociais<sup>5</sup> agressivas pertenceriam ao caráter masculino, como, por exemplo, o abuso de bebidas, o “trabalho pesado” e, até mesmo, a distância de afetividade classificados como “naturalmente masculinos”. Oportuno mencionarmos

---

<sup>5</sup> O conceito de *performance* social de gênero é bastante associado à Judith Butler, através de sua interpretação de que as experiências de sexo e sexualidade passam por convenções, constrói-se a sexualidade a partir da experiência e prática em sociedade. (BUTLER, 1990).

que o desconforto do gênero não é uma verdade apenas na oposição entre os gêneros, não é possível dividir a sociedade, de forma fundamental, em homens dominadores e mulheres dominadas, já que há homens dominados socialmente por outros homens, e as próprias estruturas da masculinidade e da violência representam o aval para isso (SAFFIOTI, 1987). A discriminação racial aparece como um claro exemplo de um sistema social extremamente embasado em política e economia, cria uma suposta “inferioridade” de alguns homens em relação a outros homens. Em alguns artigos que tratam das características dos agressores de violência doméstica, é comum, inclusive, que certo sentimento de inferioridade por parte do agressor seja o estopim para uma agressão (MELO et al., 2021). Em *O Silêncio dos Homens* (2019), há o seguinte relato: “A gente precisa, como homens negros [...] ser melhor que os outros para chegar em [sic] algum lugar”, os níveis da *performance* social não são homogêneos.

“O poder do macho” centrado na virilidade, extremamente falocêntrica, gera uma série de prejuízos para a própria masculinidade; não é comum que outras nuances de afetividade sejam exploradas, é corriqueiro no atendimento clínico, por exemplo, que alguns homens consigam nomear somente os sentimentos mais básicos e identificá-los em si, ainda menos do que aqueles que conseguem nomear, semelhante a uma alexitimia (ROSOSTOLATO, 2019). Ao não conseguir identificar nem mesmo dar nome ao que sente e pensa, o homem limita suas ações àquilo que conhece e considera como natural. Talvez possa assumir que quem mais se engrandece com a relação de dominação masculina sobre o feminino é a própria estrutura econômica e política, com forte respaldo das estruturas sociais e das religiões (SAFFIOTI, 1987); essa petrificação dos sujeitos é útil para reproduzir os homens servis.

A partir dos dados a respeito de agressores de violência doméstica, é possível notar que embora esses homens não sejam vítimas, claramente, também não são simples e unicamente algozes. Essa visão básica e simplificada foi construída no decorrer do longo período de exploração do masculino sobre o feminino, de maneira que, hoje, o impulso mais plausível seja unicamente a punição do agressor. Pensar a respeito do perfil e considerar os pressupostos da masculinidade envolvidos nas agressões não esvazia, de maneira alguma, a responsabilidade do agressor e o fato de que a punição direcionada teve eficácia em diminuir a violência, mas a reincidência



ainda é expressiva. Será que não existem outras intervenções possíveis e eficazes além daquelas que, ainda raramente, acontecem com os homens agressores?

Incluí-los na problematização e reflexão a respeito de suas próprias histórias e da violência que cometem é válido e pode ajudar interromper o ciclo da violência, mas o que fomentou essa agressividade? O que legitimou a violência? O que silenciou os homens? Essas questões serão respondidas no em *O (In)consciente agressor*, porque antes é preciso conhecer o perfil de “o homem agressor”, aqui compreendido.

## **2.2 Dados do Agressor**

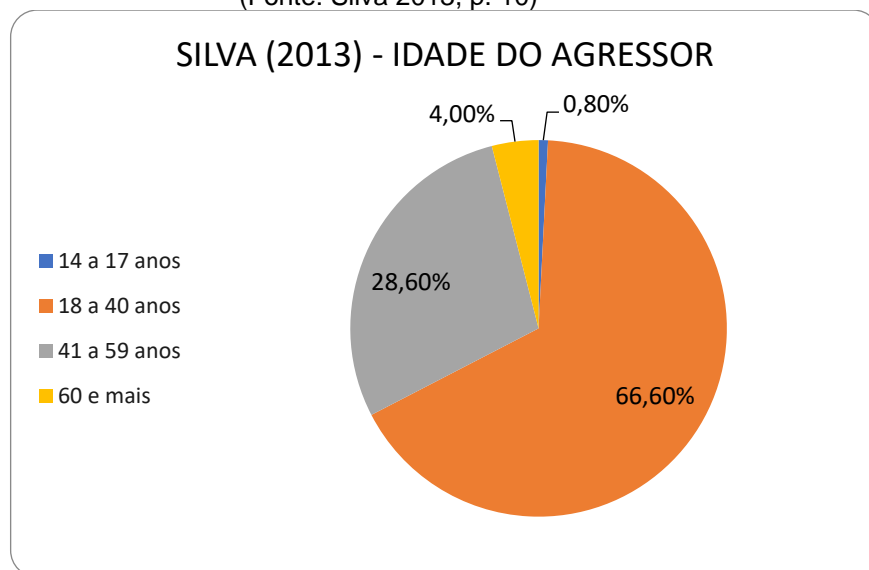
Neste ponto, pode ser redundante explicarmos a escolha metodológica do perfil trabalhado, mas, quando falamos de violência no espaço doméstico, os homens agressores são em maior número. Além da constante do sexo do agressor, predominantemente masculino, existem outras constantes importantes identificadas como a idade, a relação do agressor com a vítima, o estado civil e o tipo de agressor dependendo da idade da vítima. A relação desses homens com o emprego, a escolaridade e o consumo de substâncias também são relevantes, já que vem demonstrar que não apenas o que acontece no espaço privado contribui para a violência, mas também sua relação interior com os seus próprios sintomas. Isso porque enquanto as formas de violência sofridas pelos homens são, geralmente, desencadeadas e cometidas no público, as mulheres são vitimadas dentro de suas vidas privadas, de lugares conhecidos, de lares silenciados. No entanto, esses homens estão, sobretudo, em contato com o ambiente público por meio de contratos preestabelecidos de que precisa trabalhar, ser o provedor, ser viril, demonstrar o poder de alguma forma, exercer a sua sexualidade.

Por outro lado, por mais que no público não deixemos de ser atravessados por estruturas de gênero e cerceamento em diferentes níveis, o ambiente doméstico carrega, em seus limites, o peso da permissividade e das relações interpessoais de uma maneira mais dura para a mulher, pois liga também com o “sagrado” da família, que é diferente para a masculinidade; e, em vez de afeto, está ligada à honra (SEGATO, 2003). A afirmação se evidencia quando compreendemos que, apenas em relação às crianças e aos adolescentes, as mulheres chegam a ser um número considerável como agressora (WAISELFSZ, 2015). Todavia, no cômputo geral, a maior parte daqueles que cometem a violência é, de fato, do sexo masculino, e quando

a violência se caracteriza como doméstica ou passional, é próxima da vítima. São rostos familiares que causam marcas, são os mesmos rostos que, às vezes, são lidos em sociedade como “o cara gente boa, que nunca procura confusão e se dá bem com todos”, ou aquele que “bebe muito, é um pobre coitado, não tem discernimento de seus atos”, e ainda “o grande exemplo da sociedade, ríspido, mas homem de respeito”. Como não é possível conhecer esses rostos um a um, procuraremos apreendê-los através de dados gerais.

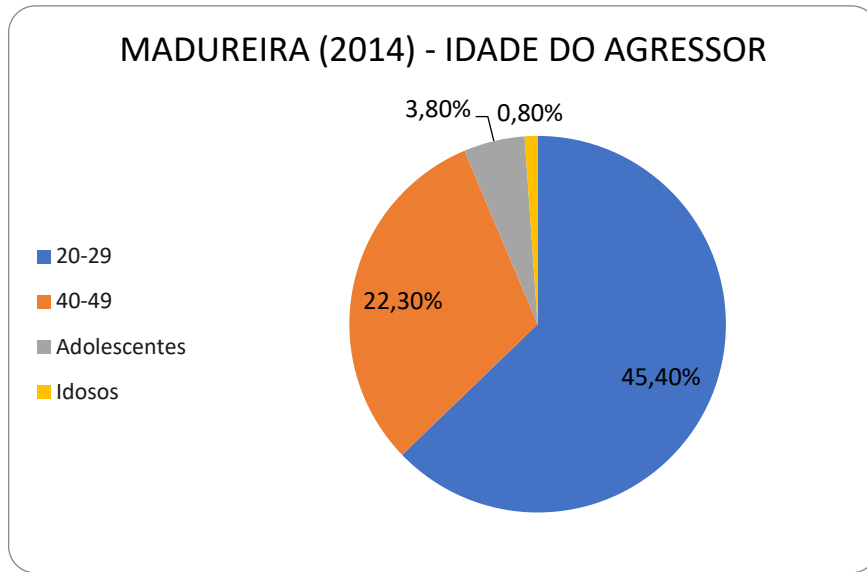
Vale lembrar que, nas particularidades dos dados do agressor, cada tipo de análise, conforme campo, amostra e método, pode ser diferente como um todo, mas, usualmente, os agressores se assemelham em pontos específicos. Os dados amplos geralmente provêm de publicações de instituições federais ou em parceria com estas, enquanto que os artigos se mostram específicos, conforme o campo (Figura 1).

**Figura 1** - Representação em gráfico pizza, da idade do agressor - 1  
(Fonte: Silva 2013, p. 10)

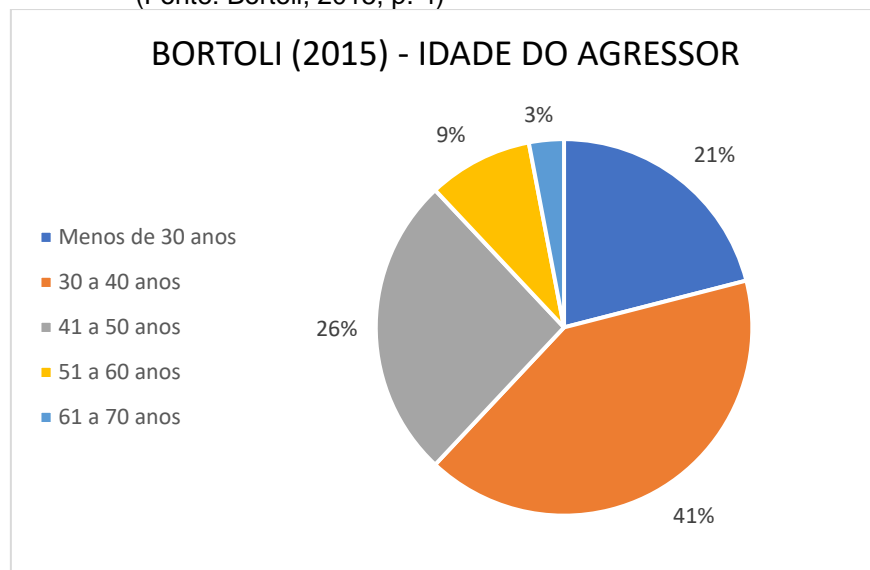


A primeira variável analisada é a idade dos agressores, há uma grande anuência entre Silva et al. (2013), Madureira et al. (2014) e Bortoli (2015). Apesar da divisão não ser idêntica para todos, nota-se o predomínio de jovens-adultos e adultos como agressores (figuras 2 e 3).

**Figura 2** - Representação em gráfico pizza, da idade do agressor - 2  
(Fonte: Madureira, 2014, p. 602)



**Figura 3** - Representação em gráfico pizza, da idade do agressor (Fonte: Bortoli, 2015, p. 4)

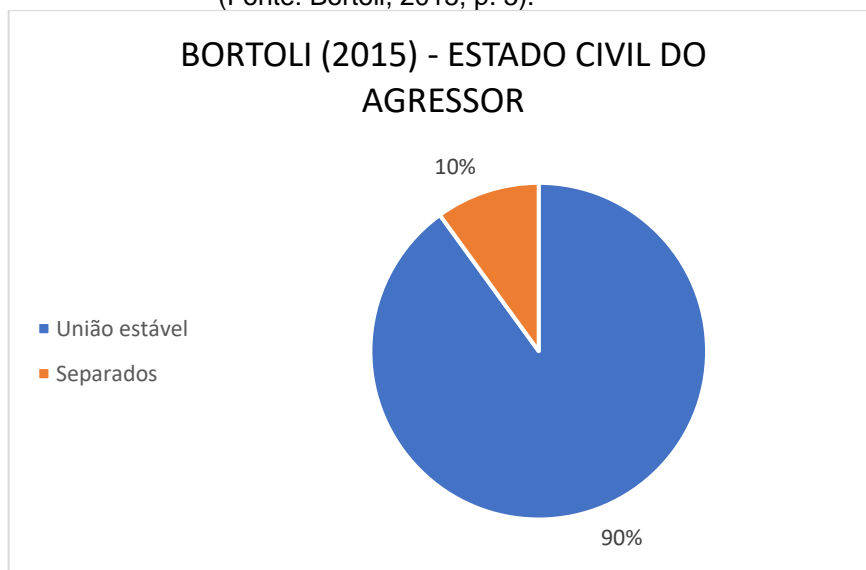


Ao considerarmos as causas dessa faixa etária ser significativamente maior, é possível que as gerações tenham modificado o seu julgamento e os seus comportamentos a respeito da violência doméstica, ao passo que as políticas públicas se intensificaram, as informações se propagaram e a própria lei tornou-se mais clara e rígida. Outro fator a ser visto reside na chamada defesa da honra, que pode já não ter a mesma relevância depois dos 50 anos de idade e ter um peso menor na adolescência; seria culpa do envelhecimento, do acesso à vida adulta? Será que as relações são mais estáveis em certa idade e, por isso, abrem mais precedentes para a autoridade?

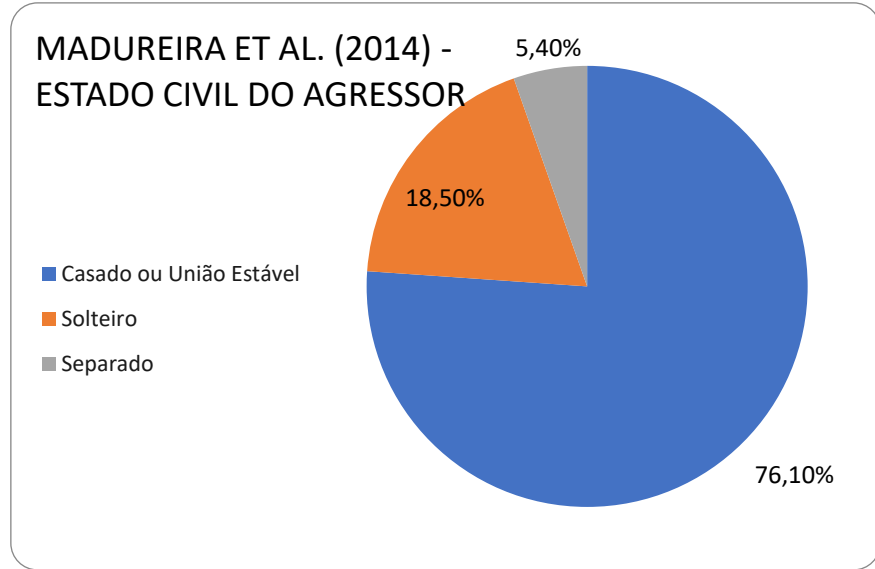
Todas essas alternativas são plausíveis e a que mais se aproxima ao cenário social observável é do relacionamento adulto, porém, nem por isso, maduro. Há a

possibilidade de que o aspecto emocional seja mais estável depois da meia-idade ou que a convivência em sociedade represente um fator intensificador dos pressupostos psicossociais da violência durante a vida adulta (ALIZADE, 2009), e, sobretudo nas relações conjugais, sejam ciúme, insegurança, vulnerabilidade econômica etc. Ao desenvolver-se, novas expectativas são impostas ao homem, em especial o que diz respeito às relações públicas e privadas, e a necessidade de ele alcançá-las. Há uma justificativa para tratar o assunto relacionamento com destaque: as taxas de relação íntima entre agressor e vítima são altas e constantes, como será observado nas figuras 4, 5, 6 e 7. Em geral, há algum tipo de relacionamento notadamente mais estável entre aqueles que entram em conflito, embora não sejam raros os casos de agressão por parte de homens em início de relação; aparentemente o sentimento de posse não depende obrigatoriamente de um período.

**Figura 4** - Estado civil dos agressores - 1  
(Fonte: Bortoli, 2015, p. 5).

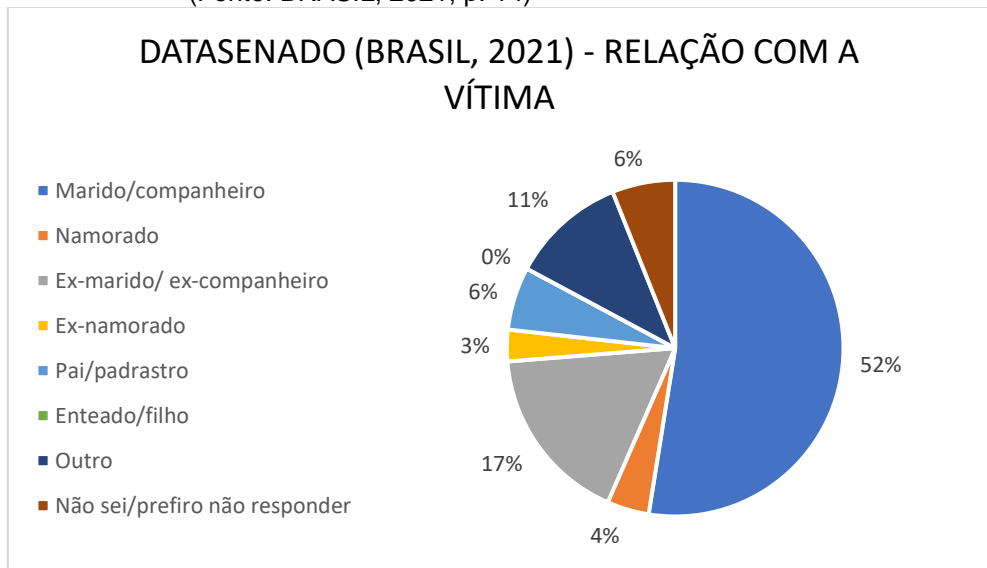


**Figura 5** - Estado civil dos agressores - 2  
(Fonte: Madureira et al., 2014, p. 602).



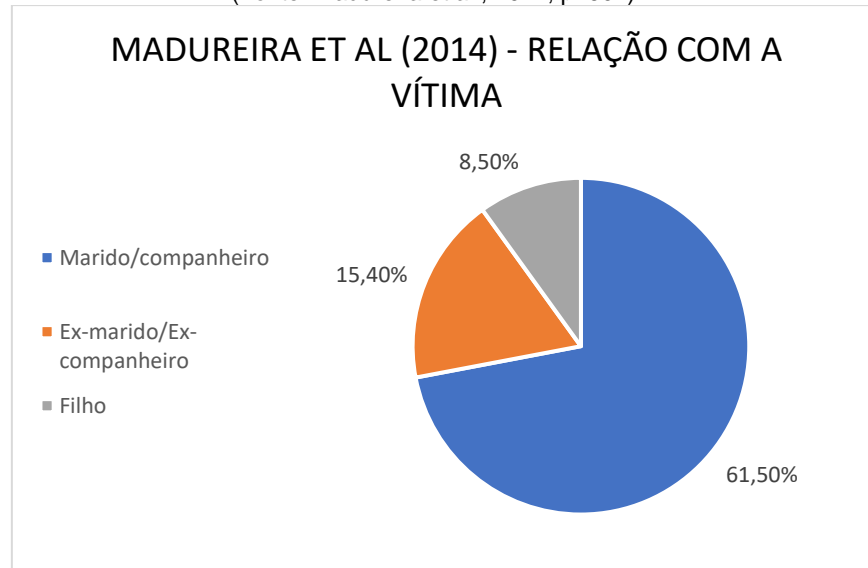
Apesar do sentimento de posse vir antes da estabilidade ou formalização do relacionamento, o tipo de relação do agressor com a vítima demonstra que parceiros formais cometem agressão com frequência ou notifica-se a agressão com mais frequência.

**Figura 6** - Dados DataSenado sobre a relação vítima X agressor (Fonte: BRASIL, 2021, p. 14)



Tanto nos dados menos recentes quanto nos recentes, existe a predominância do marido/companheiro entre os agressores, seguido também, nos dois casos, do ex-marido/ex-companheiro, como podemos observar também nas figuras 6 e 7.

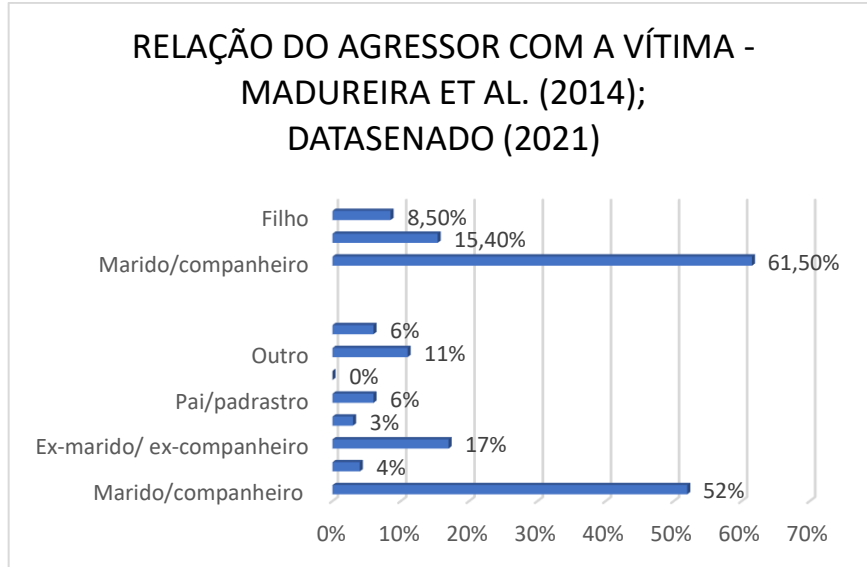
Figura 7 - Dados sobre a relação agressor X vítima  
(Fonte: Madureira et al., 2014, p. 602)



Madureira et al. (2014) fazem a análise do perfil agressor através de presos em flagrante, identificando documentalmente as incidências, em que a maior parte dos crimes cometidos foi contra as mulheres com as quais esses agressores conviviam. Os dados chegam a representar essa situação em 70% dos casos, além disso, demonstra-se a tendência à repetição, seja diariamente, seja após um longo período decorrido. Essa tendência traz um grande fator de risco, em especial para o feminicídio.

Trata-se de uma tendência diretamente ligada ao fato de que, na maior parte dos casos, existe, ou existiu, uma relação afetivo-sexual entre os envolvidos. Enquanto que, em muitos episódios, pode acontecer a ruptura das relações após as agressões, nem sempre isso é aceito pelo agressor, e um dos motivos é que aceitar a decisão feminina coloca à prova a sua suposta autoridade (BORTOLI, 2015). Ao compararmos ambas as fontes, o resultado é ainda mais perceptível (figura 8). Embora sejam diferentes os números de categorias, levando em consideração a relação íntima, aquelas ainda ativas, ou seja, em que existe um relacionamento, figuram protagonistas no primeiro lugar; 82% das mulheres entrevistadas na publicação do DataSenado (BRASIL, 2021) conviviam com o agressor.

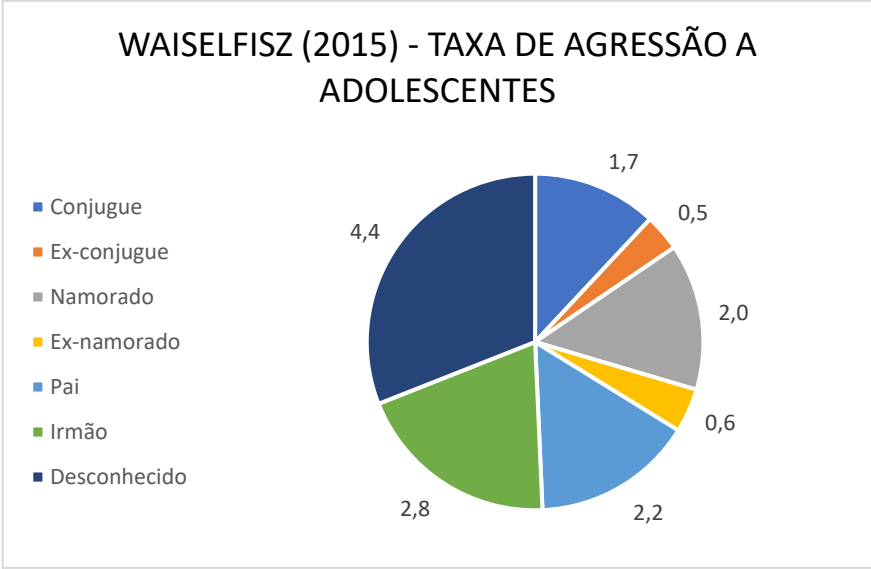
**Figura 8** - Comparação entre fontes de 2014 e 2021, pesquisa local e de âmbito nacional respectivamente (Fonte: Madureira, 2014; DataSenado, 2021)



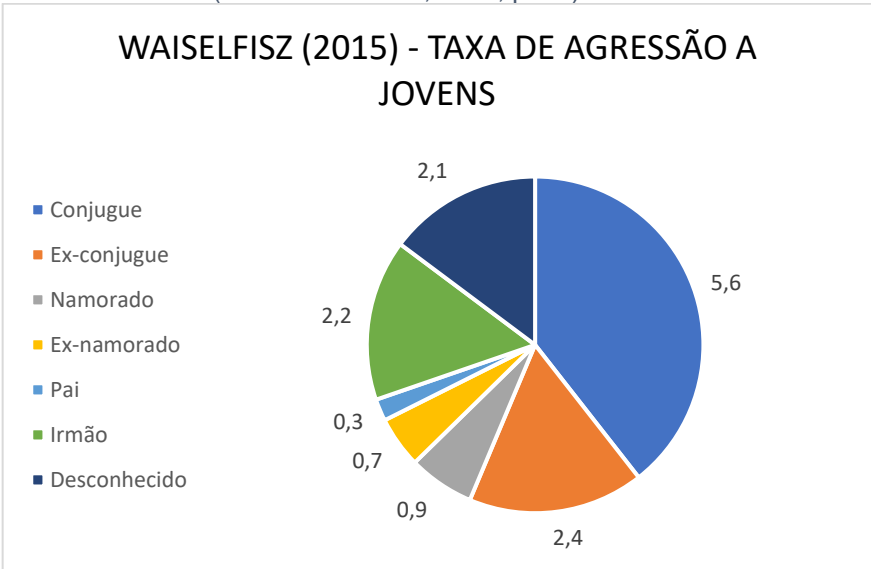
Convém ressaltar que, ao compararmos as datas, o número de mulheres que termina o relacionamento após agressão tem sido crescente. Nesse caso, ações como a medida protetiva e o trabalho de responsabilização amplo com os agressores são essenciais para que não haja cronicidade ou reincidência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) traz dados parecidos, embora a pesquisa não considere especificamente o agressor nos moldes da predominância como se afirma na presente pesquisa (homem, cisgênero, heterossexual) e o perfil não seja explorado no sentido de observar a relação masculinidade x violência. Todavia, as taxas de agressão continuam maiores entre cônjuges e namorados, e o ambiente para a agressão é, em 43% dos casos, o ambiente doméstico, indo a 54% no caso da violência física e 52,3% para violência sexual (PNS, 2019).

Dentre todos os questionamentos surgidos a partir dessas informações a respeito da relação vítima-agressor, o mais pertinente é se o vínculo amoroso, ou ainda o familiar, seria responsável pela permissividade da violência. Isso porque é possível notar que a depender do contexto da violência, o perfil do agressor pode mudar, sobretudo quando consideramos outras formas de violência intrafamiliar.

**Figura 9** - Agressão a adolescentes, representada por gráfico pizza  
(Fonte: Waiselfisz (2015, p. 48))

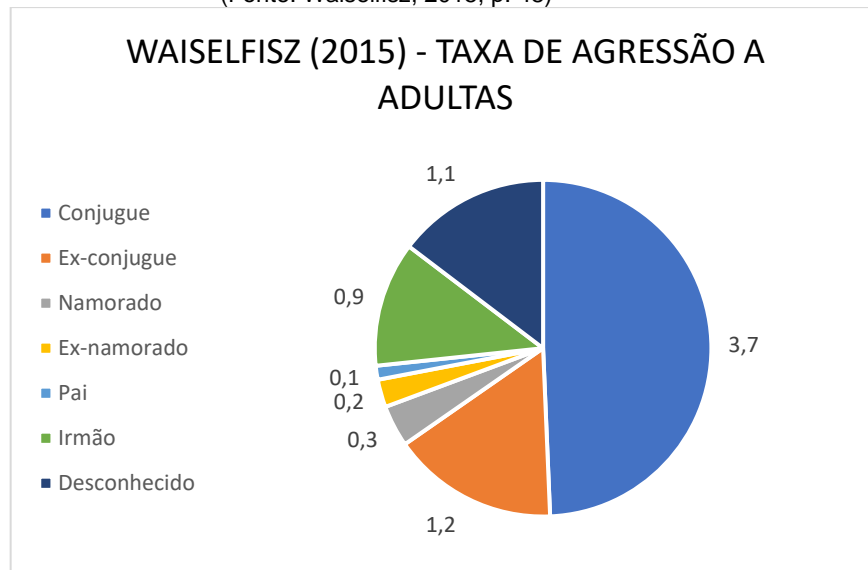


**Figura 10** - Agressão a jovens, representada por gráfico pizza  
 (Fonte: Waiselfisz, 2015, p. 48)





**Figura 11-** Agressões a adultas representadas por gráfico pizza  
(Fonte: Waiselfisz, 2015, p. 48)



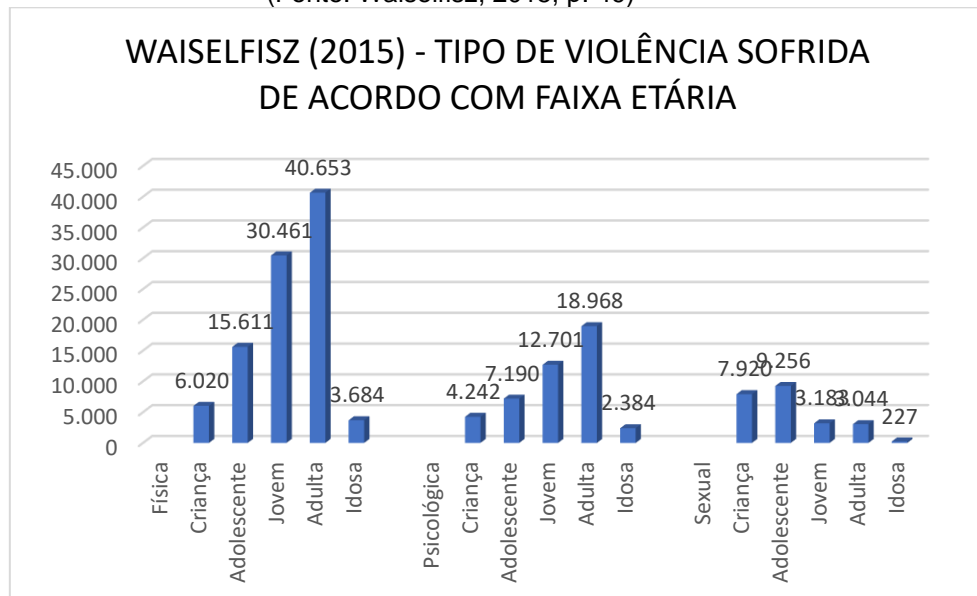
Quem mais agride as adolescentes são desconhecidos, irmãos e pais; quando se trata das jovens, a taxa é expressivamente maior entre cônjuge e ex-cônjuges; já entre as adultas o índice permanece, mas, dessa vez, com os cônjuges entre quase metade das agressões, seguidos por ex-cônjuges e desconhecidos. Convém mencionar que, a partir da pesquisa de Waiselfisz (2015), consideramos apenas agressores do sexo masculino, já que as únicas categorias do sexo feminino eram mãe e madrasta, as quais não demonstram números expressivos nessas faixas de idade. Os dados apresentados nessa categoria confirmam que, dentro da faixa etária de 18 a 59 anos, nas agressões ao sexo feminino, ainda é o homem-cisgênero-heterossexual o maior agressor, em especial aqueles que mantêm ou já mantiveram relação com a vítima.

No entanto, ao considerarmos as crianças do sexo feminino, seus principais agressores são os pais, com predominância da mãe; isso levanta a hipótese de que talvez a figura materna esteja presente na constituição da agressividade e violência, quando o bater torna-se uma marca de cuidado, é como as mulheres indiretamente mantêm estruturas de violência. Essa é uma característica pertencente à constituição psíquica dos sujeitos, enquanto a valoração afetiva que adquirem, por vezes, inconscientemente para as marcas que lhe são impostas. Outro fato que confronta diretamente com o perfil do agressor é o tipo de violência que mais cometem em relação às faixas de idade. A sexual (ou o reconhecimento desta) predomina entre crianças e adolescentes, enquanto a violência física e a psicológica estão entre as

faixas de adolescentes e adultas (WASELFISZ, 2015). Isso, provavelmente, não significa que dentre das relações de namoro ou casamento não exista a violência sexual, mas que, nesse contexto, ela é tolerada com um “direito” do agressor diante da vítima.

Tanto os homens quanto as mulheres estão enredados numa configuração de família tradicional ou relação passional que tolera a violência como parte do sacrifício necessário para ter um lar. A violência se torna um mecanismo, dentro desses campos, respaldada também pelo próprio mal-estar psicológico, pela baixa autoestima feminina, pela necessidade de se reconhecer amada, por ter aprendido durante anos nos contos de fadas que o amor exige sacrifício. Por seu turno, os homens prosseguem empurrados para a agressividade por sua afetividade restrita e a autoexigência desamparada, há um acordo tácito entre homens e mulheres, de sacrifício.

**Figura 12** - Comparação em formato de gráfico de barras sobre tipos de violência sofridas em relação às faixas etárias.  
(Fonte: Waiselfisz, 2015, p. 49)



De acordo com a figura 12, a autoridade sobre o corpo feminino se estende aos corpos infantis (nesse caso, de qualquer gênero, mas ainda com predominância do feminino); o menino porém, é quem mais apanha e a quem mais é ensinado a bater para revidar (O SILÊNCIO..., 2019). Não obstante, é tão comum que mulheres sejam constantemente infantilizadas e subjugadas como uma forma de fetiche ou diminuição, os homens não, eles devem sempre ser homens, mesmo quando ainda meninos. Nas relações interpessoais, a agressividade não é um fenômeno súbito,

conforme os indivíduos se desenvolvem a “propriedade” do corpo e a autoridade mudam de figura, essa afirmativa acende quando a pesquisa aponta que, no público idoso, quem mais agride são os filhos (WAISELFISZ, 2015). Nesse momento, provavelmente já não existe, como mencionado a respeito da idade do agressor, motivos plausíveis para que a agressão venha por motivo de ciúme, posse ou subjugação do marido.

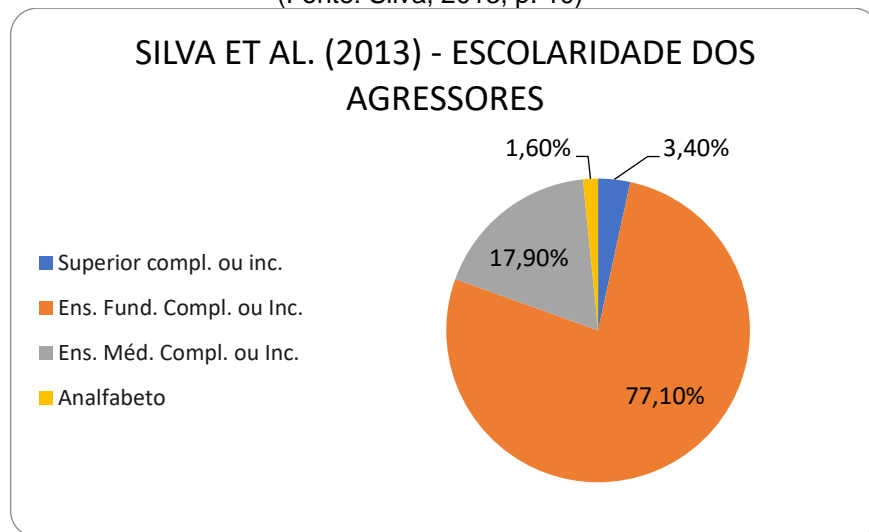
Em muitos casos, quando isso ocorre, é possível que exista uma frustração a ser “descontada”. Trabalho e escolaridade são variáveis bastante pertinentes, uma vez que mostram que, apesar da maior parte dos agressores não ser desempregada, está, em maioria, em subempregos; e, apesar de alfabetizados, possuem baixa escolaridade. Assim, é possível levantar a hipótese de que a informação e o envolvimento dos homens em reconhecer e desconstruir as mazelas da masculinidade não são democráticos, pois só são acessíveis às classes citadas, depois da incidência do crime e por meios judiciais. É importante destacar como o marcador de classe é também importante nesses casos pois, homens mais pobres e com baixa escolaridade não são ensinados, mas punidos. Ou seja, aos homens de classes mais altas há o benefício da dúvida, o espaço e a vontade de “ensinar”.

Geralmente, os agressores não têm, *a priori*, nenhuma certeza a respeito das raízes de sua agressividade, mas sofrem pressões internas e externas, em silêncio. O trabalho, por exemplo, relacionado ao feminino tem um peso diferente do relacionado ao masculino. Para a mulher, estar desempregada ou num trabalho considerado inferior é mais aceitável, uma vez que acumula funções domésticas e carrega a marca da incapacidade imposta pelo poder social. Nas diferentes classes sociais, também há variações em famílias de classe alta, o trabalho da mulher pode vir a ser uma escolha. Isso demonstra que a relação masculina com o trabalho possui um peso especialmente provedor, da ordem da “honra”. Percebemos, portanto, que a suposta superioridade masculina não fere apenas a vivência feminina, como também a classe trabalhadora, inclusive a masculina, o poder do macho nesse contexto serve à classe patronal. Fica o questionamento: “Mandar na mulher compensa tamanha perda financeira?” (SAFFIOTI, 1987, p. 23). Estudos referentes à economia do

cuidado<sup>6</sup> demonstram que essa perda não compensa nem mesmo para o capitalismo no geral.

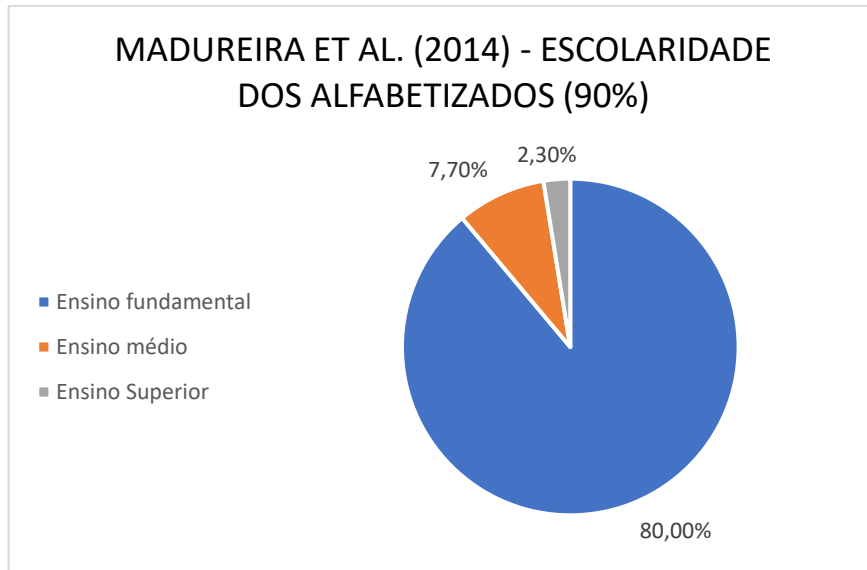
Todavia, os mecanismos da dominação vão muito além, visto que para o homem não é permitido fracassar, principalmente como provedor. Fracassar no emprego para o homem é se tornar “mulherzinha”, é não ser capaz de demonstrar a superioridade que hipoteticamente deve haver entre o sujeito da masculinidade e a mulher, como também, entre ele e outros homens. O desemprego, por exemplo, inflige mais a honra do que infringiria a honra feminina no âmbito cultural (SAFFIOTI, 1987).

**Figura 13** - Taxa de escolaridade em gráfico pizza 1  
(Fonte: Silva, 2013, p. 10)



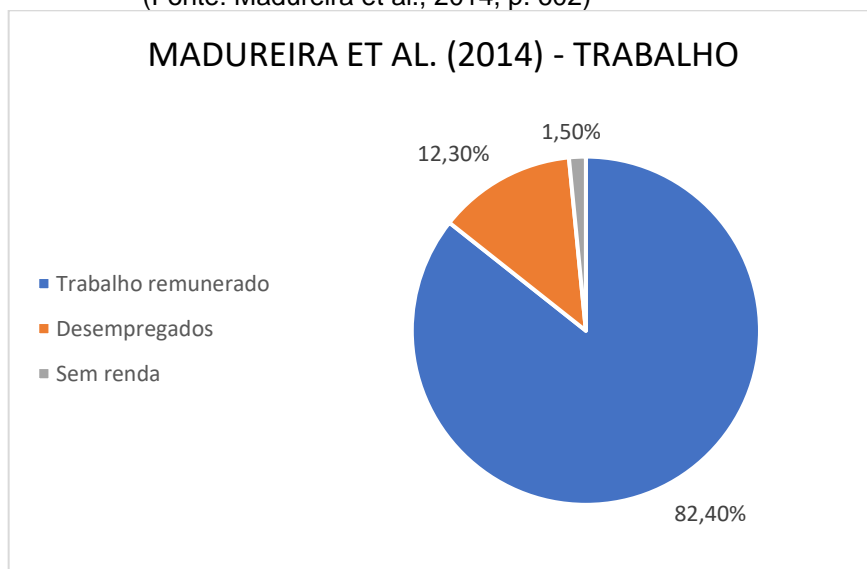
**Figura 14** - Taxa de escolaridade em gráfico pizza 2  
(Fonte: Madureira et al., 2014, p. 602)

<sup>6</sup> Diz-se das tarefas invisíveis realizadas por mulheres, que não são remuneradas nem consideradas como parte do movimento econômico, embora possuam um valor fundamental para o giro econômico (QUEIROZ, 2021).



A escolaridade parece oscilar em relação à classe social, já que para um homem pobre de periferia é mais importante prover que estudar; a ascensão social parece vir de caminhos diferentes conforme gênero, raça e classe. Vejamos algumas taxas de escolaridade e trabalho (Figuras 13, 14 e 15).

**Figura 15** - Tipos de trabalho realizados por agressores, em gráfico pizza (Fonte: Madureira et al., 2014, p. 602)



O não-trabalho está inscrito como pertencente ao tão temido feminino, gera a impressão de impotência nas conquistas, na manutenção de sua superioridade, pois semelhante ao mando doméstico. Além do fato de que, no modelo de capital em que vivemos, há um número superior de pessoas na miséria do que contingentes de

peças com uma “boa vida”, logo, é impossível que todos tenham as condições de serem “o macho provedor”. O fardo da masculinidade, embora de uma maneira menos consciente e óbvia, carrega consigo a ilusão de superioridade.

Quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de um longo período de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam sexualmente impotentes pela impossibilidade de desempenhar sua função de macho, segundo reza a cartilha das classes dominantes? Quantos não se tornam violentos, espancando mulher e filhos, em virtude do desespero provocado pelo desemprego? (SAFFIOTI, 2001, p. 25).

Contudo, a categoria do provimento não é a única a castrar simbolicamente o homem que constantemente responde a uma necessidade de demonstrar força, coragem e razão. Tudo aquilo que for contrário a isso, que pareça associado ao feminino deve ser castrado. “Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do macho o homem deve inibir sua sensibilidade” (SAFFIOTI, 1987, p. 25). O “homem de honra” não se afasta psiquicamente de seus deveres, ele expulsa o desprazer, busca compensações ou maneiras de negar o que lhe frustra. Com efeito, a indústria do sexo, por exemplo, permanece a ser um escape, para “a tensão nervosa que a competição e o excesso de trabalho geram” (SAFFIOTI, 2001, p. 27).

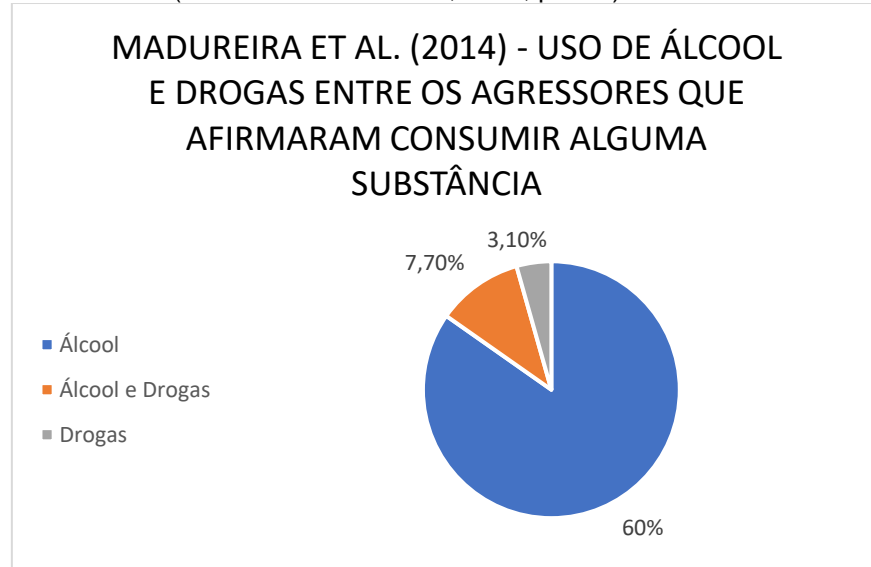
A competição é outra característica que se associou à masculinidade, da qual faz parte constante a agressividade. É frequente a ideia entre as culturas de que para que uma relação funcione, a mulher deva se anular, não demonstrar ser em nada superior ou melhor. Até mesmo em nossa cultura atual é comum a impressão que a mulher deva se diminuir para caber a superioridade masculina, para que o homem se sinta confortável e não haja espaço para conflito. Já nas relações entre homens, no mundo do trabalho predominantemente, há competição de maneira silenciosa, embora com o mesmo efeito interno de fracasso. Inclusive, nos modelos familiares citados, usualmente causam prejuízos aos filhos, pois tendem a reproduzir e normalizar a dinâmica agressiva, num ciclo de privações, angústias e medos que resultam em conflitos psíquicos, se não, em mais violência.

Alguns estudos como de Zaleski (2010) e Rosa (2018) preconizam também o uso de álcool e outras substâncias psicoativas, como um fator associado à violência doméstica e ao comportamento do agressor. Isso ocorre porque é possível notar que além de agir como um fator desinibidor da agressividade, a dependência e o uso do

álcool escondem, em geral, problemas emocionais anteriores e, muitas vezes, ignorados ou até inconscientes. Todavia, é especialmente difícil encontrar esse tipo de dado de maneira abrangente no Brasil, e até mesmo nos estudos direcionados a álcool e drogas. A análise de Silva et al. (2013) afirma que os dados de uso de álcool e drogas ficou prejudicado devido ao não-preenchimento dessas variáveis nos inquéritos investigados, todavia, quando esse preenchimento havia sido feito “foi constatado o uso de álcool por 82,6% dos indiciados nos 264 inquéritos que continham esse registro” (SILVA et al., 2013, p. 10). O dado demonstra a existência de um fator associado entre álcool e violência, mas é preciso tomar cuidado com as hipóteses a respeito.

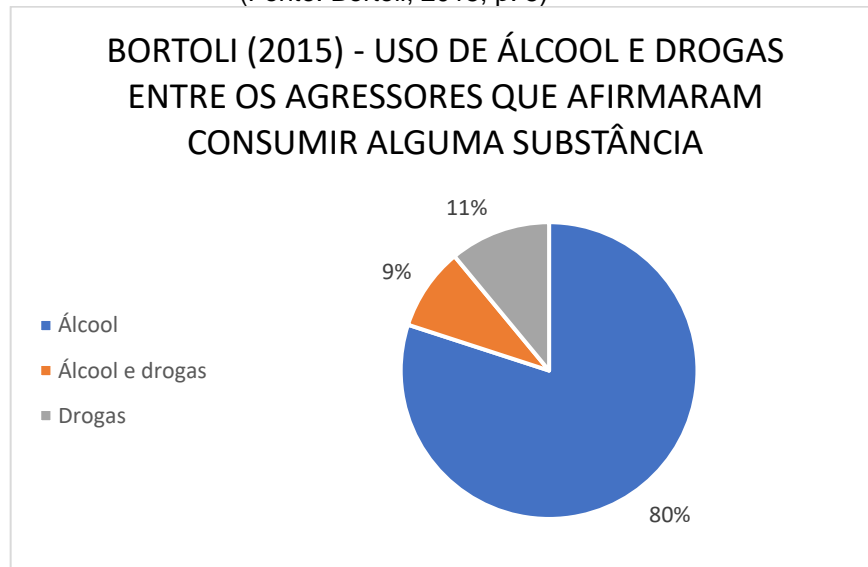
**Figura 16** - Uso de álcool e outras drogas, em gráfico pizza

(Fonte: Madureira et al., 2014, p. 602).



**Figura 17** - Uso de álcool e outras drogas, em gráfico pizza

(Fonte: Bortoli, 2015, p. 5)



Observamos nos gráficos referentes às pesquisas de Madureira et al. (2014) e Bortoli (2015) que, entre aqueles que praticam violência doméstica e afirmam consumir substâncias psicoativas, a maior parte faz uso isolado de álcool; e, em ambas as pesquisas, mais da metade dos agressores fazia uso de alguma substância, 63% no caso de Bortoli (2015) e 70,8% em Madureira et al. (2014), confirmando a relação entre o uso de substâncias e a agressividade. O fato de que a violência se torna um risco maior quando há uso de álcool demonstra que essa substância e outras drogas são facilitadores para a violência, mas não são, vale destacar, a causa desta;



esses fatores tendem, segundo Madureira et al. (2014, p. 605), a “antecipar e agravar a violência”.

Além de agir como um fator desinibidor da agressividade, a dependência e o uso do álcool escondem problemas emocionais anteriores e, muitas vezes, ignorados ou até inconscientes do sujeito, antes silenciadas pelo abuso das substâncias. É preciso atentarmos para a tendência de se associar o uso de álcool e outras drogas à agressividade e ao irracional, ou seja, desresponsabilizar a consciência do agressor. Mesmo que o uso de álcool e drogas esteja diretamente ligado a essas agressões, vale lembrar que não as justifica; pelo contrário, demonstra a ironia presente em se tornar mais vulnerável ao abuso dessas substâncias, justamente por, às vezes, não conseguir arriscar demonstrar a vulnerabilidade emocional.

O consumo de álcool foi encontrado em 60% dos casos e, associado a outras drogas como maconha, cocaína e *crack* em 7,7%. O uso de drogas isoladas foi observado em 3,1%. A relação do consumo de substâncias com o tipo de violência evidenciou que os agressores que consumiram somente álcool praticaram mais violência física (39,7%); os que ingeriram álcool e drogas associados perpetraram mais violência psicológica (30%); e os usuários de drogas isoladas cometeram mais a psicológica (75%). (MADUREIRA et al., 2014, p. 602).

Associada ao uso de álcool, geralmente as agressões são também mais violentas e trazem maiores prejuízos, além de se tornarem crônicas, ou seja, acontecerem de maneira cotidiana, com a desinibição do álcool. No que diz respeito à incidência e à associação álcool-violência, “hipotetiza-se [sic] que o uso de álcool reduza as inibições e dificulte o discernimento, levando ao uso de recursos mais primitivos para a resolução de problemas, facilitando a perpetração de violência” (SILVA et al., 2018, p. 17).

A partir do que foi anteriormente comentado, o consumo abusivo de álcool, muitas vezes, é mais um sintoma do que uma causa propriamente dita. A associação entre este e a violência, no entanto, merece atenção principalmente quando há possibilidade do uso de álcool ser um sintoma, pode ser proveniente do mesmo lugar que a violência contra a mulher. É justamente a característica de utilizar maneiras consideradas até primitivas para a resolução de problemas que remete à variável de combinação entre a prática da violência em ambiente doméstico com crimes anteriores.

Outro ponto importante a esse respeito é novamente a reincidência, pois, aparentemente, quanto mais áreas da vida do agressor doméstico estão em

descompasso com o socialmente aceito, mais a agressão é cotidiana. São aqueles homens que figuram tristes nas histórias crônicas do pai que cotidianamente sai para beber e chega em casa agressivo, ou faz arruaça antes de voltar para casa. Dito isso, nota-se também que uma boa parte dos homens que comete violência já possui ficha policial:

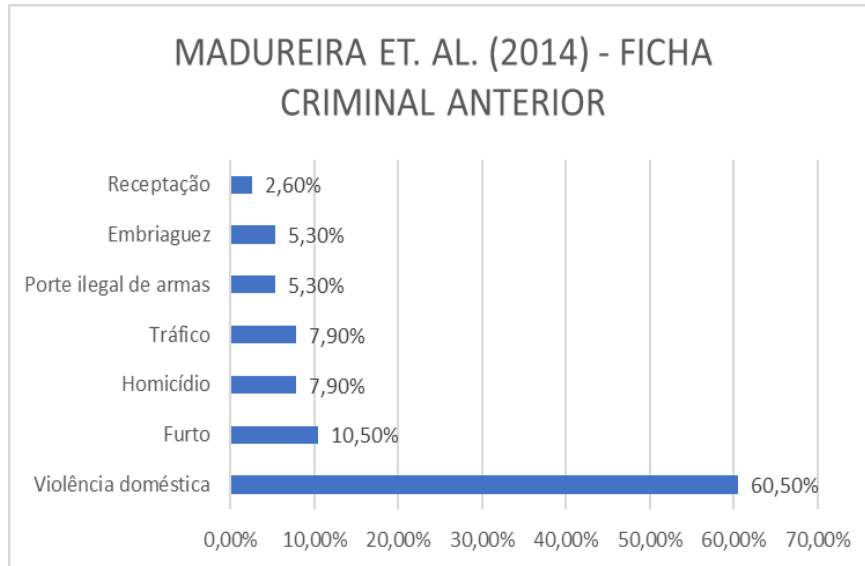


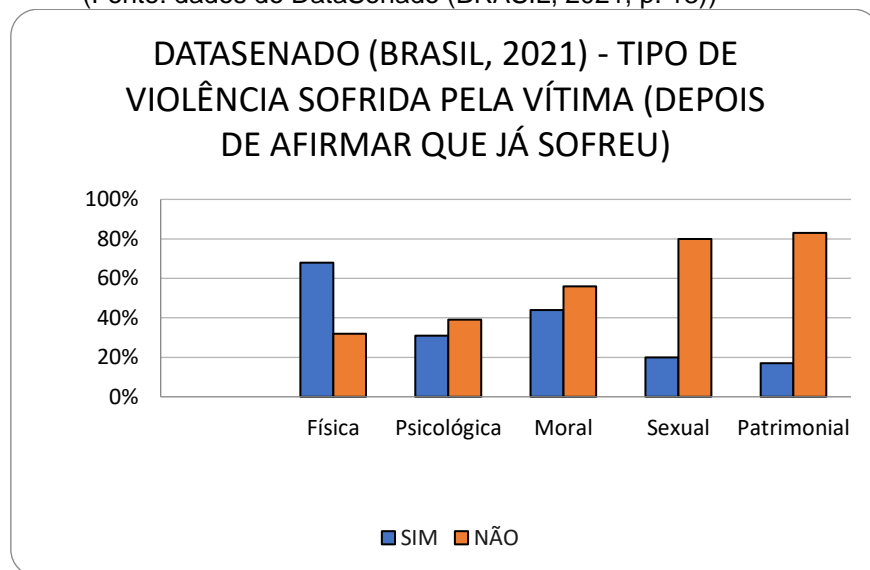
Figura 18 - Reincidência de ficha criminal em gráfico de barras  
(Fonte: Madureira et al., 2014, p. 603)

Notamos, de acordo com a Figura 18, que a própria violência doméstica é um dos crimes mais reincidentes. Algumas das variáveis citadas até aqui contribuem diretamente para o tipo de violência praticada, ou seja, a depender do tipo de crime que consta na ficha do agressor, pode ser que ele seja mais íntimo a determinado tipo de violência, de caráter contínuo na relação. Se já existe um histórico de homicídio, por exemplo, o agressor está próximo não só da violência física, como também do feminicídio, isso não se deve à ficha propriamente dita, mas as barreiras da violência já quebradas por ele.

Geralmente quando existe uma relação duradoura entre agressor e vítima, naquelas em que há um vínculo tantalizante, é recorrente que mais de um tipo de violência esteja presente, como a física, psicológica e moral. Uma rotina violenta é criada, a vítima sabe quando, onde e sob qual justificativa será agredida. Porém, segundo demonstra Madureira et al. (2014), em relação aos tipos de violência cometidos, a maior parte (70%) praticou apenas um tipo de violência; e, quando isolada, ela se apresenta, em sua maioria, em violência física, seguida por violência psicológica.

Os dados demonstram também que quando cometida por conhecido, mas sem laço amoroso, a violência é sexual em 100% dos dados colhidos, quanto maior a proximidade, mais presentes as violências físicas e psicológicas. Observa-se a seguir uma parte importante da análise de Madureira et al. (2014), que demonstra a associação entre a violência e os fatores de risco, e vulnerabilidade psicossocial para o agressor (Figura 19):

**Figura 19** - Tipo de violência sofrido pela vítima  
(Fonte: dados do DataSenado (BRASIL, 2021, p. 13))



A violência patrimonial demonstra ter um índice baixo, todavia, é importante considerar que, às vezes, a vítima nem mesmo pode ter posses, por ser privada disso. É interessante também como o fator financeiro torna-se um lugar de controle, muito confortável para o agressor, já que a masculinidade detém essa “função” há muito tempo. A violência psicológica é outra que aparece não só como uma violência do momento em si, bem como uma forte arma quando a intenção, mesmo inconsciente, desmoraliza a figura feminina, tornando-a frágil diante da situação de autoridade.

Em geral, quando as mulheres denunciam, a intenção, antes de punir, é de buscar ajuda para reatar os laços familiares. Muitos agressores também demonstram em seus discursos esse interesse, embora não saibam exatamente como fazê-lo (O SILÊNCIO..., 2019). É necessário um esforço, uma insistência que não é justa, mas é necessária, em fazer esses homens refletirem. Em frente dos dados colhidos e demonstrados, fica nítida a importância de abranger, no serviço de prevenção, atendimento e punição à violência doméstica, também as demandas de saúde

psicossocial dos agressores, bem como ampliar o conhecimento destes a respeito das variáveis culturais que contribuem para a mentalidade de naturalização da violência. Há de se considerar também que, em muitos dos casos, outras violências que não sejam a física, não são consideradas, de fato, como violência para ambos os envolvidos. Portanto, além de não serem tratadas com a devida gravidade, não são denunciadas e não aparecem no discurso dessas pessoas e nos dados a respeito. A reflexão necessária não deve alcançar apenas agressores denunciados, mas potenciais agressores no geral.

Bortoli (2015) descreve como surgiu, na cidade de Blumenau, o atendimento para o autor de violência. A descrição demonstra que a identificação da necessidade veio a partir de um crime cruel, em que o ex-marido agressor e afastado judicialmente do lar, voltou e assassinou a vítima diante dos quatro filhos. A partir do reconhecimento de tal fato, constatou-se que, durante todo o processo de separação e processo jurídico, apenas a vítima participou de atendimentos: “Tritonha havia participado de atendimentos socioassistenciais, psicológicos e de ações socioeducativas com o grupo de mulheres” (BORTOLI, 2015, p. 3). O Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar passou, então, a realizar atendimentos socioeducativos e reuniões mensais, que ganharam adesão de maneira gradativa. Mesmo quando existe a denúncia, inclusive quando o agressor é recluso, não é o suficiente para acabar com a prática de violência. Não há nenhuma garantia, nesse caso, de que a vítima não venha a ser agredida novamente quanto que o agressor cessará a prática, seja contra a mesma vítima ou em outros relacionamentos.

### **2.3 Uma análise dos padrões da masculinidade e os dados do agressor**

A partir dos dados apresentados, é possível notar o padrão de violência, em que a violência doméstica se vale de vários aspectos pertencentes à masculinidade para atuar de maneira constante e em todas as classes da sociedade. Alguns pontos mostraram ser um tanto inerentes ao perfil e exercerem um papel importante como fomentadores ou mantenedores da violência. Dentre os pontos estão a idade do agressor ser predominante entre os 20 e 50 anos, ou entre jovens adultos e adultos; o fato de que a maior parte dos homens agressores tinha um relacionamento estável e, em grande parte das vezes, com a própria vítima; que crianças, adolescentes, jovens, adultas e idosas são agredidas em padrão diferente dependendo da idade, ou

seja, o agressor tende interpretar diferentes autoridades conforme a idade da vítima; a escolaridade dos agressores é baixa em sua maioria e; mesmo que sejam empregados, na maior parte, geralmente estão subempregados ou sem trabalho formal; o que também pode significar que os crimes da classe média-alta não são notificados, visto que, culturalmente, suas vidas são mais protegidas no espaço privado.

Em face do exposto, é possível levantar algumas possibilidades para que a violência ocorra. A partir da compreensão dos padrões de masculinidade e sua relação com a violência, foi possível notar como existem características próprias da masculinidade, pois assim se consagraram, que colocam os homens constantemente numa espécie de *mal-estar da autoafirmação*<sup>7</sup>. Essas características aparecem tanto de maneira dissoluta no simbólico, quanto de maneira escancarada. Partem de uma necessidade constante de se provar e de prover, além de uma dificuldade pautada na repulsa à feminilidade, que não permite uma expressão mais clara e coerente de suas emoções. Isso quer dizer que o padrão de masculinidade conhecido hoje e contra o qual tanto se luta agora para desconstruir foi também uma construção, tão pautado em violência quanto a serviço do poder. Ao voltar na premissa de Arendt (1994) a respeito da violência, tendo em vista as características do agressor, é sabido que esta serve como instrumento a algo, seja para se fazer ouvir, seja para silenciar.

Diante disso, concluímos que traçar o perfil de um agressor é traçar o perfil da masculinidade, e, se essa não é hegemônica, o perfil do homem que agride também não é. Apesar disso é possível vislumbrar um pouco do *modus operandi* desses homens, ou ainda, de estruturas as quais seus psiquismos estão inerentes. O chamado instinto masculino está longe de ser, verdadeiramente, todo o resumo de seus desejos. Muito embora, a sociedade condene mais o desejo feminino, o masculino ainda é, mesmo que não condenável, preestabelecido e aprisionador. Em relação à idade, por exemplo, a predominância está diretamente ligada às relações entre jovens adultos e adultos, é nessa fase que as relações adquirem um caráter de posse e a suposta autoridade se mostra um aval para a defesa do matrimônio ou da honra. Além disso, outros aspectos como o desemprego e uso de substâncias podem impactar diretamente o agressor em relação ao seu estado emocional gerar agressividade e, finalmente, desembocar em violência.

---

<sup>7</sup> Expressão própria da autora que procura enunciar o problema do conflito cultural diante das atuais exigências sociais.

Nas relações do agressor, é nítido que, quando tem vínculos duradouros e vidas instáveis, mais crônica é a violência; ou seja, é provável que o vínculo sentimental também se torne crônico nessa espécie de “vai-e-volta”, assim, outros tipos de violência também são expressos, especialmente a física e a psicológica que fazem parte ativa do ciclo. É provável que haja uma necessidade por parte do agressor de se manter na relação, mesmo que insatisfatória, talvez por meio do vínculo da honra ou de ganhos secundários. Foi possível observar também que diferentes faixas etárias das vítimas impõem diferentes tipos de agressão. É alarmante que os níveis de violência sexual sejam mais expressivos em relação às crianças e aos adolescentes. Os corpos femininos são passíveis de violência desde muito cedo, em geral, quem agride crianças e adolescentes são desconhecidos mais do que quando a jovens ou adultas; nesse último caso, geralmente quem agride são os parceiros e são também o objeto amoroso delas. Quem agride os meninos, porém, são outros meninos ou os pais (O SILÊNCIO..., 2019).

A escolaridade dos agressores foi analisada numa amostra relativamente pequena e em recorte de espaço, apesar disso, é interessante o fato de que a maior parte deles não tinha ensino superior. As taxas de escolaridade e de emprego colocam esses homens num lugar familiar, são pessoas comuns, civis que estão em várias partes da sociedade. Pode ser que, se classificarmos didaticamente os tipos de violência doméstica como mais severas ou mais brandas indo da física à financeira. Observamos também que, na ponta das estatísticas das violências mais severas está o homem comum, que se angustia no dia a dia de uma forma mais simples e brutal do que o homem de classe alta; e este último também agride, não podemos nos enganar.

No entanto, as estatísticas referem-se ao homem de baixa-escolaridade, subempregado e com vícios, ao homem sem acesso à saúde mental, para quem a posse ou autoridade diante da mulher com quem se relaciona é um capricho o qual, nos moldes da honra masculina, precisa ser mantido a qualquer custo. Por motivos anteriores à violência cometida, esse homem violenta o próprio corpo com uso abusivo de álcool ou drogas, numa tentativa de se afirmar e afogar angústias. Pode ser também aquele que nunca tenha sido alcoolista, mas tenha sempre exercido a autoridade sobre a família, na filha, na irmã, na esposa e numa ruptura silenciosa da tão sagrada família, na mãe.

Esses homens cuja autoridade foi castrada no trabalho e na vida pública sentem os efeitos como a sociedade em geral das guerras e dos conflitos que vieram antes, das disputas políticas e do preço que se paga para sobreviver; e, provavelmente, nem compreendem porque são perpassados por tanto sentimento de humilhação e porque este lhes custa tão caro. Assim, os padrões de masculinidade se repetem, marcam os corpos femininos para restringi-los e cerceá-los, e os corpos masculinos para que, calados e fortes, mostrem-se honrados. Coletivamente, os psiquismos adquirem o mal-estar de estar no mundo, sem que os desejos verdadeiros sejam ouvidos, vendo-os se misturar a angústia de desejar o mínimo de liberdade.

Nós, enquanto sujeitos, chegamos a ponto de coletivamente enxergar a privação emocional como uma dádiva. Talvez, nessa e em tantas outras privações estejam a raiz de diversas formas de violência.

Concluimos assim que, se e quando o homem age, age por conta própria, não há descontrole que justifique a violência como alternativa. Por outro lado, há pressupostos sociais e como levantaremos a hipótese no capítulo seguinte, subjetivos. O mal-estar e a angústia também se apresentam no âmbito feminino, a diferença, porém, é como a masculinidade não só acolhe, como requer, violência. Fica evidente a importância de se trabalhar com os agressores de uma maneira além da punição, mas os trazendo para a reflexão e o reconhecimento de sua responsabilidade ante as estruturas de gênero e violência, bem como considerar a influência da saúde mental para a prevenção da violência doméstica, e de outras formas de violências.

### 3 O (IN)CONSCIENTE AGRESSOR

Ele [o homem] reage ao desamparo com a violência  
(O SILÊNCIO DOS HOMENS, 2019).

Quando Freud (1927) comentava sobre a maneira como os próprios homens, criadores da civilização, são também quem, entre os seres vivos, mais têm dificuldade em equilibrar suas exigências, abordou uma das questões mais importantes a respeito do homem racional e do mundo: a desconfortável interação entre a cultura e o inconsciente. É inevitável a partir de então olhar para a civilização como um campo desordenador, já que o mesmo campo que requer civilização, que cria ordem, é aquele que desordenada psiquicamente. Por isso, é um fato que a espécie humana detém necessidades psíquicas específicas e particulares, as quais nem sempre consegue suprir. Equilibrar essas necessidades/exigências, porém, tem um peso que, frequentemente, pode reverter-se em agressividade. Até o momento, discorreremos acerca do homem e do agressor num contexto amplo daquilo que se representa na masculinidade. No presente capítulo, o que pretendemos pensar a respeito desse homem é: Através do que estabelecem as exigências internas? Quais seriam essas exigências? Onde, psiquicamente, vem a agressividade do homem que pratica violência? Como se comporta, psiquicamente, um agressor?

A civilização nada mais é que um processo cumulativo da vontade humana, isto é, ao longo do tempo os sujeitos moldaram-na conforme conhecemos hoje, tal qual a necessidade de seus agentes. Por isso, antes de prosseguirmos até o perfil psíquico do homem agressor, vale compreender a maneira como a civilização interfere hoje no percurso que a insatisfação faz, ou pode fazer, até se tonar violência. Demonstrando que há, não apenas um motivo, mas uma série de motivos nesse percurso para que o homem apareça como potencial agressor e potencial destrutivo. Esse parece ser um percurso tortuoso, que envolve muitos campos da vida intrapsíquica, mas que, em contrapartida, nunca deixa de envolver a masculinidade, seja como repressora ou como parte do que estabelece as exigências; já que esse padrão conforme o gênero foi convencionado pela cultura. Nesse ponto, já é sabido que o lugar que foi construído, social e psiquicamente para o homem, é o lugar das



certezas e, enquanto sociedade, nós não questionamos habitualmente a respeito de nossos lugares, no máximo, defendemo-nos e nos desviamos do desconforto.

Não é colocado em dúvida o confortável lugar da masculinidade que detém a casualidade de ser assim (agressivo), pois lido como inerente à natureza do homem. Além disso, a atitude questionada é sempre aquela que invade o lugar do masculino, seja quando um homem atravessa essas estruturas e se aproxima do feminino, seja quando uma mulher ousa pisar no “sagrado” solo masculino e se comportar com traços próprios deste. Se uma mulher é agressiva, principalmente se é preta e periférica, por exemplo, é taxada logo como uma mulher raivosa. Isso não acontece com o homem, porque já está definido, não se quebra nenhuma expectativa social quando um homem grita calúnias por seu time de futebol ou tem uma crise de ciúmes, por exemplo.

Isso quer dizer que aquilo que se espera de um homem também é determinante de maneira intrapsíquica, não é só a cultura e os padrões sociais que estabelecem um agressor, a vida psíquica de um homem tem influência na maneira como age e nas crenças dele. Do contrário, essa transmissão das condutas masculinas não seria tão massiva como foi e continua a ser, as regras de conduta estão internalizadas, de um modo ou de outro, em cada pessoa. Não é porque um lugar é confortável ou familiar, como, em muitos momentos, é a masculinidade, que necessariamente, seja um lugar de bem-estar.

Embora atualmente talvez possa dizer que a masculinidade tenha, aos poucos, aberto espaço para se questionar seu funcionamento e do que ela representa, a dimensão psíquica, tanto dos padrões quanto das mudanças de padrões, ainda pode passar despercebida nos discursos sociais. Como já afirmado diversas vezes, isso ocorre com frequência nos casos de violência doméstica, onde há os fatores da impulsividade e da família como justificativa. Uma das hipóteses que serão levantadas no presente capítulo é que, com tantas certezas incorporadas à masculinidade, a dúvida de como ser e o abandonar da necessidade da honra podem adquirir um sentido de desamparo. Ou seja, é possível que o ego masculino, desamparado pela cultura e, possivelmente, também pelas figuras familiares, encontre-se em crise e suscetível à violência (nem sempre física nem sempre doméstica). Há uma divergência entre o narcisismo acentuado e a necessidade, usualmente não atendida, de se provar “macho”.

O narcisismo trazido aqui, e que aparecerá em muitos momentos, é a noção freudiana baseado no mito de Narciso, que será amplamente explorada no item 3.7 e que diz respeito aos dois tipos de autoinvestimento libidinal, “O narcisismo primário designa um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma. O narcisismo secundário designa um retorno ao ego da libido retirada dos seus investimentos objetais” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 290). Sendo assim, e a partir do pressuposto que em nossa sociedade atual o sujeito é regido mais pelo narcisismo secundário do que já foi em qualquer tempo, pretendemos buscar um ponto de encontro entre o ódio, o desamparo, o narcisismo e a prática da violência doméstica. Antes, porém, vale compreender o processo civilizatório da violência, ou de maneira geral, das proibições que geram os impulsos desta. Isso servirá para explicar a hipótese da violência como sintoma de três campos específicos: o processo civilizatório, o ódio e o desamparo.

### **3.1 O Processo Civilizatório da Violência**

Em tudo aquilo que discutimos nos capítulos anteriores, sempre esteve presente a intenção de afirmar que o homem agressor representa fortemente um efeito do cenário social. Agora, será inserida a dimensão da introjeção psíquica da cultura, que é, no fim, o que viabiliza esse efeito psicologicamente (FREUD, 1927). Faremos esses apontamentos não com a pretensão de olhar o agressor como uma vítima do sistema (cultura), mas como alguém responsável por tomar a decisão da violência diante de situações nas quais, de alguma forma, o feminino, subserviente ou não, “ataca-lhe” o ego<sup>8</sup>, do ponto de vista dinâmico, de modo quase primitivo. Ao compreender o sujeito no âmbito da cultura, mais precisamente, a internalização dessa cultura e a consequência desse processo, é fundamental levar em consideração as proibições e as angústias primitivas que vêm com o estar no mundo, inerentes aos tabus sociais e subjetivos. Assim, será possível compreendermos, de fato, o agressor no contexto de violência doméstica como um sintoma multifatorial.

*Totem e Tabu* (1913) dialoga psicanaliticamente com a cultura e a antropologia, trata-se de uma das obras freudianas que mais se difundiu ao redor do mundo. Desde

---

<sup>8</sup> Pode ser que o ego apareça algumas vezes sob perspectivas diferentes, principalmente dos pontos de vista tóxico e dinâmico, respectivamente, quando em relação ao equilíbrio com ID e Superego, ou enquanto aquele que defende o Eu de “afetos desagradáveis” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 124).

então (1913), mais de cem anos depois, a palavra tabu se configura hoje no uso popular, nos diálogos e nas redes sociais, como algo a ser combatido. Enquanto isso, alguns tabus herdados das sociedades primitivas e outros construídos com apoio da moral, social e religiosa, continuam a fundamentar pensamentos, leis e crenças. O uso da obra para explicar o processo civilizatório da violência se deve ao fato da intimidade existente entre tabus e as estruturas de gênero, como a masculinidade. Os grandes mantenedores dos antigos tabus culturais são os mesmos que mantêm os padrões de gênero e as exigências culturais contemporâneas: Igreja, Família, Escola, estado capitalista.

É por isso que dentre todas as questões desafiadoras que Freud traz, pensar os tabus como algo comparável, análogo às proibições sociais e subjetivas é um dos pontos mais importantes, uma vez que gera questões a respeito de nossa vida em sociedade e da maneira como as tradições mais normalizadas podem ser parte de nossa angústia. Logo, levando em consideração os padrões de masculinidade, dotados de proibições, em geral inconscientes, pretendemos estabelecer uma analogia baseada nos tabus conexos aos gêneros.

### **3.2 Tabus, Identificações, Proibições e Mal-Estar**

Um dos grandes problemas sociais, já anunciado por Freud (1927), é que a angústia psíquica fomentada pelos conflitos das proibições que cada sujeito adquire, junto à noção de civilização, moral e poder, resulta em sintomas. O que infere o mal-estar, ou seja, o que faz com que a cultura seja internamente desconfortável são as exigências desta. Portanto, tudo aquilo que a cultura exige e as regras de conduta criam a necessidade de proibições, ideias e esquemas que são claramente uma interdição aos sujeitos ou a um grupo deles. É importante avaliarmos que os problemas de cada sujeito, individualmente, têm contidos em si o processo de desenvolvimento da sociedade, assim, expressaremos através dos totens e tabus (primitivos), as restrições dos homens contemporâneos, que hoje figuram como fonte de conflito interno. Levando em consideração que a cultura e o externo como um todo interagem com o aparelho psíquico e geram prazer ou desprazer, conforme o sentido construído para o sujeito.

Vale destacar que já no ano de sua publicação (1913), Freud acreditava que o problema dos tabus não estava resolvido, assim como não cremos que, através dos

tabus e das proibições, seja possível enunciar todo o conflito do homem violento. Para o autor, os totens foram afetados pelo desenvolvimento da sociedade, enquanto os tabus se mantinham:

A diferença está ligada ao fato de que os tabus ainda existem entre nós. [...] O totemismo, pelo contrário, é algo estranho aos nossos sentimentos contemporâneos - uma instituição social-religiosa que foi há muito tempo relegada como realidade e substituída por formas mais novas. Deixou atrás de si apenas levíssimos vestígios nas religiões, maneiras e costumes dos povos civilizados da atualidade e foi submetido a modificações de grande alcance mesmo entre as raças, sobre as quais ainda exerce influência. Os progressos sociais e técnicos da história humana afetaram os tabus muito menos que os totens. (FREUD, 1913, p. 6).

Apesar de *Totem e Tabu* datar de 1913, a melhor definição para as proibições e outros dois termos fundamentais, em nossa visão, apareceu em 1927:

Em benefício de uma terminologia uniforme, descreveremos como “frustração” o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como “proibição” o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como “privação” a condição produzida pela proibição (FREUD, 1927-1930, p. 7).

Citamos essa passagem pensando no acesso do homem aos próprios desejos e às emoções, e na quantidade de exigência cultural e interna contida em seu silêncio. Freud (1913) nunca deixa de postular a intimidade existente na relação entre o processo civilizatório e a repressão dos instintos. Na descrição das comunidades primitivas fica claro como as regras criadas se fundamentam nos desejos humanos mais primitivos, ou seja, sem a influência da cultura até aquele momento. A repressão, portanto, faz parte da cultura, são respectivamente (repressão e cultura) um mecanismo e uma instituição que andam lado a lado. Neste sentido, a identificação e a proibição, as quais Freud (1913) comenta relacionando aos tabus, agem no escopo da personalidade dos sujeitos, e, mais especificamente, podem influir nas noções que o homem possui e reforçam o potencial agressivo.

De acordo com Freud (1913), os tabus se constroem de maneira diferente em cada cultura, embora, geralmente, eles pertençam a um preceito em comum. Ao transferir essa ideia para a sociedade atual, pode-se afirmar que os tabus pertencentes à masculinidade seguem esse mesmo modelo: a masculinidade, bem como o que é proibido para cada homem, não é hegemônica, mas ambos obedecem a um mesmo padrão. Nem todo homem mata quando tem a honra ofendida, mas todo homem é capaz de reconhecer a honra ofendida. É possível, portanto, que o tabu seja universal ou generalizado dentro de certa cultura, mas a internalização desses tabus é parte do que determina o indivíduo psiquicamente. É justamente a repressão que

pode, muitas vezes, fazer com que os desejos se tornem inconscientes, bem como parte da alteridade do indivíduo. Por isso, um ponto importante para compreender o agressor, é pensar como os tabus e as proibições atingem o sujeito. Sob esse prisma, um aspecto que Freud vai expor futuramente (1927) é a importância de compreender que existem também proibições coletivas, “que afetam a todos” e as restrições que são subjetivas, ou seja, que se desenvolvem conforme o desenvolvimento psicoemocional.

Mencionando Wundt, Freud (1913) lembra que, às vezes, o indivíduo, e não só uma comunidade, é capaz também de criar tabus próprios e obedecê-los tão severamente quanto obedeceria a uma proibição comunitária. Talvez esses sejam os tabus mais fortes, enraizados na dinâmica psíquica, capazes de colocar o homem em profunda confusão interna, sofrimento e insatisfação com o Eu. Assim, tanto coletiva quanto subjetivamente é possível que não só os homens, mas os sujeitos possam transmitir os tabus próprios da masculinidade, por meio de um processo identificatório, ou seja, ao reconhecer certos aspectos próprios no outro. Em *Totem e Tabu* (1913), Freud menciona a identificação do sujeito com o animal totêmico, depois com o pai, no contexto no parricídio. A identificação, porém, que conhecemos no campo psicanalítico ultrapassa isso, embora se baseie nessas premissas, é o mecanismo que detém grande parte do que constitui a personalidade, numa tomada do “outro” para construir o “eu”.

O processo de identificação coloca em jogo a influência da cultura, dos sujeitos e da família para a introjeção da violência. Identificar-se com um agressor, por exemplo, pode ser inevitável para uma criança que vive no contexto de violência doméstica. É através de identificação também que as proibições são por vezes internalizadas. Dito isso, é preciso diferenciar bem as proibições que Freud (1913) cita e os tabus propriamente ditos. “As restrições do tabu são distintas das proibições religiosas ou morais. Não se baseiam em nenhuma ordem divina, mas [sic] pode-se dizer que se impõem por sua própria conta” (FREUD, 1913, p. 19). Já as proibições com as quais o psiquismo lida têm instituições que reafirmam e asseguram o quanto é necessário cumpri-las. Talvez seja possível dizer que os tabus da masculinidade se revertem em proibições para os sujeitos.

Nunca foi possível ler na Bíblia ou na lei que homens não choram, ainda assim, um homem chorando em público incomoda não apenas os olhares assumidamente machistas, tanto o tabu se impõe por conta própria, que se torna preceito popular. Em

um paralelo entre as restrições do tabu e aquelas produzidas neuroticamente (FREUD, 1913), ao levar em consideração a questão da masculinidade e da violência, há uma grande dificuldade de definir com certeza quais seriam as restrições geradas por proibições e tabus internamente a um indivíduo. Isso acontece justamente porque, de maneira geral, esses conteúdos emergem ao consciente com dificuldade e de maneira sintomática, visto que foram recalçados, ou seja, dispensados ao inconsciente.

Freud (1913) baseia-se nos sintomas obsessivos para explicar a reversão neurótica. A título de explicação, a neurose à qual nos referimos é definida por uma “Afecção psicogênica em que os sintomas são a expressão simbólica de um conflito psíquico que tem raízes na história infantil do sujeito e constitui compromissos entre o desejo e a defesa” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 296). Não por acaso, a neurose obsessiva é um tipo na qual a restrição é muito característica. Sobre as similaridades entre sintomas obsessivos e práticas do tabu, Freud observa os seguintes pontos: 1. que não há motivos que possam caber na proibição, ou seja, nada é essencialmente proibido sem a mediação da cultura ou do psiquismo. 2. que há uma necessidade interna mantendo-o como tal (tabu ou sintoma). 3. que podem se deslocar e levar a noção do proibido consigo. 4. a ordem que se cria em relação aos “atos cerimoniais” (FREUD, 1913, p. 26).

Em face disso, as proibições internalizadas não são noções atribuídas claramente, elas partem de preceitos dissolutos na socialização. Tendo em vista o processo como ocorre para a produção de sintomas psíquicos, é possível que nossas maiores amarras sejam justamente aquelas das quais não nos damos conta, como é, muitas vezes, o campo emocional para o homem. Na sociedade atual, a proibição, às vezes, talvez não seja inconsciente, mas seus motivos (os fundamentais) geralmente são (FREUD, 1913).

Segundo afirma Freud (1913), os esforços para eliminar intelectualmente essas proibições são falhos, pois estas estão enraizadas costumeiramente naquilo que se encontra inconsciente, baseia-se em conteúdos recalçados, ou seja, que passaram por uma operação com vista a repelir representações que ameaçassem de alguma maneira provocar desprazer (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967). Os tabus, portanto, passam para o inconsciente como uma espécie de oposição ao desejo.

A proibição deve sua força e seu caráter obsessivo precisamente ao seu oponente inconsciente, o desejo oculto e não diminuído - isto é, a uma necessidade interna inacessível à inspeção consciente [...] O desejo instintivo

se desloca constantemente, a fim de fugir ao impasse, e se esforça por encontrar substitutos - objetos substitutos e atos substitutos - para colocar em lugar dos proibidos. Como consequência disso, a própria proibição também se desloca de um lado para outro, estendendo-se a quaisquer novos objetivos que o impulso proibido possa adotar. Qualquer novo avanço feito pela libido reprimida é respondido por um novo aguçamento da proibição. (FREUD, 1913, p. 27)

Com base nessas afirmações, é possível compreender o processo pelo qual a adaptação do menino do sexo masculino ao padrão de masculinidade coloca-o no centro das proibições e prende a afetividade; assim sendo, o menino ou o homem é tão restrito a se expressar emocionalmente, que sua expressão de afeto, bem como a capacidade de reconhecer e lidar com eles, fica praticamente atrofiada. Claro que, talvez, ainda mais cheio de proibições seja o feminino, mas vale compreender aquelas inerentes à masculinidade justamente por serem ocultadas pela própria violência e por serem, essencialmente, também parte do que a fomenta. O silêncio das mulheres e o silêncio dos homens não é mesmo, ambos partem dos padrões de gênero na introjeção cultural, mas age em lugares diferentes, apesar das mesmas vias.

Com efeito, a produção e a tomada das proibições, próprias da masculinidade e do gênero, podem ser compreendidas como uma consequência da neurose de estar no mundo, que deve regular o instinto do sujeito. O processo civilizatório do “eu” com a violência e o ódio, parte de significações construídas numa espécie de tomada do externo (MUSZKAT, 2006). Esse conceito determina, mais ou menos, o lugar da violência para o sujeito, tendo em vista que o caminho percorrido é repleto de identificações e o fato de que a violência aparenta ser inerentemente humana.

É fácil imaginar que quando um homem é agressivo ou age com ódio ao cometer uma violência, ele tem como “código” uma combinação dos preceitos conscientes (ex.: eu posso bater, não posso ser visto como fraco, ela é inferior e me deve obediência) e proibições inconscientes deslocadas das relações; como demonstra Muszkat (2006) ao relatar o depoimento de um homem durante uma reunião sobre a reação deste diante do sentimento de abandono e descontentamento com a atitude da parceira: “Não tinha com quem conversar, fui à igreja rezar, para me acalmar. Pensei em matar ela. Depois comecei me relacionar com outras mulheres” (MUSZKAT, 2006, p. 100).

A necessidade de descarga que vem a partir do conflito em satisfazer tanto a proibição quanto o objeto (ou razão) primeiros de sua angústia, pode, talvez, ser um dos motivos para a violência. Assim como, não adianta perguntar a um neurótico o

motivo da proibição, também não adianta perguntar, arbitrariamente, a um homem o motivo de sua angústia (FREUD, 1913). Em conclusão, a respeito da relação tabus-proibições, compreende-se que a experiência que um sujeito passa não sobrepõe a realidade daquilo que pensa (FREUD, 1913). Ainda hoje, em que pese o desenvolvimento tecnológico, nosso psiquismo, nos termos da experiência da culpa, proibição, e principalmente no que concerne à questão econômica de nossos desejos, não mudou. Somos ainda comparáveis aos primitivos dotados de seus tabus, embora agora com a ordem social (superego) mais estabelecida.

Toda a ambivalência mencionada por Freud no que diz respeito às emoções produzidas diante dos conflitos neuróticos auxilia na compreensão da maneira como amor e ódio coexistem ou, em outros termos, desejo e frustração. Faz parte tanto dos processos socioculturais quanto psíquicos recalcar o ódio como maneira de lidar com aquilo que lhe parece proibido ou conflitante. Faz parte da vida humana desejar, apesar do quanto doa, o proibido e conflitante.

A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação. [...] existem duas características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões. (FREUD, 1927-1930, p. 6).

Em virtude disso, a compreensão completa do psiquismo humano não é possível, não apenas pelo fato da existência subjetiva, como também regularmente, o mundo e a cultura se transformam. Assim, além dos conflitos e traumas-base, novas formas de vida vão criando novos modelos de introjeção. Se fosse possível reordenar as relações humanas de maneira que não houvesse a insatisfação com a realidade e a repressão instintiva, a violência seria diferente do que é. Em muitos casos, pode até ser possível afirmar que não é o instinto que provoca a violência, como apontado no primeiro capítulo de Arendt (1994), mas a sua renúncia que abre o campo do ódio. A civilização produz hostilidade contra si ao pressionar o sujeito a renunciar seus instintos, ao estabelecer proibições que são, por si, hostis ao arranjo psíquico. Mas, se renunciar à civilização é praticamente impossível, como resolver as demandas desse constante mal-estar?

Observar a questão dos instintos através da proibição e da identificação é coerente com a proposta da presente dissertação. Uma vez que, geralmente quando



se associa o termo instinto ao termo violência doméstica ou agressor, a intenção é justificar a violência como algo inevitável. Neste sentido, a linha de raciocínio caminha exatamente para justificar que há a possibilidade de evitar a violência mesmo que exista agressividade, ao se tratar e envolver o sintoma da violência como tal. Implicando o agressor em retificar-se subjetivamente e abrindo espaços desde a infância para que a introjeção da cultura seja menos repressora.

Qual é responsabilidade do sujeito, afinal, na desordem da qual se queixa? Qual seria essa desordem para um agressor levando em consideração que a própria violência não é notada, nem mesmo socialmente, em grande parte das vezes, como uma desordem? Como poderíamos entender esse homem que agride a mulher, ou mulheres, com as quais possui laços afetivos? As respostas mais possíveis levam para o assunto da violência como sintoma, ponto que nos dedicaremos a seguir.

### **3.3 Violência e Sintoma**

Os sintomas podem ser definidos como a representação simbólica de conflitos psíquicos (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967), ou seja, eles emergem ao campo consciente e externo do sujeito. Assim, um sintoma pretende satisfazer uma pulsão por outras vias que não sua origem, e pode causar ao mesmo tempo, desprazer e prazer. Em geral, os sintomas são a fonte conhecida do sofrimento dos indivíduos diante do mundo, não são, porém, a causa e sim uma representação. O sofrimento do indivíduo, diante da realidade, conforme sinaliza Freud (1927) provém de três fontes: o corpo, o mundo externo e as relações. Assim, o sofrimento se localiza naquilo que o indivíduo compreende de si, naquilo que compreende em relação ao mundo e em relação às pessoas, de todas as maneiras, direcionados ao “eu”. As forças conflitantes em relação a esses aspectos da vida estão constantemente produzindo desconforto psíquico.

Além do desconforto, essas manifestações, quando ocorrem de maneira constante e massiva faz com que os sujeitos, um a um, construam hábitos que podem acabar socialmente normalizados. Isso quer dizer que certos hábitos ou manifestações psíquicas (desejo, necessidade) são incorporados como parte da cultura. Para grande parte dos sujeitos, homens, há o tabu do provimento, por exemplo. Dentro ou fora da igreja, a instituição família cobra do homem ou o sujeito que assume o lugar mais perto da masculinidade o dever de provimento, em todos os

sentidos, trabalho, dinheiro, sustento, autoridade. Mas o que isso tem a ver com o sintoma? Enquanto sociedade ou sujeito, não é preciso concordar com o tabu do provimento, para ser atravessado por esse aspecto. Ao lidar com isso, porém, o sujeito se encontra num lugar desconfortável dentro do próprio psiquismo, pode ser que o indivíduo não se perceba capaz de prover ou sinta culpa por não cumprir essa necessidade. Assim, a fim de evitar o desprazer, conteúdos a esse respeito são recalçados e devem emergir ao consciente, ou até ao corpo, como sintomas.

Esse é o ponto chave da presente pesquisa que responde quais seriam as exigências internas que se revertem em violência como sintoma, em geral, as exigências comuns à masculinidade, mas também os conflitos diante da cultura, que, por sua vez, exige cada vez mais duramente. Por exemplo, o tabu “um homem não pode abdicar da virilidade que é prover” diante da realidade cultural, recalca o sentimento de insuficiência e o pensamento “não consigo lidar com a cobrança para ser quem sustenta”, desse conteúdo pode emergir como o pensamento de “eu não confio em nenhuma mulher, todas querem meu dinheiro” e o sintoma de se afastar de todas as relações que começam a requerer confiança ou ainda deslocar a ideia para a parceira, de maneira violenta. Embora seja um exemplo hipotético, o qual gostaríamos futuramente poder comprovar, serve para esclarecer com certa simplificação o tabu da masculinidade se revertendo em violência.

Assim, a reversão da agressividade em violência, principalmente de maneira contínua, é possível devido a uma formação sintomática. Apesar de existirem algumas camadas da vida em sociedade, pregressa e atual, que influenciam na formação de um sintoma, no fim são os mecanismos de identificação e proibição que circunscrevem o sujeito naquilo que é incômodo ou não, tolerável ou tão intolerável que deve ser expulso psiquicamente. Com efeito, contrariar estruturas estabelecidas como sendo a ordem natural das coisas é desconfortável para o psiquismo e gera conflitos.

Sinteticamente, o sintoma representa as desordens internas. O grande problema, porém, é que eles são desordens também no mundo externo. O sujeito ainda não é capaz de encarar de imediato seus sintomas como sintomas, tampouco deliberar a respeito. A violência torna-se um sintoma subjetivo, mas também social, no sentido que representa a cultura e a desordem do sujeito. Como será possível entender no tópico *Figura Psíquica do Agressor*, a violência refere-se a um dos fenômenos com maior potencial de se perpetuar dentro de núcleos, comunidades ou até gerações. O sujeito contemporâneo encontra-se em desordem em relação à

própria identidade. Ao afirmar isso, Júnior e Besset (2010) deslindam pretextos sobre como o declínio da função paterna e os “imperativos do gozo no discurso capitalista” ocorrem (JÚNIOR; BESSET, 2010, p. 324). Definem a violência como um “excesso pulsional” (sintoma) e como gozo,<sup>9</sup> algo além da agressividade, um excesso marcante.

Como será possível entender no item 3.5, o pai é o agente da castração, a figura que estabelece os limites ou que sinaliza a falta destes. A função paterna certamente entrou em declínio nas últimas décadas, um exemplo disso é que no ano de 2022 o número de bebês sem o nome do pai em suas certidões teve recorde já nos primeiros meses do ano (IBGE, 2022). A figura paterna, ou seja, em maioria, mas não exclusivamente homens em padrões heteronormativos, é quem detém a quantidade mais massiva de violência, se essa transferência não é realizada por identificação, é realizada pela falta.

É nítido que o sujeito, como sujeito de desejo, está em crise de identidade. Não há espaço para a construção de alteridade, tanto quanto de um ego ser capaz de suportar o sentimento de desajuste e desamparo. Assim como Arendt (1994) chega a pontuar, é possível observar na psicanálise contemporânea que a sociedade vive hoje acuada pela violência de todos os lados; principalmente se considerar as violências simbólicas. O contexto sociocultural incita ao gozo (JÚNIOR; BESSET, 2010), a cultura, porém, ainda procura civilizar. É um movimento ambíguo que coloca o sujeito no centro da deriva entre o que deseja, o que sente e ao que precisa obedecer.

A moral civilizatória que vem por meio da sexualização entra em declínio quando já não há a figura que castra. O pai, neste sentido, não é uma ausência apenas nas manchetes, ou nos inúmeros processos de abandono paterno, mas também no psiquismo de cada sujeito. Por outro lado, há a cultura e o modelo sociocultural, colocando o sujeito em verdadeiro desespero pela realização do gozo. “Os sujeitos apresentam-se marcados por um vazio identificatório, à mercê das exigências culturais que impõem não mais uma economia do desejo a partir do recalque, mas uma satisfação imediata” (JÚNIOR; BESSET, 2010, p. 328). A esse respeito, de acordo com Savi:

Antigamente havia uma identificação com o animal totêmico, representando simbolicamente o pai, (conforme disposto em Totem e tabu, o caso do Pequeno Hans e do Pequeno Homem-Galo), a mãe ou outras instâncias. Mas hoje em dia, a identificação que os sujeitos têm buscado é com os “objetos totêmicos” a serem consumidos e incorporados. Porém, esses objetos

---

<sup>9</sup> Conceito lacaniano.

totêmicos são consumidos sem que haja necessariamente qualquer desejo, já que grande parte dos sujeitos atuais são “quase não desejantes”. (SAVI, 2021, p. 67)

O homem, portanto, com o ego enfraquecido e a alteridade em crise, e tendo se fundamento na masculinidade e na cultura, está inclinado a utilizar a violência como resposta aos próprios questionamentos. Quanto menos referências tem, menos o sujeito se aproxima da realidade e mais busca pelo ideal, o sintoma se torna uma produção incessante. Principalmente em relação ao agressor, mais do que a busca pela satisfação, a violência é um sintoma da expulsão da insatisfação. Talvez valha considerar o que denominamos no capítulo anterior de cronicidade da violência, agora, de repetição do sintoma. Não existe palavra implicada no fenômeno que silencia, a relação com o outro é sempre agressiva em essência, os indivíduos, porém, sublimam-na constantemente. A civilização é, então, parte do que impede que essa agressividade se torne violência, mas também se tornou quem condensa a agressividade (FREUD, 1927). Neste sentido, a violência aparece como um sintoma, um sintoma da sociedade para com a civilização e um sintoma do sujeito com a masculinidade deste.

### **3.4 A Figura Psíquica da Masculinidade**

Existem duas perspectivas para olhar, psiquicamente, para o sujeito da pesquisa sob a ótica da masculinidade e sob a ótica da agressão. A figura clínica ou psíquica da masculinidade não é necessariamente a figura do agressor, até porque mesmo que todos os sujeitos sejam atravessados pelos padrões da masculinidade e sejam potencialmente agressores, aquilo que coloca esses sujeitos no lugar de agressores é um campo à parte. Por isso, as figuras da masculinidade e do agressor estão separadas aqui em dois itens. É muito comum que alguns homens cheguem à clínica psicanalítica, seja no *setting* tradicional ou outras formas de intervenção, totalmente dotados de uma masculinidade confusa, que lhes gera uma série de angústias e violências geralmente mais brandas ou invisíveis. Essa é em geral uma origem ou uma faísca do que pode vir a ser a violência (física, moral, psicológica, patrimonial ou sexual) contra uma mulher de seu convívio, ou seja, a violência doméstica.

Já discorreremos a respeito do porquê, em geral, são esses sujeitos, as mulheres próximas e em convívio doméstico, que se tornam o objeto da violência. A questão agora é o que leva o agressor a se tornar agressor. Aqueles que são apenas potencialmente agressores não podem ser negligenciados, por mais que não agridam fisicamente uma mulher, estão inclinados a agredir outros homens, agredir a si mesmo e ainda contribuir para a perpetuação do silêncio dos homens; e, conseqüentemente, para o enlace masculinidade-violência. Essa introjeção psíquica da violência acontece sobretudo de duas formas: 1. Por meio da cultura 2. Por meio da família, especialmente pelo pai.

### 3.5 O Pai

Desde as sociedades primitivas, o pai é reconhecido como uma figura marcante no processo de socialização e identificação de um sujeito (FREUD, 1914). É essa figura quem representa e promove a repetição da masculinidade, ou seja, que transmite os códigos desta, não de maneira exclusiva mais por meio de forte influência. É um tanto delicado pensar e falar nas diversas narrativas e configurações que podem surgir a partir do contato com um pai violento, por exemplo. Em razão do rigor científico nos limitaremos a expor tão somente as particularidades gerais da relação pai-filho-violência.

No processo de identificação, de início, a diferença sexual entre o feminino e masculino são percebidos como uma falta e uma posse. O menino é quem está “completo” na identificação com o pai, mas justamente por isso, é o que mais teme à castração. Por outro lado, a figura feminina é percebida então como uma “criatura mutilada”, aversiva ou menosprezada (FREUD, 1925). Se para Freud (1925), de partida, o sentimento masculino em relação ao feminino já é de “aversão ou triunfante menosprezo”, é possível supor a partir disso que o menino (o homem) vem se constituindo já com certo temor à feminilidade.

Esse momento de identificação e temor é em suma a entrada no contexto do Complexo de Édipo. A castração que ocorre em seguida é justamente a tomada do supereu (superego), ou seja, momento em que as regras e a noção de moral são, *grosso modo*, introjetadas; sendo possível notar que, em cada um desses momentos psíquicos, a oposição ao sexo oposto aparece. É também nesse período que as

“proibições” são internalizadas, como pontuado no primeiro item no presente capítulo, em virtude do processo de identificação (especialmente com a figura paterna).

Desde cedo, aproximar-se do feminino perturba, mesmo que, às vezes, seja desejada, incomoda o “Eu” e faz com que ele seja empurrado ao temor da castração, é a figura paterna que o faz temer. O “jogo” entre menino e pai é ambivalente; e, através dessas ambivalências e conflitos, as relações subsequentes entre o menino e outros homens vão adotar uma ambivalência parecida, rivalizar e admirar (FREUD, 1928). Parecido com o que Freud (1913) comenta a respeito dos totens, ao mesmo tempo em que há a rivalidade, há a identificação.

Assim, no campo social, a tomada da masculinidade pelo menino, ou seja, a introjeção cultural desse aspecto, passa ostensivamente pelo pai ou pela figura que o representa. Uma constância conhecida dentro das intervenções clínicas é a maneira como a figura paterna e a sua conduta influenciam naquilo que será posteriormente a compreensão do menino a respeito de virilidade e amor, mesmo que seja no sentido de oposição. O pai é quem limita, quem castra o sujeito e, com isso e apesar disso, o protege. É essa, afinal, a função esperada culturalmente para o pai, a função protetora (CRUZ, 2014); ao oferecer a paternidade, espera-se que o homem abra espaço em seu ego para que outra pessoa possa viver. A maneira, portanto, como um sujeito vai representar paternidade e como será o valor emocional de sua relação com outros homens e com as mulheres, tem forte influência da relação desse mesmo sujeito com sua figura paternal ou suas figuras paternais.

Para além de processos identificatórios, para além dos códigos sociais e também [sic] para além da posição do sujeito perante o falo e a castração, entendemos que a complexidade da construção da masculinidade se dá na medida em que envolve rigorosamente todos estes elementos. Ou seja, elementos intra e intersíquicos. (CRUZ, 2014, p. 192).

Ao observar a representação de um agressor, por exemplo, facilmente o menino compreende aquela maneira de leitura do feminino como a possível e plausível, sobretudo levando em consideração que tenha internalizado também a cultura a esse respeito. É importante não colocar nenhuma dessas considerações como uma máxima, uma vez que cada sujeito vai lidar subjetivamente com esses momentos, mas vale ressaltar que, recorrentemente, as dores provocadas pelos homens, especialmente nas mulheres, foram incitadas por outros homens.

A masculinidade (padrão) é mantida no momento em que o menino vai sentir a angústia ou a culpa, tanto por desejar (e se aproximar do feminino), quanto por

rivalizar com o pai ou a figura que o representa (CRUZ, 2014). Assim, ela ganha espaço e se espalha por gerações. Trata-se de um diálogo complexo, quando se ameaça um aspecto constituinte, como é, de certa forma, a masculinidade, é comum a projeção para aguentar o conflito. Nesse aspecto, a masculinidade se associa à violência, psiquicamente falando. É mais simples odiar o outro, dessa maneira, identificar no outro algo odiável do que em si foi expulso porque não pode ser integrado, aceito pelo próprio psiquismo, já marcado pela masculinidade.

### 3.6 A Cultura

Na sessão anterior foram estabelecidas as funções da cultura nas muitas exigências internas do sujeito, sendo possível compreender que a cultura não só requer, mas ordena uma renúncia pulsional. “Renúncia que cobrará sua parte no mal-estar instituído no laço social pela limitação dada pelos ideais culturais. Um conflito entre a liberdade do sujeito e os anseios coletivos fará surgir em algum momento reivindicações e/ou rebeliões contra o instituído.” (CORRÊA, 2019, p. 26).

Assim, o motivo primevo para odiar, ser hostil, está justamente na renúncia pulsional, ou seja, em adaptar-se culturalmente. A cultura, o externo e o outro que geram o ódio, paradoxalmente, a mesma cultura quem o sustenta e procura meios de suportá-lo (CORRÊA, 2019). Um homem tem um ideal de amor, que lhe foi concedido por meio da socialização, portanto, sofre as mazelas de nunca satisfazer esse ideal. Ódio e identificação estão lado a lado, temos por nossos pares, inclusive os primeiros, impulsos afetuosos e hostis.

Em *O silêncio dos homens* estabelecem-se algumas crenças dos homens a respeito de como deveriam agir socialmente, dentre as quais: 85% deles acreditam que devem ser bem-sucedidos profissionalmente; 78% acham que não podem se comportar de modo que pareçam femininos, 73% acreditam que precisam ser fisicamente fortes; 67% acreditam que precisam ser os responsáveis pelo sustento financeiro da família; 60% acham que não podem expressar suas emoções; e 48% acreditam que precisam “dar em cima” das mulheres sempre que possível.

Esses são dados que colocam os homens próximos às exigências internas, à correspondência de padrões de masculinidade. Por outro lado, alguns dados os relacionam diretamente com a violência, corroborando os apresentados no capítulo anterior: Os homens matam e matam uns aos outros, 83% das mortes por homicídio

e acidentes no Brasil têm homens como vítima, homens se suicidam até quatro vezes mais, 17% deles lidam com dependência alcoólica; quando os homens sofrem abuso sexual demoram, em média, vinte anos para contarem para alguém a respeito; 30% deles enfrentam ejaculação precoce ou disfunção erétil, mas raramente conversam sobre isso (O SILÊNCIO..., 2019).

Esses sujeitos são as figuras dos homens potencialmente agressores, são os homens que vivem enfaticamente a masculinidade, que tem suas alteridades marcadas pela violência, além de normalizarem esse efeito. Eles não são essencialmente maus, não são monstros nem escravos de sua impulsividade, eles são efeito dos séculos de construção da masculinidade e das mudanças sociais desordenadoras. As mudanças pelas quais a figura masculina lentamente tem passado nas últimas décadas não desvelaram a violência, mas mudaram o patamar para uma violência simultaneamente silenciada e escancarada, sobre a qual a pessoa sente, vê e pensa, mas é inclinado a calar. Assim sendo, é possível que um sujeito, já enredado na violência e com aval para tal, tenha agora o peso de desamparo e da falta de limites para o gozo como fonte de seus sintomas mais agressivos. A que mudanças nos referimos?

Quando Freud observou as diferenças entre o masculino e o feminino, o falo era tido praticamente como garantia de paz interior, uma espécie de completude (FREUD, 1901-1905), da qual o feminino adoecia pela falta. Hoje, o falo se deslocou da presença do pênis; ser portador do órgão masculino já não é suficiente para sustentar o ego, se é que um dia foi (CRUZ, 2014). Novas configurações de gênero estão surgindo, nossas maneiras de desempenhá-los também, ou seja, as formas de agir socialmente de acordo com o gênero têm sido mais fluidas que nunca, mas isso não descarta as marcas dos padrões de masculinidade e feminilidade.

De acordo com Cruz (2014), “nas últimas décadas algo se perdeu de tal forma que atividade, força, coragem e virilidade deixaram de funcionar como garantia da definição de masculino.” (CRUZ, 2014, p. 31). Esse “algo” que se perdeu, provavelmente, faz parte da identidade, que uma vez definida e confortável, hoje é uma completa incerteza. É possível que o homem, mas não a masculinidade, tenha se deslocado da posição autoritária patriarcal. Um deslocamento ainda insuficiente para tornar a vida das mulheres ainda subjugadas, pouco menos desconfortável, mas que produz dúvidas e desconfortos suficientes para materializar o impulso em violência da qual já possuem o aval social. O homem questiona-se frequentemente a



respeito de seu valor, sua honra e virilidade, enquanto a masculinidade não deixa em nenhum momento de lhe cobrar que cumpra esses aspectos. Por tanto tempo o valor de um homem foi mensurado por sua superioridade diante das “mocinhas frágeis” dos séculos passados, agora pode ser que esse amparo no desamparo feminino já não seja tão acessível.

Um fato que a masculinidade oferece parte de uma estruturação onde a constante briga interna entre o desejo e a cultura cobra sua parcela de satisfação ou de escape. Faz-se necessário, portanto, observar de que maneira agem as estruturas do ego diante dos anseios do gênero. Muszkat (2006) traz a hipótese da relação entre violência e desamparo, a qual seria proveniente das marcas da masculinidade, confirmando o aprisionamento dos indivíduos em organizações mentais rígidas e incômodas por meio da cultura. Há um forte desejo de ocupar um lugar dentro da hegemonia masculina, de ser aquilo-que-se-espere, no ódio expresso pela agressão. Levando em consideração que os padrões de gênero agem psiquicamente muito além de uma expectativa sexual, e se estrutura em diversos campos da vida, como observado nos capítulos anteriores, torna-se evidente a dimensão da influência da masculinidade sobre um homem. Novamente afirmamos que desviar um padrão de gênero dói porque é parte identitária, egóica, estrutural e estruturante.

Assim como no período da infância, introjetam-se as regras por meio daquilo que vem dos pais e, progressivamente, compreende-se ali, pelo superego, o que é aceitável, o que passa a constituir essas regras depois, é a cultura.

Neste sentido, a violência de gênero segue o caminho do ideal de ego que se constrói “a partir da entrada na cultura” (MUSZKAT, 2006, p. 181), em tese, o que levaria o sujeito a cometer a violência (considerando a masculinidade) seria justamente sentir-se afastado desse ideal. Ou seja, sentir-se desafiado enquanto representante da masculinidade cultural, o que o leva a agir em nome do gozo de maneira a desqualificar a vítima, por exemplo. A masculinidade acumula desprazeres e desamparos, empoçando energia de uma maneira genericamente crônica. Portanto, a ação da violência é geralmente súbita a fim de expulsar o desprazer. “O ego ‘odeia’ o que lhe ameaça a integridade e ‘ama’ o que lhe recupera ou garante a mesma.” (MUSZKAT, 2006, p. 166).

Não há apenas uma possibilidade para a reversão da agressividade em violência. Conforme o caso, pode ser tanto um movimento de preservação como de satisfação do ego, uma vez que não necessariamente a violência é um prazer para

quem violenta, mas talvez seja algo que pareça um escape psíquico. O superego (ou o princípio da realidade) é comparável aqui à capacidade de raciocinar (embora de maneira determinista) a respeito e fazer a escolha, mesmo que súbita, pela violência; pode ser que, para o sujeito, agredir seja reprovável, mas não tão reprovável quanto perder o fio da honra. Viver conforme o princípio do prazer (FREUD, 1920-1922) exige todo o mecanismo que possa arredar a realidade, isso significa que quando um estímulo lhe parece desagradável, o caminho é expulsá-lo, representar de maneira minimamente externa (FREUD, 1911). Em outras palavras que seriam empregadas posteriormente pelo autor, faz-se uma projeção, no caso específico do homem recorrentemente agressor, a culpa é sempre externada na mulher.

As relações como conhecemos hoje geram constantemente esse desprazer, o incômodo de cada lugar socialmente definido (masculinidade e feminilidade) causa sobrecargas, angústias, raiva e até culpa. A autoimagem fica comprometida quando não se alcança os padrões desejados, levando a crer que, para manter a noção de autoridade ou poder, deve-se negar a realidade da vida cotidiana. Não só o homem cisgênero e heterossexual (o padrão do agressor), mas todos que vivem em sociedade precisam escolher entre se submeter ou renunciar aos próprios impulsos, se por acaso renuncia-os, submete-se à civilização e encontra-se em conflito com os próprios desejos. Se busca a satisfação frívola de seus desejos, o gozo descontrolado, provavelmente não será aceito em sociedade. Se o puro incômodo justificasse avalizando a violência, o mundo seria (mais) caótico.

Afinal, todos experenciam a violência, via de regra, já nos primeiros rituais do sujeito com a sociedade. Há violência envolvida quando se passa pelo processo de civilizar-se. “A introdução da lei civilizatória, embora implique uma renúncia, é paradoxalmente o que garante ao indivíduo proteção e sua inserção na condição de humanidade” (MUSZKAT, 2006, p. 178). Aquilo que se aprende a respeito de ser homem é uma exigência tão grande que, subvertida, passa a representar castração, como foi possível notar nas crenças descritas no presente texto.

O sujeito passa por experiências relativamente violentas para se civilizar, para adotar as regras da vida em sociedade, no sentido em que introjetar uma cultura requer, necessariamente, castração. Por isso, não é fácil modificar o objeto ou a agressividade de um homem agressor, a dificuldade de mudança está intimamente vinculada ao narcisismo presente. De acordo com Muszkat (2006), existem diversos motivos, que normalmente se correlacionam, que impedem o indivíduo de se enredar

em novas narrativas que sejam mais suportáveis e mais gratificantes, dentre os quais, a própria introjeção da cultura, o preconceito social relativo ao gênero, uma patologia mental que dificulte o campo emocional e a “idealização narcísica” (MUSZKAT, 2006, p. 67).

Abrir mão de um sintoma, muitas vezes, é penoso. Até mesmo renunciar aos impulsos violentos representa uma grande dificuldade. Freud (1929) traz a noção de que o homem tem propriamente uma parcela de maldade que é renunciada, às vezes, pela conduta social. De acordo com o autor “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (FREUD, 1929, p. 136); ou seja, a configuração social a qual somos influenciados prediz que haja agressividade, que se criem as condições para tal.

Por conseguinte, mais do que falar a respeito de violência, compete implicar o sujeito a reconhecê-la e ser capaz de modificar as estruturas de sua neurose e entender como a cultura (gênero, honra, violência) atua sobre esta narcisicamente. De maneira global, o sujeito tem uma grande resistência à mudança, um dos motivos é o fato do narcisismo ter adquirido, em muitos casos, o caráter de algo que queremos manter, ser narcisista parece ser uma vantagem. A identidade desamparada ou, talvez, o desamparo identitário, cria as condições para a busca pelo objeto de satisfação, estamos psiquicamente fadados a nunca encontrarmos de fato o objeto ideal do nosso desejo.

A noção que o homem tem de si mesmo, homem aqui referido como aquele do sexo masculino ou dotado dessa identidade, é mais ampla que a noção de gênero. A masculinidade é uma expressão, está inserida nos sujeitos do capitalismo, nos homens da vida pública, na representação psíquica de cada sujeito. Ao se estabelecer essas diferenças, a mulher ficou como aquela a quem falta, onde há um vazio a ser preenchido pelo homem, mas, internamente, é possível que também exista um vazio no homem.

### **3.7 Sobre o Narcisismo e as Identidades em Crise**

Nas últimas décadas, o *status* do homem dominante, provedor e viril mudou. Uma mudança gradativa que atinge os sujeitos e as massas em tempos diferentes. Alizade (1997) pontuou:

Não temos dúvidas: o heroico roteiro dos homens tem mudado. A transformação cultural, as reivindicações femininas produziram modificações no estereótipo masculino. A sociedade pós-industrial transformou o penetrante herói conquistador num homem-máquina... houve uma certa quebra identificatória da figura masculina (ALIZADE; DUPETIT apud ALIZADE, 2009, p. 1).

Novas camadas se instauraram na vida do homem que, antes, ocupava confortavelmente o lugar de quem não tinha nada a provar, já que sempre teve muita certeza de si mesmo. Por outro lado, de acordo com Alizade (2009), sempre houve certa vulnerabilidade egóica no homem, na infância todo o homem sente o desejo de ser mulher e se sente ferido em seu narcisismo. Um sofrimento que é substituído, ou compensado, pela passagem da libido ao genital. A vulnerabilidade do homem está presente, mas oculta, criando um temor frequente de fracassar, envergonhar-se ou ser humilhado. Numa análise mais profunda, a virilidade a todo custo, em muitos momentos, é mais um mecanismo de defesa do que um instinto, pois esconde o temor de não corresponder às expectativas alheias, de não suportar representar o que precisa. Assim, as alteridades, quando encontram espaços para surgir, erguem-se machucadas, enfraquecidas por dúvidas e medos nunca verbalizados.

Por muito tempo, o falo era tudo que o sujeito homem precisava para se sentir superior, pois era ele quem tinha “algo a mais”, quem tinha as armas do narcisismo a seu favor. Por outro lado, todo esse “poder” se mostra exigente, principalmente no mundo contemporâneo, em que novas exigências se apresentaram ao homem. “O falo, por sua vez, representa um valor narcisista máximo. [...] Nos homens, a carga narcisista do pênis é objeto tanto de orgulho viril como de angústia ante a exigência de cumprir com os requisitos funcionais de máximo rendimento.” (ALIZADE, 2009, p. 192).

Na intimidade, sob camadas de consciência a respeito da realidade social e um superego exigente, os homens sentem-se desconfiados, insuficientes, questionam sua *performance* tanto sexual quanto social e, em raros casos, falam sobre isso. De acordo com Alizade (2009), já no processo do reconhecimento do pai enquanto rival, alguns homens percebem-se inferiores em relação ao falo, todavia, essas são configurações frágeis, uma vez que, como apontado, no mundo contemporâneo a figura paterna não está sempre presente.

O resultado dessa ambiguidade entre exigência, honra e desamparo direciona os homens para a rápida satisfação egóica, para o gozo desenfreado e, em muitos

casos, isso é representado em violência. Explicamos: as exigências se acentuaram de tal maneira que a insatisfação é constante, assim, pode ser que exista uma inclinação a procurar constantemente uma “recompensa” para essa insatisfação, um ego enfraquecido representa no outro aquilo que espera, conforme os padrões sociais, e recai sobre a figura feminina o alvo da descarga de desprazer, da agressividade e do ódio, que se torna violência.

A procura por satisfação rápida é, na verdade, um fenômeno que não atinge apenas os homens. Hoje, aplicativos como o TikTok<sup>10</sup> entregam satisfação imediata e identificação a um toque de distância, além de representar uma receita para prender qualquer pessoa numa teia de algoritmos e do próprio narcisismo por horas a fio, por isso, seu sucesso consiste num fenômeno social interessante para a psicanálise.

Neste sentido, as redes sociais como um todo fomentam não só ampliação do narcisismo, bem como as violências interna e externa que as relações líquidas constroem. Embora esse exemplo seja de um fenômeno recente, a teia do narcisismo já tomou outras formas, seja nas relações sociais e nas íntimas, na posição ocupada no trabalho, nos jogos de poder dentro de relacionamentos ou na autoridade vivenciada pelos homens dentro do espaço doméstico. Como exposto no item 3.3, a violência adquire um caráter sintomático, onde parece agir como um meio de preservar o ego. Essa ideia se relaciona, mesmo que de maneira indireta, com o que Arendt (1994) apresenta como sendo a finalidade da violência, que não é sistemática, mas tem sempre um fim pessoal, ou seja, a violência é um fim. Freud (1918) demonstra que quanto mais expressivas são as diferenças entre os indivíduos ou até entre os povos, maior a chance de violência.

Essa característica foi comentada por Freud quando discorreu a respeito do “narcisismo das pequenas diferenças”, embora assuma ali que certa quantidade de identificação/semelhança também fomenta uma considerável violência. Freud demonstra como pode ser mais fácil representar hostilidade contra os semelhantes, já que aquilo que é familiar causa mais descontentamento, uma espécie de conveniência. Blok (2016) esclarece, porém, que Freud não se estendeu nessas considerações e talvez não tenha lhes dado a importância devida.

Contudo, pensar sobre as pequenas diferenças já era um movimento de alguns antropólogos, que analisavam as relações, “Bourdieu enfatiza a importância das

---

<sup>10</sup> Rede social de vídeos curtos lançada em 2016. Carrega em seu conteúdo tendências sociais por ser utilizada e representada majoritariamente pelo público jovem.

pequenas diferenças para a formação e preservação da identidade e a ameaça à identidade proveniente daquilo que é mais próximo” (BLOK, 2016, p. 281). Perder essas diferenças ou não ser capaz de identificá-las era provavelmente prejudicial ao sujeito, Freud (1918) traz a partir disso a dimensão do narcisismo, em sua função de reconhecer, identificar e se opor ao outro. À medida que o processo civilizatório reforça as “pequenas diferenças”, cria-se também uma distância considerável entre os sujeitos de cada grupo ou classe. Poderíamos até afirmar que a masculinidade se vale desse processo para reafirmar o falo como aval à superioridade.

O significado teórico do narcisismo das pequenas diferenças sugere que a identidade – quem a pessoa é, o que representa ou o que defende, de onde retira sua autoestima – se baseia em distinções sutis que são enfatizadas, defendidas e reforçadas contra aquilo que é mais próximo, porque é isso que representa a maior ameaça. Isso nos leva de volta a Simmel, que argumenta que, para manter a honra, as pessoas estão prontas a fazer e a exigir “terríveis sacrifícios” (BLOK, 2016, p. 300).

Entre os grandes grupos que estabelecem grandes diferenças, os gêneros figuram como um ponto de referência “do que eu sou”, pois na diferença está a identidade social. Merece atenção a maneira como a violência estava presente nas diferenças há muito tempo, e atualmente, nunca esteve num terreno tão fértil, já que as identidades narcisistas se caracterizam sobretudo por uma busca. O principal da relação entre o homem (a masculinidade) e o narcisismo é a proximidade entre ambos, o apoio mútuo, o “sujeito homem” geralmente não precisa ir longe para se aproximar de seu narcisismo, tudo a sua volta oferece as condições para tal. O homem ama sua realização, está frequentemente procurando provar sua virilidade, força e potência.

Ao compreender esse processo identitário, é possível ver o narcisismo, não apenas, mas consideravelmente, como uma característica do sujeito contemporâneo. Levo em consideração a masculinidade especialmente na dificuldade de admirar algo que não se pareça consigo mesmo. Diz-se popularmente, sobretudo nas análises feministas, que os homens só são capazes de amar outros homens, as mulheres são para eles apenas objetos. Dentro da presente análise, essa afirmação faz todo o sentido. É difícil sair da trama narcisista das relações quando ela representa todo o seu referencial de desejo, tanto do feminino quanto do masculino. Não por acaso, as relações mais problemáticas são as representações mais puras dessa teia, relações onde há reincidência cíclica, que não cessa, que não encontra nem mesmo motivo de ser. São aquelas relações em que o homem agressor passa pelas fases da violência

já bem conhecidas, encontra um objeto de satisfação, coloca nesse objeto (mulher) toda a responsabilidade pelo triunfo de sua masculinidade; frustra-se como é esperado, não conversa, faz jogos emocionais na transferência do narcisismo para o objeto amoroso.

Entra o ciclo, que será representado aqui por meio de uma hipótese psíquica para aumento da tensão, ato de violência e lua de mel. Não pretendemos com isso, colocar-nos em posição de falar pelo agressor, apenas de representar uma linha de raciocínio: “eu preciso dessa mulher porque sou um homem, mas ela não satisfaz meus desejos porque para isso precisa satisfazer meu ego, projeto minha angústia, sinto a exigência externa pela honra, sinto ódio, agrido, tento me redimir porque preciso manter a satisfação que recebo”. A mulher, por sua vez, passa por esse ciclo de uma maneira mais passiva e predominantemente pela oferta de sentir-se amada.

Estamos psicicamente fadados a nunca encontrar de fato o objeto ideal de nosso desejo (FREUD, 1915), as relações saudáveis e duradouras ainda têm conflitos e são, *grosso modo*, aquelas aos quais os desejos se correspondem e nas quais há vazão para as angústias de nunca estar satisfeito entre as exigências da cultura, os próprios desejos e a tarefa de lidar com um ego que não lhe pertence.

### **3.8 A Figura Psíquica do Agressor**

As hipóteses que serão apresentadas a seguir giram em torno de uma análise que leva em consideração aquilo que se compreendeu no capítulo anterior a respeito do perfil agressor em sua predominância e também a respeito da figura clínica da masculinidade. Isto é, a figura que é psicologicamente influenciada pelas exigências e pelo narcisismo da masculinidade, figuras que são desamparadas pela cultura. Torna-se nítido que a masculinidade que tanto exige uma hegemonia, não é nem mesmo homogênea, ou seja, embora exista um modelo bem estabelecido daquilo que seja uma masculinidade suficientemente boa, cada indivíduo vivencia de um modo o gênero e as exigências sociais.

Os homens, e sobretudo os agressores, não são exatamente os primeiros a procurarem por psicoterapia ou qualquer outra forma de intervenção profissional quando se veem enredados em violência. Como foi possível notar no capítulo anterior, muitos deles recorrem ao álcool e às drogas, por exemplo, como maneira de reprimir a própria afetividade quando esta causa um substancial desconforto. A

maior fonte de informações a respeito desses homens (agressores) vem daqueles que são obrigados judicialmente a participarem de grupos e intervenções, após terem cometido o crime de violência. O fato é que o Ideal do Eu masculino existe e, além disso, exige e aprisiona. Não por acaso, no mundo atual, os sofrimentos psíquicos são cada vez mais ligados ao narcisismo, isto é, mesmo quando não se trata de violência doméstica, a autoimagem passa por uma exigência paralisadora, como em casos de ansiedade cada vez mais precoces.

O declínio do registro da experiência e a consequente aposta em um Eu Ideal, no porvir, teriam como consequência uma forma de aprisionamento em uma condição idealizada que não suporta a prova de realidade e a contrariedade (CRUZ, 2014, p. 173).

Esse é um declínio que se baseia primordialmente na experiência da busca, incessante, de ser algo mais, e sempre mais. O sujeito da masculinidade exerce de maneira especialmente frustrante a conquista de sua identidade, o ideal não cessa nem permite qualquer rompimento com a honra. Em outras palavras, a liquidez das identidades não suporta ou define o sujeito por muito tempo. Aquilo que antes era simples e dado apenas por ser homem confunde-se com o declínio do patriarcado, e o que as perguntas não respondidas geram é angústia. Hodiernamente, o papel da mulher está deixando a subserviência esperada pelas identidades (ou “ideais de”) masculinas. Não se pode, porém, enganar-se com afirmações de que os papéis se inverteram. Na verdade, há uma confusão constante entre o desamparo de já não poder exercer livremente a identidade autoritária e os sintomas decorrentes, sintomas que não permanecem apenas no interno.

Desde o início da discussão presente, afirmamos que a violência é um sintoma, embora jamais deva ser descartada como uma escolha do agressor. Isso quer dizer que, apesar de pensar a violência como uma consequência de estruturas internas e externas que a produzem e a suportam, é sempre possível, para o agressor, tomar a decisão de não cometer a violência. Mais do que isso, diminuir a influência da violência, antes que seja cometida; afinal, ao pensar que já ter passado por violência pode, por exemplo, tornar um homem necessariamente agressor, é fomentar o discurso da monstruosidade e da irracionalidade, e esvaziar o espaço da retificação subjetiva.

Uma maneira de entender a dinâmica entre o impulso interno da agressividade e a violência como fim, basta considerar os principais motivos mencionados pelos



agressores a respeito da agressão. Trazemos uma notícia recente: “Homem mata namorada após ficar com ciúmes dela durante *ménage*, em Patos de Minas” (OLIVEIRA, 2022). A notícia veiculada extensivamente em portais de psicanálise, psicologia e feminismo demonstra um incontestável exemplo da violência doméstica a serviço da suposta honra masculina. Nos grupos conduzidos por Muszkat (2006) e apresentados em sua obra, é possível notar juízos semelhantes, como na declaração “ele teve calma de não bater nela naquela hora, mas tem muitos por aí que picam a mão na cara” (MUSZKAT, 2006, p. 134<sup>11</sup>), em que E comenta uma situação de um filme assistido onde apenas a mulher trabalhava e fazia elogios ao patrão. A dificuldade da figura masculina (heterossexual, cisgênero) tem de expressar e compreender os próprios desejos e conflitos demonstra-se no modo como lidam com relacionamentos em geral, mesmo com a ausência de agressão física. É tão comum a recusa do homem de se expressar que, nas experiências clínicas, sempre se ouve a respeito das coisas que eles fazem quando não querem estar numa relação: homens não terminam relacionamentos, eles abandonam; tratam a mulher mal, até que ela termine; culpam incansavelmente e demonstram ciúmes em excesso.

É interessante observar como as exigências do psiquismo masculino foram tão bem acolhidas por muito tempo pela mulher que, complacentemente (embora por pressão social) se mostra dominada. Em outras palavras, sustentar a exigência da masculinidade opressora não é mais tão fácil quanto já foi em momentos onde os subjugados lhe prestavam obediência. “Pai, patrão, padre ou professor, o lugar destinado ao homem lhe conferia autoridade e distinção.” (CRUZ, 2014, p. 179). Comentando sobre agressores, Muszkat (2006) elucida:

A adesão destes homens a determinados padrões de ideal de masculinidade é justificada se entendermos que o abalo narcísico, decorrente de uma não-adesão, implicaria num risco de perda do sentido de existência ou de identidade, quando este sentido se encontra atrelado a tais padrões ideais. (MUSZKAT, 2006, p. 165)

Nota-se, portanto, um suposto enfraquecimento da confiança masculina, ou até mesmo, uma fragilidade do ego. Como foi possível compreender a respeito do narcisismo masculino, com o tempo, o reconhecimento de novas formas de vida e a emancipação feminina foram adotados, assim como outras formas de representar o

---

<sup>11</sup> O filme em questão chama-se “Não é fácil” e demonstra a relação do casal, utilizando a figura do homem quando menino, com a qual ele interage, como recurso para demonstrar a dificuldade do homem adulto em se conectar com os seus sentimentos.

falo e de fazê-lo ostentar, que não fosse através do pênis. Ficou nítido também, como, possivelmente, a violência é um sintoma e a violência doméstica em especial, um sintoma com origens enraizadas na cultura e no psiquismo. Além disso, é possível que a dominação masculina, as tentativas para tal dentro de cada lar, venha a ser uma tentativa de conter qualquer sinal de impotência.

Em reação ao cenário de crise da masculinidade, uma das possibilidades de abrigo ao masculino é a hipermasculinidade (ALIZADE, 2009). É a figura clara do homem machista, quase caricata, dominante, espaçoso, com a sexualidade latente. Ao se sentir ameaçado, o homem desempenha um processo defensivo-agressivo, “a masculinidade hipertrofia-se reativamente [...] A hipermasculinidade costuma se associar a atitudes agressivas e até violentas” (ALIZADE, 2009, p. 197).

Colocar o outro (a parceira) em posição de fraqueza ou inferioridade é a adaptação contemporânea das formas de virilidade. “A virilidade se apresentaria então como uma tentativa de criar uma prova ‘real’, material daquilo que imaginariamente se acredita possuir.” (CRUZ, 2014, p. 181). Completando o pensamento de Cruz (2014), diríamos que é uma tentativa de provar não só o que se imagina possuir, mas, também, o que teme não possuir. Muitas vezes, o ato de violência é uma maneira de reafirmar ou até resgatar sua masculinidade, ou identidade, marcada pelas regras da cultura.

A infidelidade, por exemplo, presente em muitos casos de violência doméstica, é outro exemplo de como os homens procuram compensar o desamparo. Conquistar e possuir configuram, para eles, potência (ALIZADE, 2009). São relações infrutíferas e superficiais, que, por isso, não duram ou se duram são em geral violentas. A satisfação, nesse caso, estende-se não apenas à conquista, mas ao jogo, e à manutenção da mulher enredada no ciclo: “O gozo sádico encobre profundas ansiedades relacionadas com a dificuldade de amar, o temor às mulheres e o vínculo íntimo afetivo” (ALIZADE, 2009, p. 198).

Alizade (2009) comenta ainda a respeito do poder no espaço público, ou seja, na vida desses homens em sociedade, como outra maneira de se ampararem e se satisfazerem narcisicamente. Esses são os homens donos dos discursos do triunfo, aqueles que juram que nunca dormem, pois estão buscando o sucesso, são os homens que possuem “mulheres-troféus” e, às vezes, gastam uma quantidade exorbitante de dinheiro em busca de uma garantia de que não serão abandonados. O poder se manifesta não só por meio das conquistas, como também do respeito de

outros homens e do prover. “O poder se adere à imagem inconsciente do corpo e ao esquema corporal, encorajando o homem sem graça, de pouca libido, e dissimulando sua dificuldade de se expor por meio de enfeitados atributos de valor que outorgam fama, dinheiro, posições de influência etc.” (ALIZADE, 2009, p. 199).

É aparente que as maiores vulnerabilidades dos homens se expressam em aspectos nos quais mais requerem e procuram por poder. São campos delicados onde o peso do sucesso é repressor, como o amor de uma companheira, o desempenho sexual, o dinheiro ganho etc. Em defesa dessa fragilidade, recorrentemente essas situações são vividas de maneira violenta. Ou seja, com frequência há o deslocamento do desconforto para a projeção (exteriorização).

Essas estruturas se repetem, entre gerações, entre comunidades ou entre culturas. A violência é difícil de ser elaborada, sobretudo quando despercebida no cerne de uma família. Além disso, como já mencionado, às vezes, é difícil abrir mão de sintomas que lhe oferecem o lugar de dominante, de forte ou viril. É muito comum que homens cheguem à análise afirmando não estarem dormindo bem ou estarem nervosos e não saberem porquê, antes de entrarem finalmente em análise comumente os problemas são atribuídos ao outro, principalmente à parceira. Dessa maneira as situações traumáticas não encontram voz o suficiente para serem compreendidas ou até identificadas, sem ajuda e suporte, sabotados pelo próprio silêncio, a violência se torna crônica devastando corpos e psiquismos.

### **3.9 Trauma e Repetição**

É muito comum que os sujeitos que se envolvam em violência e os agressores domésticos estejam relacionados a traumas, geralmente infantis. Seja através de maus-tratos, negligência, abusos físicos, sexuais ou emocionais, e até do mencionado abandono parental, em tudo isso existe a possibilidade de agregar experiências traumáticas (STENZEL; LISBOA, 2015). De acordo com Laplanche e Pontalis, o trauma é:

Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de dominar e de elaborar psiquicamente estas excitações (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 522).

Uma fonte de violência que se renova frequentemente intergerações é a questão traumática. A dificuldade de elaboração, muitas vezes, provoca como resposta a repetição, ou seja, o menino, agora homem, perpetua o ciclo violentando. Freud postulou que conteúdos que sejam psiquicamente insuportáveis aos sujeitos não conseguem encontrar facilmente uma linguagem pela qual se representar, resistindo à elaboração (FREUD, 1920). Assim, sem que o indivíduo possa se expressar ou acessar diretamente o conteúdo, resta-lhe o ato, “quando o excesso que caracteriza o trauma não pode ser contido simbolicamente, o ato passa a ser a única via de expressão” (STENZEL; LISBOA, 2015, p. 2). Isso não quer dizer que um trauma encontra vazão, ou seja, vê seu fim num ato; não é como se a violência fosse uma alternativa ao enfrentamento de um trauma.

Com isso, tantos homens tornam-se aquele sujeito caricato que não conversa, fecha-se para o mundo, teme relacionamentos íntimos, não confia e é abusivo a respeito de sua constante desconfiança. De acordo com Stenzel e Lisboa (2015), na violência doméstica ocorre um retorno infantil de resposta ao desamparo. “Acredita-se, então, que a pulsão de morte seja o motor capaz de impulsionar manifestações de violência, inclusive a agressão conjugal.” (STENZEL; LISBOA, 2015, p. 2). Quando uma mulher a qual o agressor controla como forma de se manter seguro, de alguma forma, subverte a suas expectativas ou demonstra uma imagem de seu narcisismo que não é agradável, rapidamente ele o reverte em inimiga.

Essas características se repetem, os filhos que assistem a essa situação poderão ter traumas decorrentes, pode haver raiva do pai, um estranho sentimento de culpa pela admiração e, possivelmente, haverá identificação; dificilmente os relacionamentos destes serão notados como lugares seguros. Assim, a violência também se instala de maneira confortável e silenciosa em lares do mundo inteiro. A sociedade adoecida, que não encontra linguagem suficiente para as suas angústias, que não sabe o que dizer e cuja ambição de vida é ter sempre mais, não poder mostrar dor, não se permitir sofrer ou reconhecer o sofrimento familiar, então, repete a violência. Uma intervenção clínica é sempre um campo possível, mas especificamente em relação ao homem agressor, mais do que uma intervenção clínica, a intervenção deve ser de uma psicanálise possível em espaços além das paredes de um *setting*.

A psicanálise não tem como tarefa aliviar o sujeito de sua culpa frente ao ideal, mas sim procurar levar o sujeito a consentir em questionar sua relação

com o discurso da civilização contemporânea, além de lhe ajudar a suportar a inconsistência do Outro, sua ausência de garantias, sem, por isso, ceder ao imperativo de gozo do supereu. (JÚNIOR; BESSET, 2010, p. 331).

No segundo capítulo foi possível levantar algumas variáveis do homem agressor, que ali se parece com o sujeito que vemos em sociedade, os que estão nos noticiários e também aqueles que vivem em nosso dia a dia. A partir do momento que o pensemos de maneira psíquica, percebe-se que, geralmente, nos desordenadores campos da masculinidade e da cultura, nenhum sujeito está de fato livre de ser agressivo e de ser agressor. Pontuamos essa diferença, entre ser agressivo e agressor, visto concentrar dois argumentos fundamentais, da intencionalidade e do objeto. Homens são potencialmente agressivos ou, talvez, seres humanos sejam todos potencialmente agressivos, mas agressores conjugais são aqueles cuja intenção é violentar e cujo objeto da violência (e de desejo, tantas vezes) é sua parceira íntima.

Há outro detalhe nessa diferença: assumir que nem todos os homens são agressores, não exclui a necessidade de intervenção aos potenciais agressivos de outros, mesmo que seja dirigido a eles próprios. Sob essa premissa, o sujeito só perceberá a violência como um sintoma, ou seja, existe outras dimensões envolvidas que não a impulsividade e a raiva, ao passo que puder se reconhecer no que dirige ao Outro. A fala é, ainda, a fonte inesgotável de elaboração, de compreensão e de alívio, por isso, é necessário possibilitar a fala onde a violência é fértil. É fundamental dar ao sujeito a oportunidade de se ouvir, de se enxergar entrelaçado em agressividade e na sua decisão pela violência e percebê-la, finalmente, como responsabilidade dele.

Com base nessas afirmativas, a prática da prevenção à ocorrência e recorrência de violência doméstica não deve ser um processo apenas da justiça ou do âmbito social, mas de saúde pública e de educação. Intervenções não podem ser uma maneira de apagar, impedir que o fogo se espalhe, mas de possibilitar que a agressividade possa ser apenas uma faísca nas relações humanas e conjugais. Na sociedade atual, provavelmente seja utópico falar em fim da violência geral, mas para ter acesso a essa utopia é preciso antes pensar novas formas de organização social. É preciso conversar sobre as formas de violência, envolver o pensamento dos sujeitos agressores, potencialmente agressores e daqueles que, embora não agridam fisicamente, contribuem diretamente para a propagação da violência doméstica

quando abandonam crianças à sorte ao confiarem que a mulher fará o possível para cuidar. A violência doméstica só terá fim com a derrocada de seu rótulo de tabu.

A violência doméstica, afinal, continuará a ser um tabu silenciado para quem não consegue nem falar a respeito desse vergonhoso problema social. Na prática clínica, nas análises finais, nos grupos de atendimento aos homens agressores, o verdadeiro tabu é o feminino que eles não querem encarar, é abrir mão de uma promessa de honra e sustentar o próprio ego. Ou seja, deixar de exercer a masculinidade arbitrariamente, de ignorar as próprias demandas psíquicas e se comprometer em retificar-se subjetivamente, entender a responsabilidade na desordem das famílias e, quiçá, da sociedade.

### **3.10 Considerações a respeito do cenário violência x agressor**

De todas as maneiras possíveis de olhar para o agressor que pratica a violência doméstica, diante de tudo que já foi construído até aqui, três pontos se revelam primordiais: 1. Existem constantes entre os homens que praticam violência, características em comum, como a relação com a vítima, e o fato de, geralmente, terem vícios associados, entre outras 2. Esses homens não são um acaso, há um processo de construção, psicossocial e intrapsíquica, que os colocam nessa posição; e 3. A possibilidade mais otimista. A violência doméstica não é uma batalha perdida, mas está sendo travada nas trincheiras erradas quando coloca em foco de prevenção a vítima. É possível e preciso abarcar os homens a pensarem suas histórias. Enquanto os agressores não forem colocados no cerne da violência que praticam, ou seja, não precisarem se incumbir de sua responsabilidade, haverá reincidência.

Considerando as constantes psicossociais dos agressores, é possível identificar os seguintes pontos: o homem é construído no imperativo e é potencialmente agressor não por acaso, mas, devido a um processo de transmissão cultural que se aliou aos modelos do patriarcado, principalmente da masculinidade, com respaldo do estado capitalista, da Igreja e da família. Esse tem sido um processo que atua nos âmbitos público e no privado, que exige e impele ao homem o padrão da masculinidade. Nas particularidades intrapsíquicas do agressor, é possível supor que a introjeção cultural se vale também dos aspectos da masculinidade para castrar o homem em tudo que pareça fraco. Assim, são instauradas algumas proibições, que se tornam tabus próprios e que obrigam esses homens, psíquica e, às vezes,

inconscientemente, fazerem todo o possível para protegerem o ego da experiência do fracasso. Além disso, viver socialmente como um sujeito que coloca a si mesmo restrições afetivas garante um constante mal-estar e uma insatisfação diante das exigências do superego e das pressões culturais.

Torna-se evidente ainda um dos possíveis motivos para que, apesar dos esforços, a violência doméstica não tenha diminuído. Trata-se de um processo sociocultural e, conseqüentemente, psíquico, de desamparo do Eu desses homens, que utilizam a violência como resposta à necessidade de uma exigência interna. A intensificação do narcisismo é também uma característica social que não pode ser ignorada ao considerar as figuras clínicas da masculinidade. Neste diapasão, a masculinidade parece estar em crise e tem se segurado nos preceitos tradicionais que lhe garantem certa honra. Como foi possível concluir, é por esse motivo que a mulher, em geral companheira do homem, com quem convive e por meio de quem está protegido dentro das paredes do sagrado familiar, é o objeto escolhido, de certa forma, para atuar com violência. A mulher que um homem acredita possuir vai ser sempre (ao menos nas configurações da masculinidade e da violência) o primeiro objeto de descarga agressiva.

Desde os primórdios da psicanálise, a figura do homem foi colocada como menos complexa, eram as mulheres que se encontravam no cerne da histeria, eram elas que tinham escondidas a maior parte das patologias. Pudera, o homem, àquela época, não encontrava muita dificuldade para fazer desempenhar cada dimensão de seus desejos, era amparado na família, na cultura e em seu gozo constante e garantido, embora regrado. Essa negligência, porém, custou caro. A cada vez que se discute a violência, até mesmo dentro do movimento feminista, questiona-se por que uma mulher apanha ou por que é oprimida, mas aquilo que o homem faz, por muito tempo se resumiu e se resume ao estigma da “monstruosidade” ou do “instinto masculino”.

Como resultado, o psiquismo dos homens que praticam violência ainda é distante, está afastado do *setting*, dos programas sociais e só é parcialmente acessível nos programas da justiça ou da assistência social, onde por lei, são obrigados a comparecer. Fora desses locais, aqueles que mais precisam serem ouvidos e se ouvirem, ainda demoram a encontrar o poder da linguagem. Só há voz para a patologia marcada, que tem nomenclatura e código; a neurose do dia a dia que fere e empurra os homens, ainda crianças, para a violência diária é silenciada. O

silêncio das mulheres fere os seus próprios corpos, o silêncio dos homens, porém, fere quem quer que esteja pela frente.



## CONCLUSÃO

A inerência que a violência parece ter com as relações conjugais é um fator que assusta, e, ao mesmo tempo, não surpreende, principalmente para quem esteja familiarizado com a dinâmica dessas relações. Ao longo da dissertação, acreditamos ter ficado claro o quanto o fator “doméstico” é grande parte do que reforça a violência, seja no âmbito social, seja no âmbito cultural e psíquico. O ato de culpar a mulher e responsabilizá-la pelo “fracasso” das relações, assim como o de deslocar a responsabilidade masculina para o lugar do instinto, são resultados de todas as estruturas que suportam a violência doméstica.

O primeiro objetivo que tivemos com a pesquisa foi demonstrar a verdadeira responsabilidade do homem agressor em contexto de violência doméstica, esvaziando o discurso do impulso e da monstruosidade. Terminamos, porém, afirmando que a problemática da agressividade inerente aos homens é maior e mais delicada. Afinal, se apenas responsabilizar e punir fosse suficiente, a violência doméstica talvez já estivesse erradicada por lei. As nuances subjetivas e psíquicas desses homens, e até mesmo daqueles que são apenas potenciais agressores, passam pela cultura não só externamente, mas também através de introjeção psíquica.

Como colocamos no primeiro capítulo, o fato de ser justamente doméstica, ou seja, acontecer de maneira íntima e ser tratada como um problema particular, é uma das maiores barreiras para que esse tipo de violência acabe. Além de estar alocada num espaço onde não “se mete a colher”, a violência doméstica vem sendo tratada como um problema marginal, um problema que é sempre dos outros. É uma problemática silenciosa, a respeito da qual se cochicha pelos cantos e com receio, questionando como a mulher se permitiu passar por isso, acusando a monstruosidade que supostamente há em alguns homens; sempre desviando a responsabilidade do interlocutor, pois, apesar da responsabilidade do agressor ser um fator extremamente importante, qualquer pessoa deve ser participativa para diminuir a violência.

No primeiro capítulo, através da teoria de Arendt, pontuamos que a característica propriamente humana da violência está em seu fim. Enquanto animais em geral possuem agressividade associada ao instinto de sobrevivência, o homem tem uma finalidade, utiliza-a como instrumento (ARENDR, 1994). Assim, ao longo do

percurso foi possível compreender como a violência tem feito parte da vida em sociedade e dos sujeitos, não de maneira inata, mas, por meio de um processo de socialização política, no qual ela é tomada (internalizada, recebida) tal como foi naturalizada: pelas vias do Estado, da Igreja e da família, com respaldo do patriarcado.

Assim, principalmente em contextos familiares ou domésticos, a violência se encaixa e perpassa confortavelmente as gerações, estruturalmente. Diferente de outras formas de violência, que não passam despercebidas e incomodam significativamente, a violência doméstica tem todos os atributos culturais para ser silenciada. Não só porque a mulher vítima é silenciada em seu sofrimento e seu desejo, mas porque os homens no geral parecem ter realizado um pacto de silêncio sobre as suas próprias desordens. Por esse motivo, é possível concluirmos que existem não só fatores reforçadores da violência doméstica, como também da agressividade relacionada à masculinidade. Antes, porém, de nos debruçarmos nesse aspecto, foi necessário compreender quem é o homem do qual falamos quando enunciamos o agressor, levando em consideração que ele pode ser tanto o perfil que aparece nos jornais exaustivamente, quanto alguém que passa despercebido como um homem capaz de agredir.

Através do segundo capítulo torna-se mais evidente a relação íntima e intimidadora da masculinidade com a violência, através dos dados analisados e da compreensão daquilo que Saffioti chama de “poder do macho”. Ao confrontar os dados dos agressores é nítido que algumas categorias preponderam no “lugar do agressor”, nas pesquisas: o homem adulto, em relação estável, de baixa escolaridade, subempregado, cuja parte faz uso de bebida alcoólica ou outras drogas, e, com frequência, comete mais de um tipo de violência. Essas respostas podem ter aparecido por dois motivos principais, ou por serem realmente a maioria dos casos de violência dentre os recortes utilizados; ou por serem mais frequentemente notificados, devido à classe social mais baixa, a baixa escolaridade e a recorrência de uso de álcool e drogas. Todavia, cabe enfatizar que não pretendemos reforçar o estereótipo, segundo o qual homens ricos, com ensino superior e não-dependentes quimicamente não agredem. Acreditamos que só não aparecem com tanta frequência nos jornais, pois, enquanto as classes altas têm a oportunidade de ocultarem os seus problemas; as classes mais pobres têm, em geral, a violência escancarada, como se fosse uma característica somente desta.

Apesar disso, esses fatores foram compreendidos como reforçadores da violência, fatores que instigam e tornam crônica a dinâmica violenta da relação. Mais tarde, no terceiro capítulo, essa característica demonstra fazer parte de um mecanismo do inconsciente de compulsão, que leva o sujeito a repetir a representação daquilo que lhe foi traumático. Outra característica importante sobre os dados do agressor consiste no reconhecimento dos mecanismos intrapsíquicos como parte fundamental do que faz um homem se tornar agressor, afinal, a reversão da agressividade em violência não acontece de maneira automática, mas através de determinantes psíquicos.

As estruturas de gênero às quais a masculinidade obedece foram construídas com base em relações de poder, e a maneira como essas relações mudaram influenciou diretamente o tipo de violência doméstica que ocorre nos dias atuais. Poderia afirmar que antes, o homem batia, entre outros motivos, também porque tinha permissão para bater, era inclusive incentivado e legalmente respaldado pela lei, pela família e pela religião. A imagem do homem agressivo e autoritário era desejada, os pais passavam para os filhos as regras de conduta e, assim, prosseguiram de geração em geração nas famílias.

Hoje, aspectos estipulados como essenciais para o ego masculino mudaram, a dominância do trabalho, a autoridade sob a sexualidade feminina e a capacidade de prover e ordenar. Além disso, possivelmente a figura paterna nunca foi tão ausente, e, com as mudanças sociais e a conquista das mulheres por outros espaços, além do submisso e doméstico, a alteridade dos homens se encontra em crise. Um dos motivos para isso é que eles recebem da cultura a exigência de prover, honrar, ser honrado e controlar, mas na realidade da vida social, pública e privada, não conseguem suprir essas exigências.

Logo no início do terceiro capítulo, em paralelo com os tabus e as proibições de *Totem e Tabu* (1993), de Freud, apresentamos como a insatisfação diante das exigências culturais e internas, em conflito com aquilo que é proibido, pode produzir a agressividade como sintoma. Em muitos casos de violência doméstica, a violência é utilizada com o fim de expulsar o desprazer ou de representar a frustração de maneira externa. Com a fragilidade da alteridade dos homens, a necessidade de descarga, muitas vezes, é representada em seu objeto de desejo, o qual representa ao mesmo tempo o triunfo e a frustração. Arriscamos dizer, e essa é uma possibilidade de

pesquisa futura, que o homem moderno não recebe a sua castração através dos pais, principalmente do pai, mas através da própria cultura.

Em resumo, existem alguns pontos relevantes que conseguimos identificar por intermédio da presente pesquisa, que vão ser representados conforme o andamento dos capítulos:

1. A naturalização da violência responde, ao longo dos anos, às necessidades de poder de alguns sujeitos, em detrimento de outros.
2. A violência doméstica, especificamente, compreende um dos tipos mais difíceis de lidar, pois se instala em solo “sagrado”, construído pelas vias do feminino, masculino e do patriarcado.
3. Existem perfis com maior tendência a cometerem violência doméstica. Mas essa pode não ser uma afirmação conclusiva, já que é possível que, nas classes mais altas, a violência seja subnotificada.
4. Esses perfis traduzem a possibilidade de que todo homem seja potencialmente agressivo e seus sintomas representam um grito de quem não aprendeu a se retificar;
5. A violência é atualmente um sintoma social; a violência doméstica, um sintoma das identidades em crise e da masculinidade;
6. Escutar a violência, quebrando o silêncio dos homens é fundamental se quisermos diminuir a violência doméstica.

É possível que o agressor seja detentor de um ciclo de adoecimento psíquico-social, que enreda a família e a comunidade numa cultura patológica. Os homens se matam e matam uns aos outros e a mulheres, todos os dias, de diferentes maneiras, de forma simbólica ou real. Acreditamos, afinal, que seja imaginável intervir na estrutura social e da masculinidade para que o “masculino potencialmente agressor” seja desenredado de parte das estruturas que legitimam a violência e condensam a agressividade. É preciso pensar estratégias para que os sujeitos contemporâneos possam reconstruir as próprias alteridades. A prática clínica e social é uma possibilidade de controle e contenção de danos extremamente válida. Por outro lado, mostra-se nítida a necessidade de intervir de maneira preventiva, abarcando os sujeitos em expor suas violências, assim como assumir um papel de facilitadores no aprendizado e na intimidade com o seu próprio emocional. A ideia central é uma

estrutura psíquica capaz de lidar com o desamparo e as frustrações, por outros caminhos, que não da violência.

Reiteramos a intenção inicial da presente pesquisa de provar a possibilidade de existir uma estrutura clínica apropriada ao homem agressor e, a partir disso, haver um modelo norteador da prática clínica, a fim de elaborar e retificar as raízes de sua violência. Escutar e comunicar a violência dos homens, afinal, parece ser o árduo e desconfortável trabalho que poderia efetivamente mudar a dinâmica das relações violentas. Já existem alguns grupos reflexivos no país, através dos quais essas vozes encontram caminho para fluir, os quais tem representado importantes resultados e têm influenciado, principalmente a rede de atenção psicossocial para tal.

Concluimos que, ao longo da presente dissertação, foi possível compreender melhor alguns processos individuais relevantes como a aproximação do sujeito com a violência, através dos quais nos aproximamos dos aspectos socioculturais, bem como intergrupais de uma classe de pessoas: os homens, agressores, estatisticamente em relações heterossexuais. O campo epistemológico foi explorado quanto à violência e à psicanálise, ambos na interrelação com o sujeito agressor, sendo possível, portanto, produzir conhecimento quanto aos determinantes psíquicos presentes no processo subjetivo da produção de violência.

Vale reconhecer que os dados dos agressores poderiam ser melhor representados se extraídos de uma pesquisa de nossa própria autoria, realizada *in loco*, estratégia que foi descartada em virtude da imprevisibilidade quanto à pandemia de Covid-19, em meados de 2021. Todavia, fica a ambição de realizar essa ideia e comprovar a hipótese de que, quebrar o silêncio dos homens, sejam agressores ou não, pode ser, enfim, dar voz para a elaboração da violência.

## REFERÊNCIAS

- ALIZADE, Alcira Mariam. Cenários Masculinos Vulneráveis. *Jornal de Psicanálise*, v. 42, n. 77, p. 187-205, 2009.
- ALMEIDA Tânia Mara Campos de. As Raízes da Violência na Sociedade Patriarcal. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 235-243, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Eichemann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Relume Dumará, 3ª ed. Rio de Janeiro: 1994.
- BLOK, Anton. O Narcisismo das Pequenas Diferenças. *Interseções*, v. 18 n. 2, p. 273-306, dez. 2016.
- BORTOLI, Ricardo. *Violência de Gênero e Masculinidades no SUAS*. Florianópolis: UFSC, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. *Lei Federal nº 11.340/2006*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em: 25/02/2022.
- BRASIL. *Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm).> Acesso em: 25/02/2022.
- BRASIL. *Lei Federal nº 14.188, de 28 de julho de 2021*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm).> Acesso em: 15/10/2022.
- BRASIL. *Pesquisa DataSenado: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Instituto de Pesquisa DataSenado, Senado Federal: 2021.
- BRASIL. *Pesquisa Nacional de Saúde: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social*: Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- BUTLER Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Márcia Haydée Porto de; MAIA, Maicy Milhomem Moscoso. As Janelas Quebradas da Violência Doméstica. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, v. 5, n. 2, p. 18- 37, 2019.
- CERQUEIRA Daniel et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

CORREA, Alexandre Fernandes. O ódio em três textos de Freud: reflexões sobre ambiguidade, hostilidade e identificação. *Reverso*, ano 41, n. 77, p. 23-30, 2019.

CRUZ, Walter Firmino de Oliveira. Masculinidade, narcisismo e sofrimento psíquico na contemporaneidade: ensaio. 2014, págs. 243. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília: DF, 2014.

FREUD, Sigmund. *Dostoiévski e o parricídio*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1928.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 1917-1919. Rio de Janeiro: Imago, 1918.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVIII (1925-1926). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1911.

FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XXI (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIII, 1913-1914. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria*. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. VII, 1901-1905. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

IBGE. *Tabela 3.148*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3148>>. Acesso em: 17 out. 2022.

JÚNIOR Jurandir Nascimento da Silva; BESSET, Vera Lopes. Violência e Sintoma: o que a psicanálise tem a dizer? *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 223-236, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. *Masculinidades e Violências*. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília: Série Antropologia, 2001.

MADUREIRA Alexandra Bittencourt et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014.

MARK, Simpson. *Here come the mirror men*. Disponível em: <<http://www.marksimpson.com>>. Acesso em: 2 set. 2022.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3: p. 424, 2008.

MELO, Cilene Aparecida de Sousa et al. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres no Município de Marabá – PA. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, e334101119572, 2021.

MODENA, Maura Regina. *Conceitos e formas de violência*. Caxias do Sul: Educus, 2016.

MOTA Silvana Rodrigues; SILVA Osvaldo Piedade Pereira da. Violência doméstica e suas consequências psicoemocionais. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 2, n. 3, p. 104-113, 2019.

MUSZKAT, Suzana. *Violência e Masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

NARVAZ Martha Giudice; KOLLER Silvia Helena. Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa. *Psicologia & Sociedade*; v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

NOTHAFT Raissa Jeanine; LISBOA Tereza Kleba. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. *Cadernos Pagu*, v. 61, p. e216119, 2021.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Direção: LEITE, Ian; CASTRO, Luíza de. Produção: Papo de Homem e Instituto PdH. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>>. Acesso em: 12/10/2022.

OLIVEIRA, Natália. *Homem mata namorada após ficar com ciúmes dela durante ménage em Patos de Minas*. 2022. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/homem-mata-namorada-apos-ficar-com-ciumes-dela-durante-menage-em-patos-de-minas-1.2751201>>. Acesso em: 26/11/2022.

OMS. *Relatório Mundial sobre a Violência*. Genebra: OMS, 2002.

ROSA Doriana Ozólio Alves et al. Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. *Saúde Debate*, v. 42, n. Especial 4, p. 67-80, 2018.



ROSOSTOLATO Breno. Alexitimia e Masculinidades: do Silêncio aos Processos de Desconstrução. *RBSH*, v. 30, n. 2, p. 55-64, 2019.

SAFFIOTI Heleieth. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). *Violência em Debate*. São Paulo: Moderna, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência contra a mulher e violência doméstica*. 2001. Disponível em: <<https://marxists.architexturez.net/portugues/saffioti/ano/mes/91.pdf>>. Acesso em: 10/09/2022.

SEGATO, Rita Laura. *Las Estructuras Elementales de la Violencia*. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SILVA Camila Daiane et al. Epidemiologia da Violência Contra a Mulher: Características do Agressor e do Ato Violento. *Rev. Enferm. UFPE on line*, v. 7, n.1, p. 8-14, 2013.

SILVA, Liliana Ferreira et al. Caracterização Sociodemográfica e Clínica do Agressor/a Conjugal. *PsiLogos*, v. 16, n. 2, p. 09-19, 2018.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

THE WALKING DEAD. Seriado de televisão. Produção de Jolly Dale, Caleb Womble, Paul Gadd; Heather Bellson. AMC Studies, EUA, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília-DF: ONU Mulheres, 2015.

ZALESKI Marcos et al. Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Rev. Saúde Pública*, v. 44, n. 1, p. 53-59, 2010.